



Diplomacia

Resumo das Notícias dos Últimos 12 Meses

O ATUALIDADES CONCURSOS oferece muitas outras apostilas com as notícias mais importantes dos últimos 12 meses. Todas resumidas.

VEJA ALGUMAS DAS APOSTILAS



ITAMARATY



POLÍTICA



MEIO AMBIENTE



BRASIL



CHINA



INTERNACIONAL



ÁSIA



INGLÊS



ECONOMIA



ESTADOS UNIDOS



EUROPA



ESPAÑHOL



RÚSSIA



ÁFRICA



SEGURANÇA



SOCIEDADE

Além das apostilas de notícias, você também poderá ler:

1) Discursos Oficiais do Ministro das Relações Exteriores e de seus antecessores:

- * Organizados por data, assunto e autor;
- * Material em PDF, pronto para imprimir.

2) Apostilas de História do Brasil:

- * Anotações de aula;
- * Trechos dos livros da bibliografia obrigatória;
- * Recomendações bibliográficas ao final de cada aula;
- * Material em PDF. Pronto para imprimir e estudar;
- * **As primeiras aulas já estão disponíveis.**

[Clique na ilustração de Dom Pedro para ver a página](#)



**Se você decidir, dentro de 30 dias, que não quer mais utilizar o serviço,
seu dinheiro será devolvido INTEGRALMENTE.**



Você pode cancelar sua conta quando quiser, basta um clique!

O acesso a todos os materiais do site custa somente

34 reais por mês

**CLIQUE AQUI E
VISITE O SITE AGORA**

Itamaraty critica duramente governo venezuelano

O governo brasileiro condenou duramente decisões da Justiça da Venezuela que atingem a oposição no processo eleitoral, segundo nota divulgada pelo Itamaraty.

“O governo brasileiro repudia o sistemático e inaceitável empenho do regime autoritário venezuelano em eliminar da atividade política partidos, frentes e personalidades da oposição”, disse o Itamaraty, em nota.

“A invalidação pelo conselho nacional eleitoral do partido Primer Justicia soma-se à inabilitação das agremiações Mesa de la Unidad Democrática e Voluntad Popular e à cassação dos direitos de Leopoldo López, Antônio Ledezma, Maria Corina Machado, Henrique Capriles, Freddy Guevara e David Smolanski, entre outros, como uma evidência a mais do absoluto desapareço das autoridades venezuelanas pelo pluralismo político e partidário”, afirmou o ministério.

O partido da oposição, Primero Justicia, denunciou que a justiça eleitoral venezuelana havia rejeitado uma tentativa do grupo de se validar como organização política.

Antes disso, a Justiça venezuelana proibia uma coalizão de oposição de concorrer às eleições presidenciais, previstas para ocorrerem até o dia 30 de abril.

O Itamaraty encerra sua nota afirmando que o diálogo com “ampla participação” da oposição é o caminho para a solução da crise venezuelana.

“O governo brasileiro reitera sua convicção de que a reconciliação do povo venezuelano haverá de resultar de diálogo de boa fé com ampla participação das forças da oposição e da sociedade civil, em busca de uma saída pacífica para a crise que tanto aflige esse povo irmão.”

Declaração do Grupo de Lima

Os chanceleres e representantes de Argentina, **Brasil**, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia, diante da decisão adotada pelo Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela de convocar unilateralmente eleições presidenciais, sem haver alcançado um acordo com a oposição, tal como o governo venezuelano havia se comprometido de acordo com sua declaração, decidem o seguinte:

1. Expressar seu mais firme rechaço à mencionada decisão, que impossibilita a realização de eleições presidenciais democráticas, transparentes, confiáveis, com a participação de todos os atores políticos venezuelanos, com observação e padrões internacionais, e reiterar que eleições que não cumpram com essas condições carecerão de toda legitimidade e credibilidade.
2. Exortar o governo da Venezuela a reconsiderar a convocatória das eleições presidenciais de acordo com o assinalado no parágrafo anterior e, atendo-se à sua própria normativa, a apresentar um novo calendário eleitoral.
3. Ressaltar que não pode haver eleições livres e justas com presos políticos, sem a plena participação dos partidos políticos e líderes presos ou inabilitados arbitrariamente, com uma autoridade eleitoral controlada pelo governo, sem a participação de milhões de venezuelanos no exterior impossibilitados de votar, convocada originalmente pela assembleia constituinte, órgão carente de legitimidade e legalidade, cuja existência e decisões não reconhecemos.
4. Tomar nota do relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos "Ins constitucionalidade democrática, estado de direito e direitos humanos na Venezuela", que documenta a séria deterioração da vigência dos direitos humanos e a grave crise política, econômica e social que atravessa a Venezuela.
5. Tomar nota da decisão comunicada pela promotora-chefe do Tribunal Penal Internacional de iniciar uma análise preliminar da situação na Venezuela sobre crimes contra a humanidade ocorridos durante os protestos de 2017.
6. Diante da contínua e grave deterioração das instituições democráticas na Venezuela e com base na Declaração de Quebec, adotada na III Cúpula das Américas, em 2001, a qual diz que "qualquer alteração ou ruptura inconstitucional da

ordem democrática em um Estado do hemisfério constitui um obstáculo insuperável para a participação do governo de tal Estado no processo das Cúpulas das Américas", o governo do Peru decidiu reconsiderar a participação do governo da Venezuela na VIII Cúpula das Américas, em Lima. Os membros do Grupo de Lima respeitam esta decisão.

7. Reiterar sua preocupação pela crescente deterioração da situação humanitária e exortar o governo da Venezuela a permitir sem demora a abertura de um corredor humanitário que ajude a mitigar os graves efeitos do desabastecimento de alimentos e remédios.

8. Acordar, diante do incremento do êxodo de milhares de venezuelanos que fogem da grave crise que se vive nesse país, a coordenação de esforços para enfrentar de uma maneira organizada, solidária e segura esta difícil situação.

9. Reconhecer o trabalho e os esforços empreendidos por Chile e México para alcançar um acordo entre as partes, na negociação promovida pela República Dominicana.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 21/02/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Visita ao Brasil da ministra das Relações Exteriores da Colômbia, María Ángela Holguín

A ministra das Relações Exteriores da Colômbia e o ministro da Defesa Nacional da Colômbia realizarão visita a Brasília quando participarão de **reunião sobre os impactos do aumento do fluxo migratório de venezuelanos sobre o Brasil e a Colômbia**.

Os ministros das Relações Exteriores e da Defesa dos dois países manterão, também, encontro "2+2", em que se dedicarão aos temas de defesa e segurança nas fronteiras.

A ministra Holguín copresidirá, com o ministro Aloysio Nunes Ferreira, a IV reunião da Comissão Bilateral de Chanceleres, mecanismo de mais alto nível para o tratamento da agenda bilateral, que terá como temas principais o apoio brasileiro ao processo de paz na Colômbia, comércio, investimentos e cooperação técnica. Os chanceleres também tratarão de temas das agendas regional e global, em particular da situação na Venezuela, com ênfase na crise humanitária e no apoio regional à restauração da democracia naquele país.

O comércio entre os dois países teve crescimento de 25% em 2017, alcançando US\$ 3,9 bilhões. O superávit brasileiro foi de cerca de US\$ 1 bilhão. É crescente a presença de empresas brasileiras na Colômbia, em setores como mineração, siderurgia, agronegócio e serviços financeiros.

ITAMARATY | ORIENTE MÉDIO | 27/02/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Visita do ministro Aloysio Nunes Ferreira a Israel, Palestina, Jordânia e Líbano

O ministro Aloysio Nunes Ferreira realizará a sua primeira viagem oficial ao Oriente Médio de 27 de fevereiro a 6 de março de 2018, quando visitará **Israel, Palestina, Jordânia e Líbano**.

A visita ocorre no ano do **70º aniversário da criação do Estado de Israel**. O ministro visitará o memorial Yad Vashem para depositar oferenda floral em memória das vítimas do Holocausto e participar de cerimônia de homenagem aos brasileiros citados entre os "Justos entre as Nações". Também estão previstas visitas à planta de dessalinização de Sorek e ao Centro Cultural Brasileiro, em Tel Aviv.

Em 2017, o fluxo comercial Brasil-Israel foi de US\$ 1,35 bilhão. As exportações brasileiras totalizaram US\$ 466 milhões, com crescimento de 9,7% em relação a 2016. **Israel foi o primeiro país de fora da América Latina a ter um Acordo de Livre Comércio com o Mercosul**, que se encontra em vigor para o Brasil desde 2010.

O ministro visitará a Palestina e manterá encontros com o presidente Mahmoud Abbas. Também deverá se reunir com o Comissário Geral da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA). Realizará visita ao Museu e ao Mausoléu de Yasser Arafat, com aposição de oferenda floral. O intercâmbio comercial com a Palestina

totalizou US\$ 27,06 milhões em 2017, fluxo majoritariamente composto por exportações brasileiras de carne bovina.

No dia 4 de março, na Jordânia, o ministro Aloysio Nunes deverá ser recebido pelo rei Abdullah II Bin Al Hussein. Em 2017, o comércio bilateral alcançou US\$ 231,1 milhões, dos quais US\$ 223,6 milhões corresponderam a exportações brasileiras. Registrou-se aumento de 21,4% (US\$ 39,5 milhões) nas exportações brasileiras para a Jordânia, em comparação com o ano anterior.

Nos dias 5 e 6 de março, o ministro das Relações Exteriores visitará o Líbano. O programa prevê encontros com o presidente Michel Aoun e o primeiro-ministro Saad Hariri. O ministro Aloysio Nunes também fará visita à corveta Barroso, da Marinha do Brasil, que está a serviço da **Força Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL)**.

Ao longo dos últimos dez anos, o comércio bilateral entre o Brasil e o Líbano cresceu 17%, passando de US\$ 240,89 milhões para US\$ 283,06 milhões (2017).

Nos quatro países visitados, o chanceler brasileiro deverá tratar de questões de interesse bilateral e também de temas regionais e globais.

ITAMARATY | INTERNACIONAL | 01/03/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Visita do Secretário-Geral da OCDE, Angel Gurría

O Secretário-Geral da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Angel Gurría, realizará visita ao Brasil no dia 28 de fevereiro.

Durante sua visita ao Brasil, o Secretário-Geral da OCDE procederá ao lançamento do **Economic Survey** sobre o Brasil, em evento no Banco Central, organizado em conjunto com o Ministério da Fazenda, e participará de seminário sobre preços de transferência na Confederação Nacional da Indústria, organizado pela Receita Federal do Brasil.

O “Economic Survey” é um exame da política econômica brasileira realizado a cada dois anos pela OCDE, a partir de estudos do Secretariado da Organização e de discussões com os países membros.

O seminário sobre preços de transferência discutirá as metodologias utilizadas no Brasil e pelos membros da OCDE na avaliação dos valores de transações internacionais entre empresas relacionadas, a fim de evitar a transferência de lucros e erosão da base fiscal.

O Brasil é candidato à acessão à OCDE e possui intenso relacionamento com a Organização. O Brasil tem participação regular em dois terços de seus Comitês, aderiu a 36 de suas recomendações e decisões e solicitou adesão a outros 74 instrumentos.

ITAMARATY | BRASIL | 09/03/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Nota à imprensa dos Ministros das Relações Exteriores e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – Restrições americanas às exportações brasileiras de aço e alumínio

O governo brasileiro tomou conhecimento, hoje, com grande preocupação, da decisão do governo dos Estados Unidos, de aplicar sobretaxa de 25% às importações de aço e de 10% às importações de alumínio, sob alegada justificativa de segurança.

As medidas causarão graves prejuízos às exportações brasileiras e terão significativo impacto negativo nos fluxos bilaterais de Comércio.

As indústrias de ambos os países são integradas e se complementam. Cerca de 80% das exportações brasileiras de aço são de produtos semiacabados, utilizados como insumo pela indústria siderúrgica norte-americana. Ao mesmo tempo, o

Brasil é o maior importador de carvão siderúrgico dos Estados Unidos (cerca de US\$ 1 bilhão, em 2017), principalmente destinado à produção brasileira de aço exportado àquele país.

As medidas norte-americanas minarão os esforços em curso no **Foro Global do Aço**, do qual os EUA fazem parte, com vistas a uma solução para a questão do excesso de capacidade no setor siderúrgico.

As medidas restritivas às importações de aço e alumínio são incompatíveis com as obrigações dos EUA ao amparo da Organização Mundial de Comércio, e não se justificam, tampouco, pelas exceções de segurança do GATT 1994.

O Brasil reafirma que recorrerá a todas as ações necessárias, nos âmbitos bilateral e multilateral, para preservar seus direitos e interesses.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 09/03/2018 | Carla Araújo | Leia em : [Estadão](#)

Visita do presidente Michel Temer ao Chile por ocasião da cerimônia de posse do presidente eleito Sebastián Piñera

O presidente da República, Michel Temer, comparecerá à cerimônia de posse do presidente eleito do Chile, Sebastián Piñera.

O Brasil é o principal destino dos investimentos chilenos no mundo com estoque de US\$ 31 bilhões, e seu primeiro parceiro comercial na América do Sul.

O Chile, por sua vez, é o segundo parceiro comercial do Brasil na região, com intercâmbio comercial da ordem de US\$ 8,5 bilhões, em 2017. Os dois países assinaram, em 2015, **Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos** e, atualmente, negociam acordos de compras governamentais e de serviços financeiros.

Brasil e Chile compartilham valores fundamentais como a promoção da democracia e a defesa dos direitos humanos. Os dois países também estão engajados no processo de aproximação entre Mercosul e Aliança do Pacífico.

ITAMARATY | INTERNACIONAL | 14/03/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Reunião dos ministros dos Estados Partes do Mercosul e o ministro de Comércio Internacional do Canadá, François-Philippe Champagne

Os ministros dos Estados Partes do Mercosul reuniram-se com o ministro canadense de Comércio Internacional, François-Philippe Champagne, em 9 de março de 2018, em Assunção.

Declaração Conjunta sobre o Lançamento de Negociações de Acordo de Livre Comércio Abrangente entre os Estados Partes do Mercosul e o Canadá:

Os ministros concordaram em lançar negociações para um acordo de livre comércio abrangente entre o Canadá e o Mercosul (ALC), o que representa passo significativo em direção ao aprofundamento da importante relação entre os Estados membros do Mercosul e o Canadá.

Os ministros ressaltaram a oportunidade que um acordo de livre comércio amplo, inclusivo e comercialmente significativo representa para o benefício mútuo do Canadá e do Mercosul. Fortalecer laços por meio do aumento do comércio e dos fluxos de investimento é passo essencial em direção ao compartilhado interesse na prosperidade sustentável e compromisso comum com a liberalização comercial e com a abertura dos mercados.

Os ministros reconheceram a importância de avançar nesta iniciativa de forma inclusiva. O Mercosul e o Canadá procurarão negociar temas como acesso a mercados de bens e de serviços, trabalho, meio ambiente, comércio e gênero, micro, pequenas e médias empresas, entre outros. A incorporação desses elementos reforçará o compromisso coletivo de crescimento e desenvolvimento econômico duradouro para todas as pessoas.

Os ministros comprometeram-se dar seguimento às negociações de um ALC sem demoras, a fim de trazer oportunidades para as populações do Canadá e do Mercosul, e instruíram suas equipes a realizar a primeira rodada de negociações na

Visita do presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos

A convite do presidente Michel Temer, o presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, realizará visita a Brasília em 20 de março. O presidente Santos manterá encontro com o presidente Temer, bem como participará de evento empresarial e da conferência "**O Poder da Primeira Infância para o Desenvolvimento com Equidade**".

Os presidentes tratarão de temas da agenda bilateral, como apoio brasileiro ao processo de paz na Colômbia, comércio, investimentos, cooperação em agricultura familiar e desminagem, segurança nas fronteiras e desenvolvimento fronteiriço. Também deverão passar em revista temas regionais, em especial a **aproximação entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico**, a crise venezuelana e o fluxo migratório dela decorrente.

A Colômbia é parceira estratégica do Brasil. O comércio bilateral cresceu 25% e alcançou US\$3,9 bilhões em 2017, com superávit para o Brasil de aproximadamente US\$ 1 bilhão. Entre as exportações brasileiras para a Colômbia, 92,8% são produtos manufaturados. Estudo da Apex-Brasil aponta o país vizinho como segundo destino de interesse para internacionalização de empresas brasileiras, atrás somente dos Estados Unidos.

Brasil coopera com 35 países, de 4 continentes, no tema da água

8º Fórum Mundial da Água, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC):

O Ministério das Relações Exteriores e a Agência Nacional de Águas (ANA) promoverão sessão especial com a participação de 35 países das Américas Latina e do Norte, África, Ásia e Europa, com os quais o Brasil desenvolve iniciativas de cooperação técnica no campo da gestão integrada dos recursos hídricos.

O encontro tem o objetivo de apresentar ações para o fortalecimento da gestão dos recursos hídricos no âmbito da estratégia de Cooperação Sul-Sul. Serão apresentadas, ainda, as "**Agendas para o Desenvolvimento da Gestão Hídrica**", elaboradas para diferentes regiões da América Latina e da África.

A cooperação técnica brasileira em nível governamental busca oferecer soluções inovadoras adaptáveis às diferentes realidades dos países parceiros. Por meio do compartilhamento de conhecimentos técnicos, da formação de recursos humanos e do apoio à criação e ao aprimoramento institucional, a cooperação técnica prestada pelo Brasil vai ao encontro dos compromissos assumidos por meio da **Agenda 2030** e dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**.

O Brasil desenvolve projetos de cooperação em gestão de recursos hídricos com os seguintes países: Antígua e Barbuda; Argentina; Bahamas; Barbados; Belize; Bolívia; Colômbia; El Salvador; Equador; Granada; Guiana; Haiti; Honduras; Jamaica; Nicarágua; Paraguai; Peru; República Dominicana; Santa Lúcia; São Cristóvão e Nevis; São Vicente e Granadinas; Suriname; Trinidad e Tobago; Uruguai; Venezuela; México; Portugal; Angola, Cabo Verde, Etiópia, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe; e Timor-Leste.

Comunicado do Grupo de Lima

Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Honduras, Guatemala, México, Paraguai e Peru manifestam seu **apoio à República do Panamá** em razão das medidas adotadas pela República Bolivariana da Venezuela contra autoridades e empresas panamenhas, como represália a uma lista de indivíduos venezuelanos de alto risco, publicada pelo Panamá nos últimos dias.

Lamentam que o governo venezuelano, em vez de contribuir para os esforços da comunidade global para defender a

democracia e os direitos humanos, bem como proteger os sistemas financeiros internacionais, continue com a ruptura da ordem constitucional e das normas internacionais, adotando medidas em detrimento dos países da região e de seus cidadãos, com uma lista que carece de fundamento e marco jurídico.

Rejeitam, ademais, que tais medidas limitem a conectividade da região e dificultem o deslocamento de milhares de venezuelanos e latino-americanos que usam o Panamá como hub aéreo.

Reiteram seu apelo ao governo da Venezuela para que se comprometa na busca de uma solução para a crise política, econômica, social e humanitária naquele país, que afeta seus cidadãos e todos os países da região.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 09/04/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

3ª reunião Argentina, Brasil e Uruguai sobre as negociações sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e o Acordo de Paris

As equipes de negociadores para mudança do clima de Argentina, Brasil e Uruguai participaram da 3ª reunião sobre as negociações sob a **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e o Acordo de Paris**

Os representantes dos três países recordaram os significativos avanços alcançados no trabalho conjunto iniciado em 2016 e aprofundado na primeira e segunda reuniões de coordenação.

Destacaram a continuidade na preparação e apresentação de documentos de posição em temas centrais da Convenção-Quadro e para a efetiva implementação do Acordo de Paris. Reiteraram a importância de se fortalecerem as posições convergentes entre Argentina, Brasil e Uruguai no marco das negociações.

Os negociadores dos três países destacaram a urgência de acelerar os trabalhos de negociação do Programa de Trabalho do Acordo de Paris, com vistas à sua conclusão ainda em 2018.

Os três países destacaram a importância de alcançar um resultado ambicioso e equilibrado entre os três pilares do Acordo de Paris, mitigação, adaptação e meios de implementação. Recordaram, em especial, a importância de se assegurar apoio adequado para países em desenvolvimento para a implementação do Acordo.

Os representantes também compartilharam informações e intercambiaram opiniões sobre o tratamento de mudança do clima em outros foros, tais como o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), o Fundo Verde para o Clima (GCF), a Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) e a Organização Marítima Internacional (IMO).

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 17/04/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Declaração sobre a situação na Venezuela adotada na VIII Cúpula das Américas – Lima, 14 de abril de 2018

Os chefes de Estado e de Governo de Argentina, Bahamas, **Brasil**, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia e o vice-presidente dos Estados Unidos, reunidos por ocasião da **VIII Cúpula das Américas**; ante a persistente situação de ruptura da ordem constitucional na Venezuela e preocupados com o agravamento da crise política, econômica, social e humanitária naquele país:

1. Fazem um chamamento urgente ao governo venezuelano para que realize eleições presidenciais com as garantias necessárias para um processo livre, justo, transparente e democrático, sem presos políticos.
2. Expressam sua determinação de continuar promovendo, especialmente no âmbito da OEA, ações e iniciativas que contribuam para o restabelecimento da institucionalidade democrática, do respeito aos direitos humanos e da plena vigência do Estado de Direito.
3. Reafirmam seu apoio à Assembleia Nacional da Venezuela e reiteram que os atos jurídicos que conforme à sua Constituição requeiram autorização da mencionada assembleia somente serão reconhecidos quando esta os tiver aprovado e, nesse contexto, considerarão novas medidas que contribuam para o pleno respeito suas prerrogativas constitucionais em

matéria econômica e financeira.

4. Exortam os organismos especializados, agências, fundos e programas do Sistema das Nações Unidas e da OEA a implementarem de maneira imediata um programa de assistência humanitária para aliviar a situação de sofrimento e escassez sofrida pelo povo da Venezuela. Nesse sentido, reiteram seu chamamento ao governo venezuelano para permitir a entrada e distribuição de ajuda humanitária.

5. Expressam sua profunda preocupação com o crescente êxodo de cidadãos venezuelanos que se viram obrigados a abandonar seu país em decorrência da crise e exortam os organismos internacionais pertinentes a elaborar de maneira imediata um programa de apoio e capacitação aos países da região para atender às distintas necessidades, incluindo as necessidades de segurança, derivadas desse êxodo.

6. Exortam os membros da comunidade internacional a apoiar os esforços e decisões dos países da região, a fim de contribuir para o restabelecimento da democracia na Venezuela. Fazem nesse sentido um chamamento aos países que já adotaram medidas a ampliá-las e fortalecê-las.

7. Ressaltam a importância de que a comunidade internacional apoie a recuperação econômica da Venezuela, uma vez restaurada a ordem democrática e constitucional.

ITAMARATY | BRASIL | 07/05/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Assinatura da Convenção entre Brasil e Suíça para Evitar a Dupla Tributação e a Evasão e Elisão Fiscais

Foi assinada, em 3 de maio de 2018, em Brasília, a Convenção entre o Brasil e a Suíça para **Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais**. Assinaram o instrumento, pelo lado brasileiro, o Secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid; e, pelo lado suíço, o embaixador da Suíça no Brasil, Andrea Semadeni. A Convenção será submetida à aprovação do Congresso Nacional.

Ao evitar a dupla tributação da renda em diversos setores da economia, o acordo garantirá maior segurança jurídica às relações econômicas e financeiras entre os dois países. O novo acordo também incorpora os padrões mínimos do Projeto sobre a Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros (Projeto BEPS) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A Convenção tem por objetivo estimular os fluxos de investimentos recíprocos e fortalecer as relações comerciais bilaterais.

Com estoque de investimentos no Brasil de aproximadamente US\$ 22 bilhões, **a Suíça ocupa hoje a sexta posição dentre os países que mais investem no Brasil**.

ITAMARATY | BRASIL | 07/05/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Dia da Língua Portuguesa

Comemora-se, hoje, 5 de maio, o dia da **Língua Portuguesa e Cultura da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**. A língua portuguesa é uma das mais faladas do mundo. Trata-se de idioma oficial de 9 países, localizados em quatro continentes, com uma população de 275 milhões.

A promoção internacional do português é prioridade histórica do Ministério das Relações Exteriores. Desde a década de 1950, o Itamaraty promove a Rede Brasil Cultural (RBC), que atualmente conta com 24 centros culturais brasileiros (CCBs), 5 núcleos de estudos brasileiros (NEBs) e 19 leitorados no exterior. Os centros são referência nos países em que atuam, tanto pelo ensino do português quanto pela difusão da cultura e do pensamento brasileiros. Atuam, ainda, em colaboração com universidades, escolas e personalidades que ensinam e difundem o português em seus países.

O Itamaraty organizará, ainda neste ano, uma série de atividades no exterior, entre as quais a abertura da exposição itinerante do Museu da Língua Portuguesa, que percorrerá inicialmente as capitais de Cabo Verde, Angola e Moçambique. Intitulada "A Língua Portuguesa em Nós", a exposição busca evocar a ideia de que a língua pertence intimamente a cada

Comunicado conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República de Singapura

1. O ministro das Relações Exteriores do Brasil encontra-se em visita oficial a Singapura no período de 7 a 9 de maio.
2. Durante seus encontros, ambos os lados saudaram a comemoração, em 2017, do **50º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre Singapura e o Brasil**. Ambos os lados também se puseram de acordo em dar continuidade ao diálogo político regular de alto nível, bem como em um intercâmbio mais frequente e dinâmico entre seus respectivos ministérios e agências com vistas a desenvolver ainda mais as relações bilaterais.
3. Os ministros saudaram a crescente cooperação em comércio e investimento entre Singapura e o Brasil. Em 2017, o comércio de bens totalizou US\$ 3,4 bilhões, fazendo do Brasil o terceiro maior parceiro comercial de Singapura na América Latina. O Brasil é o maior supridor de frango, carne bovina e suíno congelados de Singapura. A partir de 2004, o comércio bilateral em serviços cresceu à taxa composta anual de 33,9%, alcançando US\$ 1,7 bilhões em 2016.
4. O ministro Nunes Ferreira saudou os investimentos de Singapura no Brasil. As empresas de Singapura são participantes ativos em vários setores importantes no Brasil, incluindo óleo e gás, infraestrutura, setor imobiliário, agricultura e transportes. O ministro Nunes Ferreira também saudou o interesse de Singapura em explorar oportunidades em setores tais como análise de dados, tecnologia financeira (fintech), comércio eletrônico e educação. Em reconhecimento da posição de liderança do Brasil como hub de inovação na América Latina e a avançada capacitação das empresas de tecnologia de Singapura, ambos os lados encorajaram a colaboração entre empresas brasileiras e singapurenses nesse domínio. Os ministros de Singapura convidaram empresas brasileiras a sediar suas operações na Ásia em Singapura com vistas a aproveitar as oportunidades de crescimento na ASEAN e na Ásia como um todo.
5. Com vistas a facilitar o comércio bilateral e a cooperação em investimentos entre Singapura e Brasil, um acordo bilateral abrangente para evitar a bitributação foi assinado em Singapura em 7 de maio de 2018. Ambos os lados também saudaram a retirada de Singapura da lista brasileira de jurisdições com baixa taxação e aguardam com expectativa a pronta ratificação do acordo.
6. Reconhecendo a importância de lograr relações comerciais mais aprofundadas, ambos os países saudaram as discussões iniciais sobre um acordo de livre-comércio entre o MERCOSUL e Singapura e comprometeram-se a trabalhar com vistas ao lançamento da primeira rodada de negociações no terceiro trimestre de 2018. Os estados membros do MERCOSUL – Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai – compõem um mercado de mais de 260 milhões de habitantes com um PIB conjunto de US\$ 2,5 trilhões. O acordo de livre-comércio promoverá mais comércio e investimentos entre os estados membros do MERCOSUL e Singapura pela criação de condições mais favoráveis aos negócios entre suas partes.
7. Os ministros concordaram, ainda, a respeito da importância da crescente cooperação e intercâmbios nas áreas de educação, propriedade intelectual e inovação, pesquisa, ciência e tecnologia, conservação da fauna e turismo. Nesse contexto, ambos os lados saudaram maior colaboração nesses setores por meio de:
 - Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais, que entrou em vigor no sábado, 5 de maio de 2018. Esse instrumento complementarizará acordo anterior de Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns, que entrou em vigor em janeiro de 2014. Esses acordos permitirão que portadores de passaportes de ambos os países tenham acesso ao outro país sem necessidade de visto para fins de negócios e turismo por período de até 30 dias.
 - Memorando de Entendimento assinado em julho de 2016 entre o Jurong Bird Park de Singapura, o Ministério do Meio Ambiente brasileiro e outros parceiros internacionais para apoiar a reintrodução da espécie Ararinha-Azul de Spix ameaçada de extinção ao seu ambiente natural. Ao abrigar as três espécies remanescentes de araras-azuis nativas do Brasil – Spix, Lear e Grande – o Jurong Bird Park contribuiu para aumentar a conscientização a respeito do tráfico ilegal de animais e da importância de se proteger a fauna.
 - Acordo entre a Autoridade de Ciência da Saúde de Singapura (HSA) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Brasil em outubro de 2016, que vai facilitar a troca de informações e conhecimento em áreas de interesse

mútuo referentes à regulamentação de produtos de saúde.

- A visita do Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), Luiz Otávio Pimentel, a Singapura em maio de 2018 para discutir desenvolvimentos em propriedade intelectual e inovação e explorar possíveis áreas de cooperação com o Escritório de Propriedade Intelectual de Singapura (IPOS), bem como com centros de start-ups e inovação.
- A planejada visita do ministro da Educação do Brasil, Rossieli Soares Silva, a Singapura na segunda metade de 2018 para conhecer as políticas educacionais para escolas de nível médio e para explorar parcerias para o treinamento de professores e para a promoção de lideranças juvenis.

8. Singapura congratulou o Brasil pela exitosa presidência pró-tempore do Mercosul concluída em dezembro de 2017, durante a qual o Brasil contribuiu para a aproximação entre o Mercosul e a ASEAN, inclusive por meio da Segunda Reunião de Ministros de Relações Exteriores Mercosul-ASEAN em Nova York, em setembro de 2017. Em nome do presidente Michel Temer, o ministro Nunes Ferreira ofereceu apoio integral do Brasil à presidência de turno de Singapura na ASEAN em 2018 e expressou o apoio do Brasil para a continuidade do aprofundamento das relações com a ASEAN, expandindo cooperação em áreas como comércio, turismo, conectividade, inovação, desenvolvimento sustentável e contatos interpessoais.

ITAMARATY | BRASIL | 16/05/2018 | Renato Souza | Leia em : [Correio Braziliense](#)

Brasil pede que CIA entregue documentos sobre a ditadura militar no país

O governo brasileiro, por meio do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), solicitou que a CIA, agência de inteligência norte-americana, forneça os documentos de que dispõem sobre torturas e assassinatos realizados no Brasil durante o regime militar (1964-1985).

A solicitação do Itamaraty atende a um pedido do presidente do conselho do Instituto Vladimir Herzog.

Um memorando da CIA revela que **o general Ernesto Geisel**, presidente do Brasil entre os anos de 1974 e 1979, **autorizou o assassinato de opositores durante o período em que ocupou o cargo**. No entanto, a CIA não tornou público todos os registros que tem referente ao assunto.

Segundo os documentos, Geisel também autorizou a tortura de pessoas que se opunham ao governo militar. A expectativa é que os novos documentos descrevam quais ordens foram dadas por Geisel aos subordinados e ajudem a entender onde estão os corpos de presos políticos que continuam desaparecidos até hoje.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 23/05/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Eleições na Venezuela

O Governo brasileiro lamenta profundamente que o governo venezuelano não tenha atendido aos repetidos chamados da comunidade internacional pela realização de eleições livres, justas, transparentes e democráticas. Nas condições em que ocorreu - com numerosos presos políticos, partidos e lideranças políticas inabilitados, sem observação internacional independente e em contexto de absoluta falta de separação entre os poderes - o pleito careceu de legitimidade e credibilidade.

Assim, ao invés de favorecer a restauração da democracia na Venezuela, as eleições aprofundam a crise política no país, pois reforçam o caráter autoritário do regime, dificultam a necessária reconciliação nacional e contribuem para agravar a situação econômica, social e humanitária que aflige o povo venezuelano, com impactos negativos e significativos para toda a região, em particular os países vizinhos.

O Brasil continuará atuando, inclusive na **Organização dos Estados Americanos**, em favor do restabelecimento da institucionalidade democrática, do estado de direito e do respeito aos direitos humanos na Venezuela. Também seguirá empenhado em seus esforços de mitigar os efeitos da crise humanitária que vivem os venezuelanos e acolher, de acordo com a legislação nacional e nossas obrigações internacionais, os que ingressem em território brasileiro.

Declaração do Grupo de Lima

Os governos de Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia expressam o seguinte:

1. Não reconhecem a legitimidade do processo eleitoral que teve lugar na República Bolivariana da Venezuela por não estar em conformidade com os padrões internacionais de um processo democrático, livre, justo e transparente.
2. Concordam em reduzir o nível de suas relações diplomáticas com a Venezuela.
3. Reiteram sua preocupação com o aprofundamento da crise política, econômica, social e humanitária que deteriorou a vida na Venezuela, o que se reflete na migração em massa de venezuelanos.
4. Decidem submeter, no marco do 48º período de sessões da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, uma nova resolução sobre a situação na Venezuela.
5. A fim de enfrentar a situação decorrente do aumento preocupante dos fluxos de venezuelanos que se vêem obrigados a sair de seu país, bem como em razão do impacto que essa situação acarreta sobre toda a região, decidem adotar as seguintes medidas:
 - i. Convocar uma reunião de alto nível com autoridades responsáveis por temas migratórios e de refúgio para trocar experiências e definir as diretrizes para uma resposta abrangente, incluindo questões de facilidades migratórias e documentos de identidade. A esse respeito, aceitam a oferta do Peru para sediar a reunião na primeira quinzena de junho.
 - ii. Considerar a possibilidade de efetuar contribuições financeiras às organizações internacionais competentes para fortalecer as capacidades institucionais dos países da região, especialmente os países vizinhos, para atender o fluxo migratório de venezuelanos.
6. Lamentam a grave situação humanitária na Venezuela e, tendo em conta as implicações para toda a região em matéria de saúde pública, decidem adotar as seguintes medidas:
 - i. Convocar uma reunião de alto nível com as autoridades responsáveis pelo setor da saúde para coordenar ações na área da saúde pública e fortalecer a cooperação para atender a emergência epidemiológica.
 - ii. Apoiar o fornecimento de medicamentos por instituições independentes e ações de vigilância epidemiológica na Venezuela e nos países vizinhos, particularmente diante do reaparecimento de doenças como o sarampo, a malária e a difteria.
7. Reiteram o parágrafo 4º da Declaração de Lima de 8 de agosto de 2017 e, com o objetivo de contribuir para preservar os poderes da Assembleia Nacional, concordam em adotar, desde que sua legislação e ordenamento internos assim o permitam, as seguintes medidas de caráter econômico e financeiro:
 - i. Solicitar às autoridades competentes de cada país que emitam e atualizem circulares ou boletins no âmbito nacional que transmitam ao setor financeiro e bancário o risco em que poderão incorrer caso realizem com o governo da Venezuela operações que não tenham o endosso da Assembleia Nacional, incluindo acordos de pagamento e créditos recíprocos para operações de comércio exterior – inclusive bens militares e de segurança.
 - ii. Coordenar ações para que as organizações financeiras internacionais e regionais procurem não conceder empréstimos ao governo da Venezuela, devido à inconstitucionalidade de contrair dívida sem o endosso da Assembleia Nacional, exceto quando o financiamento é utilizado em ações de ajuda humanitária, tendo em vista, previamente à sua concessão, os possíveis efeitos indesejáveis nas economias de terceiros países mais vulneráveis.
 - iii. Intensificar e ampliar, por meio dos mecanismos existentes, o intercâmbio de informações de inteligência financeira sobre as atividades de indivíduos e empresas venezuelanos que possam estar vinculados a atos de corrupção, lavagem de dinheiro ou outras condutas ilícitas passíveis de procedimentos judiciais para sancionar tais atividades criminosas, como congelamento de ativos e aplicação de restrições financeiras.

iv. No marco das normas internacionais estabelecidas pelo Grupo de Ação Financeira (GAFI) e dos mecanismos operacionais já existentes, insta-se a contar com uma análise de risco de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, e propõe-se, ainda, que os países sensibilizem o setor privado em suas jurisdições acerca das ameaças e riscos de lavagem de dinheiro e corrupção que identificarem na Venezuela e que afetem a região, o que ampliará a capacidade de prevenir ou detectar possíveis atos ilícitos com maior tempestividade.

v. Da mesma forma, solicita-se que as Unidades de Inteligência Financeira e as autoridades competentes de cada país emitam e atualizem guias, circulares ou boletins em nível nacional que alertem as instituições financeiras para a corrupção no setor público venezuelano e os métodos que os servidores públicos venezuelanos e suas redes podem estar usando para ocultar e transferir recursos provenientes de atos de corrupção.

8. O Grupo continuará a acompanhar o desenvolvimento da situação na Venezuela com o objetivo de adotar as medidas adicionais que se façam necessárias, de maneira individual ou coletiva, a favor do restabelecimento do Estado de Direito e da ordem democrática naquele país.

ITAMARATY | BRASIL | 23/05/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Visita do vice-secretário de Estado dos Estados Unidos, John J. Sullivan

O vice-secretário de Estado dos Estados Unidos, John J. Sullivan, realizou visita de trabalho a Brasília, em 22 de maio de 2018.

Por ocasião do encontro, o embaixador Marcos Galvão e o vice-secretário John Sullivan lançaram o **Foro Permanente de Segurança Brasil-EUA**. Resultado do sólido trabalho conjunto entre o Brasil e os EUA no combate aos ilícitos transnacionais, a iniciativa baseia-se no fortalecimento da colaboração entre os órgãos e agências de segurança pública dos dois países.

O Foro será coordenado pelo Itamaraty e pelo Departamento de Estado e tem por objetivo criar condições favoráveis para a articulação interagências e o desenvolvimento de estratégias operacionais em torno de seis áreas temáticas pré-definidas: narcotráfico, tráfico de armas, delitos cibernéticos, lavagem de dinheiro e crimes financeiros, terrorismo e cooperação institucional.

A primeira reunião de trabalho do Foro está prevista para ser realizada ainda este ano, em Washington, DC.

O secretário-geral e o vice-secretário discutiram outros objetivos prioritários no relacionamento bilateral, de acordo com a **"Agenda de 10 pontos Brasil-EUA"**, tais como comércio e investimento, cooperação espacial, e defesa. O secretário-geral e o vice-secretário celebraram a troca de notas que completa o processo de ratificação do **Acordo sobre Transportes Aéreos** (acordo "Céus Abertos"). Eles também saudaram a retomada das negociações do **Acordo de Salvaguardas Tecnológicas**.

A ocasião também serviu para uma troca de ideias a respeito das questões regionais mais relevantes, incluindo a resposta à crise política, econômica e humanitária na Venezuela.

ITAMARATY | ÁSIA | 04/06/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Declaração conjunta por ocasião do lançamento das negociações para um acordo de comércio entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados Membros do Mercosul, e a Coreia do Sul

Reconhecendo a complementaridade das economias dos Estados Membros do Mercosul e da Coreia, e o potencial significativo de avançar ainda mais nas relações econômicas mediante o aumento dos fluxos de comércio e investimento entre as Partes;

As Partes concluíram discussões exploratórias sobre um possível acordo comercial entre os Estados Membros do MERCOSUL e a Coreia;

Considerando que as Partes estão preparadas para iniciar negociações sobre acordos comerciais:

Os Ministros:

- (1) Tomam nota da conclusão bem-sucedida do diálogo exploratório;
- (2) Instruem seus representantes para iniciar negociações a fim de alcançar um acordo comercial.

ITAMARATY | ÁSIA | 04/06/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

II Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia sobre Cooperação Científica e Tecnológica

Ocorrerá, no Palácio Itamaraty, a **II Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia sobre Cooperação Científica e Tecnológica**, com objetivo de passar em revista os temas bilaterais referentes a inovação, tecnologias de informação e comunicação (TICs), empreendedorismo, pesquisa industrial e intercâmbio de startups.

Na ocasião, será assinado **Memorando de Entendimento em Biotecnologia**, que permitirá o lançamento de novas chamadas conjuntas nesta área.

Desde a I Reunião da Comissão Mista, realizada em Nova Délhi, em 2012, foi realizada chamada conjunta em Ciência, Tecnologia e Inovação que abrigou 14 projetos, entre universidades e instituições de pesquisa de ambos os países, nas áreas de TICs, geociências, matemática e energias renováveis, além de duas chamadas conjuntas em biotecnologia (2013 e 2015), com apoio a projetos nas áreas de biofarmácia, biocombustíveis e doenças negligenciadas e infecciosas.

Brasil e Índia buscarão avançar nas negociações de um programa de trabalho de cooperação científica e tecnológica.

Durante o encontro, será apresentado projeto entre o **Parque Tecnológico de Itaipu (PTI)** e o **Centro de Desenvolvimento de Computação Avançada da Índia**, que possibilitará a construção de laboratório de computação avançada de última geração no PTI, com transferência de tecnologia, além de treinamento e intercâmbio de profissionais no setor de computação de alto desempenho.

ITAMARATY | INTERNACIONAL | 04/06/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Brasil eleito presidente do Conselho Executivo da OMS

O Brasil foi eleito para exercer a presidência do **Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde (OMS)**, agência especializada do sistema das Nações Unidas.

O Brasil tem uma atuação de destaque e liderança na OMS, sobretudo na defesa do acesso universal a medicamentos e serviços de saúde. No exercício da presidência do Conselho Executivo, o Brasil terá a oportunidade de coordenar a discussão multilateral dos principais temas de saúde em sintonia com os objetivos da **Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável**.

A OMS, que existe desde 1948, tem como missão elevar os padrões sanitários e de bem-estar da população mundial, coordenando os esforços internacionais para a prevenção, o controle e o tratamento de doenças, supervisionando o intercâmbio entre os países-membros de informações epidemiológicas e realizando pesquisas em diversos campos da área de saúde.

ITAMARATY | ESTADOS UNIDOS | 07/06/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Restrições americanas às exportações de aço e alumínio

O governo dos Estados Unidos publicou informações a respeito da entrada em vigor de novas restrições a suas importações de aço e alumínio com efeitos sobre o Brasil.

As exportações brasileiras de aço para os Estados Unidos estarão sujeitas a quotas, baseadas na média dos últimos três anos (2015-2017). A quota para o aço semi-acabado equivalerá a 100% dessa média. Para os produtos acabados (aços longos, planos, inoxidáveis, e tubos), a quota será de 70% da referida média.

As exportações brasileiras de alumínio estarão sujeitas a sobretaxa de 10%, adicionais às tarifas de importação atualmente em vigor.

As medidas restritivas são de responsabilidade exclusiva do governo dos Estados Unidos e serão por ele administradas. O governo brasileiro, em contato com o setor produtivo, acompanhará atentamente os seus efeitos sobre as exportações brasileiras.

Conforme indicado nas notas anteriores sobre o assunto, o governo brasileiro considera que a aplicação das restrições sobre as exportações brasileiras não se justifica e segue aberto a construir soluções que melhor atendam às expectativas e necessidades de ambos os setores de aço e alumínio no Brasil e nos Estados Unidos, reservando seus direitos nos âmbitos bilateral e multilateral.

ITAMARATY | ESTADOS UNIDOS | 07/06/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos – Washington, Estados Unidos, 4 e 5 de junho de 2018

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, chefia a delegação brasileira que participa da **48ª Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA)**.

A Assembleia-Geral é a instância máxima da OEA. A edição deste ano será marcada pela celebração dos 70 anos da Organização, cuja Carta foi assinada em 30 de abril de 1948 em Bogotá, Colômbia.

Durante a Assembleia-Geral da OEA, pretende-se dar continuidade às discussões sobre a grave situação vivida pela Venezuela, com o objetivo de contribuir para a restauração da democracia e para o alívio da situação humanitária naquele país. Serão debatidos também outros assuntos no âmbito dos quatro pilares consagrados pela visão estratégica da Organização: fortalecimento da democracia, promoção e proteção dos direitos humanos, impulso ao desenvolvimento integral e fomento à segurança multidimensional.

A OEA é a mais antiga organização regional em funcionamento no mundo, da qual o Brasil é membro fundador. Foi criada em 1948, em substituição à União Pan-Americana, fundada em 1910.

ITAMARATY | INTERNACIONAL | 09/06/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Eleição do professor George Rodrigo Bandeira Galindo como membro da Comissão Jurídica Interamericana

O governo brasileiro celebra a eleição do professor **George Rodrigo Bandeira Galindo** como membro da **Comissão Jurídica Interamericana**, ocorrida hoje, durante a 48ª. Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos.

Único órgão da OEA com sede no Brasil, no Rio de Janeiro, a **Comissão Jurídica Interamericana (CJI)** serve de corpo consultivo da organização em assuntos jurídicos e promove o desenvolvimento progressivo e a codificação do direito internacional no continente.

O professor Galindo é consultor jurídico do Itamaraty desde 2016 e cumprirá mandato na CJI entre 2019 e 2022.

Diplomata que organizou fuga de boliviano será embaixador no Japão

Conhecido por haver arquitetado, em 2013, a fuga do ex-senador boliviano Roger Pinto Molina de seu país, o diplomata **Eduardo Saboia** teve sua indicação para a Embaixada no Japão aprovada.

O diplomata era ministro-conselheiro da embaixada brasileira em La Paz quando, em 2012, Molina pediu asilo ao Brasil, alegando perseguição pelo regime de Evo Morales. A proteção foi concedida pelo governo brasileiro, mas o senador não obteve da Bolívia o salvo-conduto que lhe permitiria sair do país. Por isso, ele permaneceu 454 dias ocupando uma sala de quatro metros quadrados na Embaixada do Brasil.

A situação precária do senador foi repetidamente informada por Saboia a seus superiores em Brasília, mas nada ocorreu. Em agosto de 2013, com o risco de Molina cometer suicídio, o diplomata decidiu agir por conta própria.

Utilizando dois carros com placas diplomáticas, ele viajou com o senador até o Brasil. Na fronteira, o grupo foi resgatado por um avião.

A fuga provocou a queda do então ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota. Saboia foi alvo de um inquérito administrativo e foi punido com suspensão de 20 dias por quebra de hierarquia.

Dividindo opiniões no Itamaraty, o diplomata passou a trabalhar na Comissão de Relações Exteriores do Senado, então presidida por Aloysio Nunes Ferreira. Nesse posto, ele participou de outro episódio de grande visibilidade: a tentativa fracassada de um grupo de senadores de visitar, na prisão em Caracas, o líder opositor Leopoldo López. A comitiva foi barrada na saída do aeroporto.

Com o fim do governo de Dilma Rousseff, Saboia foi promovido. Atualmente, é chefe de gabinete no Itamaraty. Aprovado para servir no Japão, Saboia só pretende seguir para lá em 2019, para acompanhar Aloysio até o final de sua gestão.

Na sabatina, Saboia disse que uma prioridade à frente da Embaixada no Japão será o apoio à comunidade brasileira no País.

O diplomata destacou também a necessidade de avançar na construção de um acordo comercial entre o Mercosul e o Japão. Ele informou que o volume de comércio com o Brasil recuou de US\$ 17 bilhões anuais para US\$ 9 bilhões em 2017, reflexo da crise econômica aqui e da estratégia japonesa de buscar novos acordos comerciais, que acabaram reduzindo o espaço de produtos brasileiros.

A pergunta mais frequente dos senadores foi sobre a tensão geopolítica na região, por causa do avanço da China e do desenvolvimento de armas nucleares pela Coreia do Norte. Saboia comentou que o Japão tem buscado um equilíbrio nas relações com a China.

Já em relação à Coreia do Norte, ele acredita que o Japão "inevitavelmente" participará das negociações para a desmilitarização do país. Ele observou que, se o desenvolvimento de mísseis é motivo de preocupação dos Estados Unidos, mais ainda é para o Japão, que se encontra nas proximidades.

Aplicação, pelo Governo da China, de medidas antidumping provisórias às exportações brasileiras de produtos de frango

O Governo brasileiro lamenta a decisão anunciada hoje pelo Governo da China de aplicar medida antidumping provisória às exportações de produtos de frango do Brasil.

As exportações brasileiras de frango representam importante item da pauta comercial bilateral e são complementares à produção local da China, beneficiando os agentes econômicos de ambos os países, especialmente os consumidores chineses. A participação das importações brasileiras representa cerca de 5% do mercado da China.

Os indicadores de desempenho da indústria de frangos chinesa também tiveram evolução positiva durante o período

analisado. Houve aumento do volume de vendas no mercado chinês e melhoras na capacidade instalada, preço praticado, massa salarial, produtividade, receita de vendas, custo de produção, lucro, retorno sobre investimentos e fluxo de caixa, entre outros indicadores.

O Governo brasileiro tem participado ativamente da investigação de dumping conduzida pela China, em conjunto e em apoio a empresas brasileiras exportadoras para o mercado chinês. O Brasil manifestou formalmente, no âmbito da investigação, seu entendimento sobre a inexistência de dano causado pelas exportações brasileiras aos produtores chineses de produtos de frango e sobre a ausência de requisitos previstos na normativa da Organização Mundial de Comércio (OMC) que autorizem a imposição de medidas antidumping.

O Governo brasileiro continuará em contato constante com as empresas exportadoras e a associação representativa do setor no Brasil, fornecendo todo o apoio necessário no transcorrer da investigação e atento ao fiel cumprimento dos acordos da OMC. O Brasil espera que o Governo da China encerre a investigação em curso, sem a aplicação de medida antidumping definitiva.

O Governo brasileiro, no contexto da **Parceria Estratégica Global com a China**, reitera o seu compromisso com a busca de soluções concertadas para questões comerciais.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 13/06/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Situação na Nicarágua

O governo brasileiro condena com veemência a continuidade da ocorrência de situações de violência e intimidação, com uso desproporcional de força, contra a população civil no contexto de manifestações pacíficas em prol de reformas democráticas na **Nicarágua**, como aquelas mantidas durante a **Marcha das Mães**".

O Brasil associou-se à **Declaração de Apoio ao Povo da Nicarágua**, adotada pela **48ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos**, e reitera a importância do acordo firmado pelo governo nicaraguense para estabelecer o Grupo Interdisciplinar Internacional de Peritos Independentes, instância capacitada a investigar e apurar responsabilidades pela violência perpetrada contra a população civil.

O governo brasileiro insta o governo nicaraguense a criar as condições para a retomada do diálogo nacional conduzido pela Conferência Episcopal da Nicarágua. O governo brasileiro entende que não pode haver solução pacífica para o conflito sem a participação de todas as forças políticas nicaraguenses nesse processo.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 13/06/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

I Rodada Negociadora do Acordo de Livre Comércio Brasil-Chile

A primeira rodada de negociações para um **Acordo de Livre Comércio entre o Brasil e o Chile** foi realizada em Brasília.

Durante a reunião, as partes registraram avanços nos temas que integram o futuro acordo: comércio de serviços; comércio eletrônico; telecomunicações; medidas sanitárias e fitossanitárias; facilitação de comércio; micro, pequenas e médias empresas; obstáculos técnicos ao comércio; coerência regulatória/boas práticas regulatórias; cooperação econômico-comercial; política de concorrência; comércio e gênero; comércio e assuntos trabalhistas; comércio e meio ambiente; assuntos institucionais e solução de controvérsias.

As negociações do Acordo de Livre Comércio traduzem o propósito do governo brasileiro de aprofundar as já densas relações com o Chile e fazem parte das iniciativas em curso de **aproximação dos países do MERCOSUL com a Aliança do Pacífico**.

O Chile é o segundo principal parceiro comercial do Brasil na América do Sul e importante destino de investimentos brasileiros na região. Em 2017, o intercâmbio comercial bilateral alcançou US\$ 8,5 bilhões, o que representa incremento de 22% em relação ao mesmo período do ano passado. Nos cinco primeiros meses de 2018, o comércio Brasil-Chile aumentou cerca de 27%. O Brasil é o maior parceiro comercial do Chile na América do Sul e principal destino dos investimentos chilenos no exterior, com estoque de US\$ 31 bilhões.

Comunicado dos Estados Partes do MERCOSUL sobre fatos de violência na Nicarágua

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, Estados Partes do MERCOSUL, expressam sua preocupação pelos fatos de violência ocorridos na Nicarágua em 2018.

Condenam todo tipo de violência e encorajam o Governo e o povo da Nicarágua a retomar o diálogo nacional coordenado pela Conferência Episcopal, com o objetivo de consensuar uma solução pacífica para a grave crise e apoiar os esforços de cooperação no âmbito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), para a investigação e o esclarecimento dos fatos de violência.

Sublinham, ainda, a importância de fomentar a paz, restabelecer o clima de convivência pacífica, respeitar a institucionalidade democrática e garantir o direito da cidadania a manifestar-se.

Comunicado dos Estados Partes do MERCOSUL sobre a Situação Humanitária e Migratória na Venezuela

Os Estados Partes do MERCOSUL, em face da crise humanitária e migratória que afeta a República Bolivariana da Venezuela e a região:

Considerando o crescimento dos fluxos migratórios de venezuelanos que buscam novas oportunidades na região frente à deterioração das condições de vida na Venezuela, salientaram a necessidade de coordenar esforços a fim de dar respostas integrais em matéria migratória e de refúgio, de forma consistente com a dignidade e a preservação dos direitos fundamentais dos migrantes.

Exortam o Governo da Venezuela a coordenar com a comunidade internacional o estabelecimento de canais para o acesso de ajuda humanitária para paliar a crise social e migratória que vive o país. Alentam, ainda, a estabelecer um sistema para o intercâmbio de informação epidemiológica com os países da região.

Reiteram sua vontade e seu compromisso de apoiar e acompanhar o povo venezuelano nos esforços que demande a mitigação da crise migratória, humanitária e social que atravessa atualmente.

Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes e Associados do MERCOSUL – Assunção, 18 de junho de 2018

Os Presidentes da República Federativa do Brasil; da República do Paraguai; e da República Oriental do Uruguai, bem como a Vice-Presidenta da República Argentina, Estados Partes do MERCOSUL; o Vice-Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia; e as altas autoridades dos Estados Associados, reunidos em Assunção por ocasião da **LII Cúpula de Presidentes do MERCOSUL**:

1. Reafirmaram seu compromisso com o aprofundamento da integração regional para contribuir ao desenvolvimento econômico com inclusão social, à melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos e à erradicação da fome e da pobreza em seus territórios.

2. Reiteraram a importância da defesa e do firme impulso aos princípios democráticos e à plena vigência do estado de

direito e da proteção, promoção e respeito irrestrito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, como condições essenciais para a consolidação e o aprofundamento do processo de integração regional, reconhecendo o trabalho desenvolvido pela Reunião de Altas Autoridades na Área de Direitos Humanos do MERCOSUL.

3. Ratificaram seu firme compromisso com a integração política, entendida como instrumento fundamental para coadjuvar no desenvolvimento dos povos da região.

4. Reafirmaram o compromisso da América Latina e Caribe como zona de paz, com base no respeito ao direito internacional e nos princípios e propósitos da Carta da Organização das Nações Unidas.

5. Passaram em revista os compromissos e avanços alcançados neste período nos distintos foros de dimensão política, social e cidadã do MERCOSUL e do âmbito multilateral, e, a esse respeito:

6. Reiteraram a importância de fortalecer o empoderamento integral das mulheres, como fator indispensável para o desenvolvimento sustentável de nossas nações em igualdade e equidade.

Instaram a continuar impulsionando o desenho e a implementação de políticas públicas de cuidado sobre a base da realização periódica das "pesquisas de uso do tempo", a fim de visibilizar a contribuição econômica das mulheres, valorizando o trabalho não remunerado, para garantir o reconhecimento e o pleno gozo de seus direitos, alcançar a igualdade efetiva e fortalecer a democracia na região.

7. Reconheceram o trabalho que vem realizando o MERCOSUL Cultural, juntamente com outras instâncias do bloco, com o fim de posicionar a cultura como um eixo transversal do processo de integração e celebraram a relevância conferida aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para a promoção e a visibilidade da contribuição da cultura ao desenvolvimento.

8. Saudaram a adoção da Declaração de Assunção "Redução da Pobreza e Desenvolvimento Sustentável – Não deixar ninguém para trás – Agenda 2030", que fomenta a participação e a inclusão de todas as instâncias sociais do MERCOSUL, envidando esforços para a conquista dos objetivos do Plano Estratégico de Ação Social (PEAS), alinhados com os ODS Agenda 2030, e ressaltaram a importância do Instituto Social do MERCOSUL, como órgão técnico de serviço a todas as instâncias da dimensão social do bloco.

9. Comprometeram-se a continuar trabalhando para fortalecer as políticas públicas migratórias para a inclusão e integração das pessoas migrantes dos Estados Partes e Associados do MERCOSUL, com especial ênfase na promoção e proteção dos direitos humanos, e assegurando os máximos níveis de cooperação consular e migratória.

10. Realçaram a relevância da educação como direito humano fundamental e como fator de desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto, valoraram as atividades levadas adiante no primeiro semestre de 2018 pelo Setor Educacional do MERCOSUL, e destacaram os seminários organizados para tratar dos desafios do ensino médio, das boas práticas para a primeira infância e da educação e a formação técnica e profissional entre os países da região.

Salientaram o valor da mobilidade e dos intercâmbios acadêmicos e do reconhecimento de certificados, títulos e estudos de nível fundamental, médio, técnico e superior, e instaram o Setor Educacional do MERCOSUL a continuar trabalhando em matéria de integração educativa e reconhecimento de estudos.

11. Sublinharam sua vontade de coordenar políticas e promover a harmonização das legislações nacionais em matéria de armas de fogo e munições. Nesse sentido, reiteraram seu compromisso com a prevenção, o combate e a eliminação da fabricação e tráfico ilícitos de armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais relacionados e expressaram seu apoio às iniciativas voltadas ao trabalho conjunto e à definição consensuada de posições entre os Estados Partes e Associados.

12. Reafirmaram a importância de consolidar a plena independência e autonomia dos sistemas de defesa pública, nos âmbitos nacional, provincial, estadual e/ou departamental, com o fim de assegurar o real acesso à justiça das pessoas em condição de vulnerabilidade, em prol de garantir o respeito de seus direitos humanos.

13. Reiteraram que o problema mundial das drogas deve ser abordado de forma ampla, integral e equilibrada, com o esforço e o compromisso dos países da região, sob o princípio de responsabilidade comum e compartilhada e à luz das recomendações operacionais contidas nos sete pilares do documento de resultados do XIII Período Extraordinário de Sessões da Assembleia-Geral das Nações Unidas sobre o Problema Mundial das Drogas (UNGASS 2016).

14. Destacaram os importantes avanços registrados no pilar político e de cooperação no marco das negociações do Acordo de Associação MERCOSUL-União Europeia.

15. Reafirmaram os termos da “Declaração dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile”, assinada em 25 de junho de 1996, em Potrero de los Funes, República Argentina, denominada “Declaração sobre as Malvinas”, e reiteraram seu respaldo aos legítimos direitos da República Argentina na disputa da soberania relativa à questão das Ilhas Malvinas.

Destacaram a plena disposição mostrada pelo governo argentino para gerar um clima de renovado diálogo e maior cooperação com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, que permita reatar as negociações para encontrar uma solução definitiva para a disputa de soberania.

16. Expressaram seu reconhecimento e agradecimento ao Presidente da República do Paraguai, Senhor Horacio Cartes, ao Governo Nacional e ao povo paraguaio pela sua hospitalidade.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 19/06/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL e Bolívia

Os Presidentes da República Federativa do Brasil; da República do Paraguai; da República Oriental do Uruguai; bem como a Vice-Presidenta da República Argentina, Estados Partes do MERCOSUL; e o Vice-Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, reunidos em Assunção em 2018, por ocasião da **LII Cúpula de Presidentes do MERCOSUL**:

1. Reiteraram seu firme compromisso com o **processo de integração do MERCOSUL**, destacando que seus objetivos estão voltados ao aprofundamento do desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida de seus povos; à plena vigência da democracia e do estado de direito; e à proteção, promoção e respeito irrestrito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.
2. Destacaram a transcendência do **Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM)** como ferramenta para a redução das assimetrias. Nesse sentido, celebraram a assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação Internacional entre o MERCOSUL e o **Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA)**, com o objetivo de aprofundar os vínculos entre ambos os organismos para o desenvolvimento de programas e projetos, mediante a assinatura de convênios de assistência técnica e complementação financeira, além de um contrato de administração fiduciária, no âmbito de suas respectivas funções, objetivos e competências.
3. Saudaram os trabalhos realizados pela Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL para o acompanhamento do Plano de Ação para a conformação progressiva do Estatuto da Cidadania do MERCOSUL, priorizando ações tendentes a alcançar sua plena implementação por ocasião do 30º aniversário da constituição do MERCOSUL.
4. Sublinharam a importância de fortalecer o Instituto Social do MERCOSUL (ISM) como órgão técnico de apoio aos foros responsáveis em prol do fortalecimento da dimensão social do processo de integração. Ainda, destacaram o trabalho levado adiante pelo Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH) como órgão responsável do fortalecimento dos direitos humanos como um eixo fundamental do processo de integração.
5. Destacaram os acordos e as declarações emanadas da Reunião de Ministros da Saúde do MERCOSUL, entre outros, aquele relacionado aos “Eixos integradores de saúde de fronteira para o MERCOSUL”, como uma das áreas priorizadas de alto impacto e de relevância para a articulação de políticas públicas de prestação de serviços de saúde nas fronteiras.
6. Ressaltaram a adoção do Plano de Ação 2018-2020 para desenvolver uma Agenda Digital do MERCOSUL que modernize o processo de integração, em face dos desafios regionais e globais que acarreta a transformação tecnológica.
7. Destacaram a aprovação do “Plano Estratégico de Comunicação”, que determina os objetivos e as ações específicas a desenvolver no biênio 2018-2019, com a finalidade de difundir os avanços no processo de integração e dar maior visibilidade às conquistas alcançadas em benefício dos cidadãos do MERCOSUL.
8. Saudaram a bem-sucedida finalização da revisão do Regulamento da Comissão de Comércio do MERCOSUL, que contribuirá para dotar de maior dinamismo e efetividade as tarefas desse órgão decisório.
9. Reafirmaram a necessidade de fortalecer o sistema multilateral de comércio aberto, transparente, inclusivo, não

discriminatório e equitativo, baseado em regras claras, inclusive seu mecanismo de solução de controvérsias, com a OMC como pedra angular e o desenvolvimento como objetivo fundamental. Destacaram, ainda, que uma eventual reforma da OMC deverá realizar-se de maneira transparente e inclusiva para aperfeiçoar as disciplinas que regulam o comércio internacional, em particular no setor agrícola.

Sublinharam, igualmente, seu compromisso com as negociações no âmbito da OMC dos temas de crescente importância na agenda comercial, em particular os que foram objeto de significativo apoio na conferência ministerial da OMC em Buenos Aires: comércio eletrônico; micro, pequenas e médias empresas (MPMEs); empoderamento econômico da mulher; facilitação de investimentos; e a eliminação dos subsídios à pesca, de acordo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas.

10. Ratificaram o compromisso com a implementação do Acordo de Facilitação de Comércio da OMC, em vigor desde 22 de fevereiro de 2017, e acordaram envidar esforços para avançar na coordenação do desenho de mecanismos que facilitem o comércio entre os Estados Partes.

11. Destacaram os importantes esforços realizados pelo MERCOSUL no âmbito das negociações com a União Europeia, para a assinatura de um Acordo de Associação Birregional, demonstrando seu compromisso e vontade integracionista em cada etapa do processo, especialmente desde outubro de 2016, oportunidade em que ambos os blocos decidiram intercambiar ofertas de acesso a mercados.

Em tal sentido, em relação aos avanços registrados até hoje no âmbito das mencionadas negociações, manifestaram a necessidade de contar com um compromisso político de ambas as partes para alcançar um acordo de benefícios mútuos para o desenvolvimento e a prosperidade de seus povos.

12. Ressaltaram que o MERCOSUL se tornou um ator preponderante do comércio internacional; prova disso é sua ampla e dinâmica agenda de relacionamento externo. Destacaram que, durante o presente semestre, lançaram-se negociações com o Canadá e a República da Coreia, duas economias pujantes e de fundamental importância para o comércio mundial, como resposta assertiva às novas tendências protecionistas.

Congratularam-se pelos avanços obtidos em outras negociações, especialmente no processo com os países da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), com os quais já foram celebradas três rodadas de negociações.

Destacaram a importância de avançar nas ações previstas na chamada Hoja de Ruta MERCOSUL Aliança do Pacífico e dinamizar a aproximação entre ambos os blocos regionais. Igualmente, fizeram referência à reunião de Presidentes entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico, prevista para o próximo mês de julho em Puerto Vallarta, México.

13. Expressaram seu reconhecimento à República do Paraguai pelo compromisso democrático plasmado nas eleições nacionais, que contaram com a presença de observadores internacionais, entendendo que esse destacado ato cidadão reafirma e atesta seu processo de consolidação democrática.

14. Auguraram os maiores êxitos à **Presidência Pro Tempore do Uruguai** no exercício de suas funções e na consecução dos objetivos que proponha.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 22/06/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

I Reunião com adidos brasileiros na América do Sul sobre segurança nas fronteiras

O Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, encerrará a I Reunião com adidos brasileiros na América do Sul sobre segurança nas fronteiras.

A reunião tem por objetivo fazer um diagnóstico da situação de segurança nos países sul-americanos.

Desde 2016, o Ministério das Relações Exteriores vem adotando diversas iniciativas para fortalecer os laços de cooperação no combate a ilícitos transnacionais com países da região, entre as quais a **Reunião Ministerial do Cone Sul sobre Segurança das Fronteiras**, a criação de setor específico de segurança e defesa nas embaixadas e o fortalecimento da colaboração, em cada posto, entre adidos da Polícia Federal, da Receita Federal, da Agência Brasileira de inteligência e as adidos de defesa e militares da Marinha, Exército e Aeronáutica.

Situação de menores brasileiros nos Estados Unidos

O governo brasileiro acompanha com muita preocupação o aumento de **casos de menores brasileiros separados de seus pais ou responsáveis** que se encontram sob custódia em abrigos nos Estados Unidos, o que configura uma prática cruel e em clara dissonância com instrumentos internacionais de proteção aos direitos da criança.

O governo brasileiro espera que a ordem executiva emitida hoje pelo governo norte-americano implique a efetiva revogação da prática de separação entre os menores e seus pais ou responsáveis.

O Ministério das Relações Exteriores orientou os consulados do Brasil nos Estados Unidos a reforçarem as medidas que já vêm sendo adotadas nos últimos anos para a proteção consular aos menores de nacionalidade brasileira, entre as quais:

- a) mapeamento de todos os abrigos ao redor do país para a identificação de novos casos;
- b) intensificação do monitoramento e da assistência consular aos menores, com visitas regulares;
- c) orientação a pais/responsáveis de ações legais que podem ser impetradas com vistas à recuperação da guarda e reunificação familiar;
- d) realização de campanhas de esclarecimento, em coordenação com os conselhos de cidadãos brasileiros nos Estados Unidos, sobre os riscos da travessia pela fronteira, em especial com menores de idade;
- e) coordenação e intercâmbio de informações com as repartições consulares dos demais países emissores de emigrantes.

Diálogo franco, resultados concretos

A cooperação entre Brasil e EUA é crescente. Da saúde, educação e intercâmbio cultural ao espaço exterior e inovação, da segurança e defesa ao comércio e investimentos.

Estivemos juntos na construção das **Nações Unidas** e das instituições de **Bretton Woods**, que definiram os parâmetros que orientaram nas últimas décadas o equacionamento de conflitos e o intercâmbio de bens, serviços e capital.

Sabe-se da determinação do Brasil em questões como a reforma do Conselho de Segurança, a promoção dos direitos humanos e do meio ambiente, o ingresso na OCDE e a defesa do sistema multilateral de comércio.

Comprometidos com a **Carta Democrática Interamericana**, Brasil e Estados Unidos defendem a OEA como foro mais apropriado à coordenação regional em favor de uma restauração negociada da democracia na Venezuela.

Com o governo Trump, definimos um elenco de prioridades: a **“agenda de dez pontos”**.

Os resultados incluem ampliação da frequência de voos com o **Acordo de Céus Abertos**, negociação de um acordo de salvaguardas que viabilize a base de Alcântara e participação do Brasil no mercado de lançamento de satélites e o lançamento do **Fórum de Segurança Pública** para uma maior coordenação no combate ao crime transnacional.

Os EUA são o segundo parceiro comercial do Brasil e o principal mercado para as nossas exportações de manufaturas. Em 2017 recebemos US\$ 11 bilhões de investimentos dos EUA.

Em relações tão intensas, é natural que surjam discordâncias. Esperamos que seja eliminada a prática cruel de separação de menores migrantes de seus pais e responsáveis, uma afronta aos instrumentos internacionais de proteção dos direitos das crianças. Discordamos da imposição de tarifas ou cotas à importação do aço e alumínio do Brasil, que não oferece risco à indústria dos EUA.

A aproximação com Washington foi um dos eixos do paradigma Rio Branco, que inaugurou a política externa republicana. Com a política externa independente, a adoção de uma perspectiva universalista se deu em torno de valores comuns como desenvolvimento, democracia e autodeterminação. O fim da guerra fria acentuou uma aposta no multilateralismo. Há, portanto, um legado a ser preservado.

*Aloysio Nunes Ferreira é ministro das Relações Exteriores

ITAMARATY | BRASIL | 29/06/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Comunicado Conjunto sobre Cooperação Espacial Brasil-EUA

Em audiência do Presidente Michel Temer ao Vice-Presidente Pence, que preside o Conselho Nacional do Espaço dos Estados Unidos, tratou-se especificamente de tópicos pertinentes à cooperação Brasil-EUA para os usos pacíficos do espaço exterior.

Nessa perspectiva, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América:

- reafirmam seus respectivos apoios a atividades que elevam o grau de conhecimento sobre o espaço exterior e melhoram seu desenvolvimento pacífico, o que é de seu interesse mútuo e contribui para a prosperidade de ambos os países e do mundo;
- consideram que benefícios serão obtidos por ambos os lados a partir do avanço nas atividades da cooperação nos usos pacíficos do espaço exterior, tais como missões espaciais tripuladas, ciências espaciais e iniciativas comerciais e civis na área espacial;
- reconhecem a crescente importância das atividades espaciais e saúdam os recentes esforços com vistas a robustecer esse setor em seus respectivos países, tais como o estabelecimento do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro e o restabelecimento do Conselho Nacional do Espaço dos Estados Unidos;
- recordam a entrada em vigor, no dia 3 de abril de 2018, do novo Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre a Cooperação dos Usos Pacíficos do Espaço Exterior;
- comprometem-se a promover a continuidade do relacionamento mutuamente benéfico nesse campo no futuro, através de instrumentos que favorecem iniciativas conjuntas de cooperação no espaço exterior;
- saúdam, também, os entendimentos entre a Agência Espacial Brasileira e a Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço dos Estados Unidos na cooperação no projeto relativo à Observação Preventiva da Cintilação (SPORT), que tem por fim estudar fenômenos ionosféricos que causam transtornos à rede do Sistema de Posicionamento Global (GPS) e aos sistemas espaciais de comunicação.

ITAMARATY | ORIENTE MÉDIO | 02/07/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Declaração Conjunta por ocasião dos 50 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Kuwait – Brasília, 30 de junho de 2018

A República Federativa do Brasil e o Estado do Kuwait comemoram, neste ano de 2018, o **50º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas**.

Ao longo das últimas décadas, os dois países engajaram-se na construção de laços sólidos e de entendimento mútuo, que são reforçados no dia de hoje, data da primeira Reunião de Consultas Bilaterais. Ambos os países compartilham uma série de princípios que regem sua política externa, como a não-intervenção em assuntos internos, a solução pacífica de controvérsias e a cooperação como instrumento para o desenvolvimento.

Todos esses princípios contribuirão para a intensificação do diálogo político entre os dois países em diversos assuntos multilaterais, especialmente a partir da década de 1990. Essa aproximação se refletiu no apoio brasileiro à eleição do

Sessão informativa sobre a assistência aos migrantes venezuelanos

Será realizada, no Itamaraty, sessão informativa a representações diplomáticas e organismos internacionais sobre as ações do governo brasileiro relativas à **migração venezuelana ao Brasil**.

2. As políticas brasileiras serão apresentadas pela Casa Civil da Presidência da República, que preside o Comitê Federal de Assistência Emergencial, e por representantes de outras instituições envolvidas, em especial os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores.

3. Sob coordenação do Comitê Federal de Assistência Emergencial criado em fevereiro deste ano, o governo brasileiro vem dando assistência a milhares de cidadãos da Venezuela que chegam ao Brasil em razão da crise humanitária naquele país.

Dos cerca de 110 mil venezuelanos que ingressaram no Brasil desde 2017 até maio passado, cerca de 50 mil solicitaram regularização migratória. Para assistir aqueles que chegam em situação de aguda vulnerabilidade social, foi adotada ampla estratégia, executada em parceria com agências das Nações Unidas, em especial o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), além de grupos da sociedade civil.

4. Entre as ações em curso, destaca-se a requalificação e/ou construção de abrigos. Nove deles estão em operação em Roraima, onde se encontram alojadas cerca de 4 mil pessoas.

Foram e estão sendo empreendidas ações de saúde e proteção aos direitos humanos dos migrantes, bem como de combate a crimes tais como o trabalho escravo. O governo brasileiro também executa um programa de interiorização dos migrantes vulneráveis que desejem deixar Roraima e radicar-se em outros estados da federação.

Quadragésimo aniversário do Tratado de Cooperação Amazônica

O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) chega aos 40 anos. Com uma população de cerca de 40 milhões de pessoas, 385 povos indígenas e cidades de centenas de milhares de habitantes, **a Amazônia ocupa 40% do território sul-americano**. Contém 20% da água doce da superfície do globo, abriga a maior floresta megadiversa do mundo e é o habitat de 20% de todas as espécies de fauna e flora existentes no planeta.

Apesar desses números "amazônicos" e da óbvia importância estratégica da região para a segurança e o desenvolvimento sul-americano, a área recebeu, historicamente, menos atenção do que a devida. Isso começou a mudar na segunda metade do século XX. No caso do Brasil, alguns marcos foram a criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), em 1952; a ligação rodoviária Belém-Brasília; a criação, em 1966, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a revitalização econômica de Manaus por meio de seu polo industrial.

Desenvolveu-se a convicção de que o desenvolvimento sustentável da região amazônica é fundamental para todo o país.

A assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica em 1978 e a criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) em 1998, com sede em Brasília, fazem parte dessa história de "redescoberta" e "revalorização" da Amazônia, para a qual tanto contribuíram personalidades quanto o embaixador Rubens Ricúpero, o principal mentor do TCA.

Há diversidade dos temas objeto dos projetos de cooperação no âmbito da OTCA, tais como o monitoramento da cobertura florestal, a gestão de recursos hídricos transfronteiriços, a prevenção de epidemias, a proteção de povos indígenas, as políticas sociais e o estabelecimento de base de dados para intercâmbio científico.

A disponibilidade de recursos hídricos é um dos determinantes de seus ecossistemas, e mudanças nos níveis e padrões de precipitação, derivados de variações na temperatura global, já estão afetando profundamente seu funcionamento. Isso é

decisivo não só no que tange à preservação da biodiversidade da região, mas também no tocante à prosperidade de boa parte dos seus milhões de habitantes, cujos meios de vida dependem, em boa medida, da disponibilidade de recursos hídricos.

O desafio da mudança do clima e seus impactos na Amazônia ilustram a centralidade do conceito de sustentabilidade na ação dos Estados em favor do desenvolvimento da região. Não por outra razão, a Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (AECA) 2019-2030, ora em preparação, tem no desenvolvimento sustentável sua pedra angular. Seus objetivos e metas estarão estreitamente alinhados à Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030 e ao Acordo de Paris.

Há, portanto, razões para celebrar o quadragésimo aniversário da firma do TCA e fundadas razões para o otimismo quanto ao futuro da OTCA.

ITAMARATY | BRASIL | 11/07/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o caso Herzog

Aloysio Nunes Ferreira, Ministro das Relações Exteriores:

Diante da anunciada sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, não posso deixar de solidarizar-me fraternalmente com a família de Vladimir Herzog.

O fato de que a lei da anistia tenha contribuído para o fim do arbítrio, causa por que tanto lutou Vladimir Herzog, não atenua em nada o imperativo moral de repudiar com toda a veemência a responsabilidade do Estado brasileiro pela detenção arbitrária, tortura e assassinato do jornalista.

A decisão da **Corte de São José** reaviva a importância da indignação causada pela morte de Herzog para confirmar o compromisso inarredável da sociedade brasileira com a democracia e o respeito aos direitos humanos.

ITAMARATY | BRASIL | 12/07/2018 | Mathias Alencastro | Leia em : [Folha de São Paulo](#)

Itamaraty é o último ministério digno do governo Temer

A decisão do ministro Aloysio Nunes de acatar a **condenação da Corte Interamericana da OEA** pela falta de investigação, julgamento e sanção dos responsáveis pela tortura e assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1974, merece ser salientada.

Com esse ato, o chanceler coloca pressão no governo Temer, que recentemente reescreveu a história ao declarar que não houve golpe de Estado em 1964. A postura do chanceler confirma uma tendência mais ampla: que **o Itamaraty é o último ministério com resquícios de sentido republicano na Esplanada**.

A forma como o Itamaraty tem lidado com a questão migratória é a melhor ilustração dessa tendência. Aloysio Nunes contribuiu decisivamente, enquanto ainda era senador, para a aprovação da nova Lei da Migração.

A delegação brasileira defendeu as posições mais progressistas no encontro para adoção do pacto global para as migrações na Assembleia-Geral da ONU, enfrentando a União Europeia em questões como a não criminalização e o acesso dos migrantes a serviços.

O Ministério das Relações Exteriores vinha atravessando uma sequência histórica de desprestígio. Dilma dedicou-se a neutralizá-lo, restringindo o orçamento e a margem de manobra.

Temer começou por nomear José Serra. Pouco interessado no cargo, ele continuou depreciando o ministério, chegando a ameaçar fechar embaixadas.

Simbolicamente, Aloysio Nunes foi o responsável por reafirmar a posição histórica do Brasil contra sanções unilaterais durante a ubuesca visita do vice-presidente americano, Mike Pence, enquanto o presidente remeteu-se a um mutismo conivente.

XII Cúpula da CPLP

Será realizada, em Cabo Verde, a **XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP**.

A XII Cúpula marcará a passagem da presidência de turno da CPLP do Brasil para Cabo Verde.

A presidência de turno brasileira teve início em 1º de novembro de 2016, com o tema **A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**".

Criada em 1996, a CPLP tem três objetivos centrais, que contam com pleno engajamento brasileiro: a concertação político-diplomática, a ampla cooperação entre seus membros e a promoção e difusão da língua portuguesa. A CPLP tem sido fonte frequente de apoio às posições e às candidaturas do Brasil em foros internacionais. Desde 2006, o Brasil tem representação diplomática específica junto à CPLP, em Lisboa, além de Embaixadas residentes em todos os países da Comunidade.

Declaração Especial sobre a situação na República da Nicarágua

Os governos da República Argentina, da **República Federativa do Brasil**, da República do Chile, da República da Colômbia, da República da Costa Rica, da República do Equador, da República da Guatemala, da República de Honduras, do México, da República do Panamá, da República do Paraguai, da República do Peru e da República Oriental do Uruguai, perante a situação na República da Nicarágua:

1. Expressam sua preocupação pela violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e sua mais firme condenação aos graves e reiterados fatos de violência que se vêm produzindo na Nicarágua; pela repressão e violência contra estudantes e membros da sociedade civil, bem como pelo atraso na prestação de assistência médica urgente aos feridos.
2. Exigem o fim imediato dos atos de violência, intimidação e ameaças dirigidas à sociedade nicaraguense; e o desmantelamento dos grupos paramilitares.
3. Instam a reativar o diálogo nacional na Nicarágua, dentro de um clima de respeito às liberdades fundamentais, que envolva todas as partes para gerar soluções pacíficas e sustentáveis para a situação vivida na Nicarágua e o fortalecimento da democracia, dos Direitos Humanos e do Estado de Direito naquele país;
4. Apoiam a Conferência Episcopal da Nicarágua para que continue seus trabalhos em prol da busca e da promoção de soluções para o conflito e em respeito aos direitos humanos dos nicaraguenses;
5. Agradecem à **Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)** pelas visitas realizadas à Nicarágua para investigar os eventos e instam o governo da Nicarágua a cumprir as 15 recomendações formuladas; e a colaborar com o Grupo Interdisciplinar de Peritos Independentes (GIPI);
6. Fazem um chamado ao governo da Nicarágua e a outros atores sociais para que demonstrem seu compromisso e participem construtivamente de negociações pacíficas com resultados concretos que abordem os desafios fundamentais do país, de forma pacífica, incluindo o fortalecimento das instituições democráticas, a implementação das recomendações da Missão de Observação Eleitoral da OEA e a celebração de eleições livres, justas e oportunas, em um ambiente livre de medo, intimidação, ameaças ou violência.

II Reunião de Ministros das Relações Exteriores CELAC-UE

Será realizada, em Bruxelas, a **II Reunião de Ministros das Relações Exteriores da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos e da União Europeia**.

A reunião representará oportunidade para examinar a cooperação birregional e reafirmar os valores que aproximam América Latina, Caribe e União Europeia no plano internacional. Durante o encontro serão abordados temas como paz e segurança internacional, comércio, meio ambiente, desenvolvimento sustentável e intercâmbio em ciência e tecnologia, entre outros.

A América Latina e o Caribe têm uma tradição de diálogo conjunto com a União Europeia de quase 20 anos – mais antiga, portanto, que a própria CELAC. Desde a formação da comunidade latino-americana e caribenha, em 2011, realizaram-se duas cúpulas e uma reunião de ministros das Relações Exteriores entre as duas regiões.

A parceria birregional vem-se desenvolvendo continuamente e conta, inclusive, com um Plano de Ação, que, atualizado em 2015, identifica instrumentos e atividades voltados à criação de capacidades, com resultados concretos em diversas áreas, incluindo mudança do clima, pesquisa e inovação, gênero, segurança cidadã e outros assuntos.

ITAMARATY | INTERNACIONAL | 19/07/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Cooperação em bom português

Michel Temer: Estarei em Cabo Verde para a **Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)** Na ocasião, concluiremos o período em que o Brasil presidiu a CPLP e passaremos essa responsabilidade a nossos irmãos cabo-verdianos.

Na CPLP, somos centenas de milhões a pensar, a imaginar, a falar utilizando um mesmo código: a língua portuguesa — patrimônio comum que, nem por isso, deixa de guardar a marca da diversidade.

Como o nome sugere, a CPLP tem por objetivo primário a promoção da língua portuguesa. Nisso o Brasil está empenhado. Entre outras tantas iniciativas, instituímos, com Portugal, o Prêmio Monteiro Lobato de literatura infanto-juvenil e impulsionamos centros culturais e leitorados que mantemos em 37 países.

A verdade, porém, é que o nome CPLP diz muito, mas não diz tudo: além da promoção da língua, a Comunidade é espaço privilegiado de diálogo e cooperação, com vistas ao bem-estar de nossas populações. Para melhor aproveitar esse espaço, o Brasil adotou a **Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável** como eixo de sua presidência. Duas razões principais estimularam essa escolha.

Em primeiro lugar, quisemos aproximar os trabalhos da CPLP e da ONU. Com isso, os esforços internacionais pelo desenvolvimento ganham em coesão. Foi significativo que o português António Guterres, secretário-geral da ONU, tenha vindo prestigiar a Cúpula de Brasília, quando assumimos a presidência da CPLP. Como foi significativo que, pela primeira vez, tenhamos organizado, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, reunião de coordenação entre mandatários da Comunidade.

Em segundo lugar, a escolha brasileira ajuda a melhor estruturar a cooperação no âmbito da própria CPLP — cooperação que se concentra no aprimoramento da capacidade de formular e implementar políticas públicas eficazes.

Avançamos em áreas tão distintas como saúde, educação, segurança nutricional, agricultura familiar, igualdade de gênero, meio ambiente, energia, inovação, governo eletrônico, defesa. Ao todo, sediamos, na Presidência brasileira, 13 reuniões ministeriais e número ainda maior de encontros técnicos. Apenas para dar exemplos, promovemos a primeira reunião do Colégio de Defesa da CPLP. Em matéria de saúde, criamos a **Rede de Bancos de Leite Humano da CPLP**, realizamos a primeira reunião de telemedicina, organizamos oficina sobre resistência aos medicamentos contra a malária e levamos adiante atividades de combate ao HIV/Aids e à tuberculose.

ITAMARATY | ÁFRICA | 23/07/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Visita do ministro Aloysio Nunes Ferreira a Túnis – 20 de julho de 2018

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, fará visita oficial à Tunísia.

O ministro também manterá encontro com seu homólogo tunisiano. Serão discutidos temas da agenda regional e internacional, bem como oportunidades para a dinamização dos fluxos de comércio e investimentos bilaterais e iniciativas de cooperação em áreas como desenvolvimento social, agricultura, turismo, cultura e educação. Por ocasião da visita, será realizada a **8ª edição do Conselho Empresarial Brasil-Tunísia**.

A Tunísia é o 7º principal destino das exportações brasileiras na África. A corrente de comércio bilateral em 2017 foi de US\$ 337 milhões, com superávit brasileiro de US\$ 286 milhões.

Encontram-se em negociação acordo bilateral de cooperação e facilitação de investimentos (ACFI) e acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a Tunísia, que representarão importantes vetores da aproximação econômica entre os dois países.

ITAMARATY | ÁFRICA | 24/07/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, à Argélia

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, fará visita oficial a Argel nos dias 22 e 23 de julho de 2018.

Serão discutidos os principais temas da agenda regional e internacional, bem como examinadas iniciativas para ampliar e diversificar as relações bilaterais.

O ministro das Relações Exteriores assistirá, ainda, a demonstrações da aeronave **Embraer 190-E2**, no aeroporto internacional Houari Boumédiène.

Brasil e Argélia mantêm importantes projetos de cooperação técnica, com iniciativas nas áreas de saúde e de formação profissional. A Argélia é o segundo maior parceiro comercial brasileiro na África e no mundo árabe. Em 2017, o intercâmbio bilateral foi de US\$ 3,499 bilhões.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 27/07/2018 | O Estado de S.Paulo | Leia em : [Itamaraty](#)

Uma oportunidade estratégica

A primeira reunião entre os presidentes do **Mercosul** e da **Aliança do Pacífico**, consolidará um trabalho intenso, de quase quatro anos, para promover a aproximação entre os dois grupos sub-regionais.

Segundo, a incerteza, a fragmentação e mesmo os conflitos, no plano internacional, criam condições favoráveis para uma convergência na América Latina. A cúpula poderá sinalizar, assim, um ponto de inflexão na sequência dos esforços, iniciados desde os anos 60, com a criação da **Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc)**, para promover, senão a integração, pelo menos acordos de livre-comércio ou zonas de preferência.

Com efeito, muito já foi feito em cada um dos grupos sub-regionais. Apesar dos percalços em sua caminhada, perfurações e listas de exceção, o Mercosul, integrado por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela (atualmente suspensa), foi criado em 1991. Consolidou uma zona de livre-comércio, adotou uma tarifa externa comum, ainda que imperfeita, promoveu uma harmonização regulatória parcial e concluiu acordos de comércio, embora limitados, com países fora do continente.

O Brasil deu o exemplo e rebaixou unilateralmente a zero sua tarifa de importação, não apenas para os membros do Mercosul, mas igualmente para outros vizinhos sul-americanos.

A Aliança do Pacífico, embora mais recente, em alguns setores avançou mais rápido. Criada em 2011, com a participação de Chile, Peru, Colômbia e México, seus objetivos são mais ambiciosos.

Propõe-se a atingir uma integração mais profunda para cobrir os movimentos de bens, serviços, capitais e pessoas. Preconiza, além da desgravação tarifária, a negociação de temas complexos como regra de origem, barreiras técnicas ao comércio e a expansão de cadeias regionais de valor. Paradoxalmente, o intercâmbio comercial de membros da Aliança do Pacífico entre si é muitas vezes inferior ao comércio com o Mercosul, particularmente com o Brasil.

A ordem liberal do pós-guerra fria, inclusive o multilateralismo, cedeu espaço para a volta da geopolítica, marcada pela competição, quando não conflito, entre as grandes potências. No plano do comércio, o enfraquecimento da Organização Mundial do Comércio (OMC) se soma à aparente decisão da União Europeia de desistir do acordo com o Mercosul – decisão que, se confirmada, poderá mostrar-se um erro estratégico.

Nossa região parece ter logrado proteger-se de vários desses movimentos desestabilizadores, ainda que possa sofrer efeitos indiretos de alguns deles. O caso do Brasil é ilustrativo. Não temos um excedente de globalização, mas, ao contrário, um déficit. Não somos movidos pelo protecionismo, mas, ao contrário, precisamos abrir mais a economia.

Temos boas razões para nos engajarmos pela convergência entre os dois blocos sub-regionais, pela harmonização do espaço econômico em torno da liberdade de comércio e de investimentos, em benefício dos consumidores e da criação de empregos. Os dois grupos combinados representam, aproximadamente, 80% do PIB, da população e do território latino-americanos.

Ainda é tempo para apagar uma nova linha de Tordesilhas que se ia desenhando para separar, como na era colonial, os países do lado do Atlântico daqueles na costa do Pacífico. A decisão de Donald Trump de rejeitar a **Parceria Transpacífica** e renegociar o Nafta poderá favorecer a aposta por maior convergência na América Latina.

Os próximos passos já foram enunciados num roteiro inicial proposto pelo Chile, depois ampliado pelo Brasil e, agora, consolidado pelo México, o anfitrião do encontro.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 27/07/2018 | O Estado de S.Paulo | Leia em : [Itamaraty](#)

Dois destinos, um só objetivo

Participo de dois compromissos que dizem muito sobre a política externa de nosso governo. Estarei em Puerto Vallarta, no México, para a primeira reunião entre os presidentes do **Mercosul** e da **Aliança do Pacífico**.

Entre os dias 25 e 28, estarei em Johannesburgo, na África do Sul, para a **10.ª Cúpula do Brics**. Nos dois casos, transmitiremos ao mundo mensagem de diálogo e cooperação.

A aproximação entre o **Mercosul** (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e a **Aliança do Pacífico** (Chile, Colômbia, México e Peru) é causa na qual estou pessoalmente engajado desde a primeira hora de nosso governo. Juntos, formamos mercado de 470 milhões de pessoas e representamos mais de 90% do PIB e dos fluxos de investimentos na região.

A construção de uma comunidade latino-americana de nações não é uma opção. É um imperativo histórico e, no caso do Brasil, um mandamento constitucional.

Vamos ampliar nossa colaboração para áreas de interesse de nossos cidadãos, como mobilidade acadêmica, turismo e facilitação de investimentos.

Em encontros paralelos, estamos prontos para assinar protocolo que traz mais segurança jurídica para o comércio de serviços com a Colômbia. Com o México, celebraremos acordo para agilizar trâmites aduaneiros e tornar mais fluído nosso intercâmbio comercial.

Num mundo de tendências protecionistas e isolacionistas, é emblemático que o Mercosul e a Aliança do Pacífico se reúnam para empunhar a bandeira do livre-comércio e do entendimento.

É também ao enfrentamento desses desafios que nos dedicaremos em Johannesburgo, onde estarei com os líderes da Rússia, da Índia, da China e da África do Sul para a **cúpula do Brics**. Ao alcançarmos a marca dos dez anos de nosso agrupamento, é oportuno refletirmos sobre o que conquistamos até aqui e sobre o que queremos alcançar nos anos vindouros.

O Brics nasceu em meio à grave crise financeira de 2008. Era natural, portanto, que nossa ação conjunta se concentrasse, precisamente, em temas financeiros. E assim foi. Atuamos de maneira coordenada em foros com o G-20, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Criamos o Arranjo Contingente de Reservas, que ajuda a evitar choques externos e contribui para a maior estabilidade de nossas economias. Estabelecemos o Novo Banco de Desenvolvimento.

A cúpula de Johannesburgo nos permitirá dar mais alguns passos nessa direção. Aprofundaremos nossa cooperação em áreas como meio ambiente, esportes, economia digital. Estamos trabalhando para a instituição de centro de pesquisa que nos auxiliará a desenvolver novas vacinas e a ampliar a capacidade de produção farmacêutica de nossos países. Estamos trabalhando, ainda, para lançar parceria com vistas à troca de informações e à exploração de mercados para a aviação regional.

O eixo dos debates na cúpula será **“o Brics na África”**. O tema nos toca profundamente: somos um país formado por múltiplas culturas, e a presença africana é das mais expressivas.

Como manifestação concreta dessa disposição, inauguraremos, na África do Sul, um **novocentro de treinamento da Embraer** – empresa que é orgulho de todos os brasileiros.

No momento em que o **Brasil se prepara para assumir a presidência do Brics, em 2019** é com satisfação que constatamos: progredimos na boa direção. Durante a cúpula, assinaremos acordo para a instalação de um escritório regional do **Novo Banco de Desenvolvimento** no Brasil. O escritório auxiliará a ampliar a carteira de investimentos no Brasil e nos demais países da América Latina.

ITAMARATY | ÁSIA | 27/07/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Lançamento das negociações do acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a República de Singapura

Foram lançadas hoje as negociações para um **acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a República de Singapura**. O lançamento ocorreu em Puerto Vallarta, México, onde se reuniram delegados das partes, que lá se encontram para a reunião de Cúpula entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico.

O futuro acordo comercial MERCOSUL-Singapura deverá incluir, entre outros tópicos, comércio de bens e serviços, investimentos, facilitação de comércio, propriedade intelectual e compras governamentais.

Singapura é o 16º destino das exportações brasileiras e o 38º principal país de origem de nossas importações. A corrente de comércio entre os dois países, em 2017, atingiu cerca de US\$ 3,4 bilhões.

ITAMARATY | BRASIL | 29/07/2018 | Folha de S.Paulo | Leia em : [Itamaraty](#)

Voto no exterior: esforço conjunto pela democracia

Não há democracia sem voto, nem voto sem cidadania. Foi o texto constitucional de 1988 —a "Constituição Cidadã"— que estendeu aos brasileiros e brasileiras no exterior o direito de participar do processo democrático no Brasil. Desde as eleições de 1989, nossos cidadãos podem depositar seu voto para eleger o(a) presidente da República nas repartições consulares brasileiras espalhadas pelo mundo todo.

Os emigrantes brasileiros mantêm vínculos estreitos com o país, seja por meio de famílias e amigos, seja pela associação indelével com nossa cultura, o modo de viver e de pensar. É natural que possam partilhar do compromisso com o futuro da nação e com a construção de um país mais justo, próspero, pacífico e democrático.

Para isso, incrementou-se, nas últimas décadas, o alcance geográfico do voto no exterior. Nas eleições de 2018, não será diferente. Os eleitores poderão comparecer às urnas em mais de 200 cidades espalhadas pelo mundo onde há repartições consulares, além de 33 seções adicionais em localidades em que não há representação permanente.

Um mecanismo que veio para facilitar as providências de alistamento e transferência eleitorais foi o Titulonet Exterior, que faculta a realização de tais processos em tempo praticamente real.

Outro avanço implementado pela Justiça Eleitoral foi a substituição do título de eleitor em papel, até então impresso no Brasil e transportado por mala diplomática, pelo e-título, que pode ser baixado online e impresso pelo seu titular.

Sabe-se que há muito ainda a ser feito para estimular o voto no exterior e ampliar a participação dos nossos concidadãos no processo eleitoral brasileiro, como aperfeiçoar o sistema de alistamento eleitoral e encontrar soluções para reduzir a distância física entre as seções eleitorais e o local de residência de dezenas de milhares de eleitores. Essas demandas, expressas na 1ª Conferência "Brasileiros no Mundo", realizada em 2008, estão na pauta do trabalho conjunto do Itamaraty com a Justiça Eleitoral.

O voto dos brasileiros no exterior é um poderoso instrumento de cidadania e de união nacional. Contribui para reconectar os nossos irmãos e irmãs espalhados pelo mundo com sua gente e sua terra natal.

ITAMARATY | INTERNACIONAL | 30/07/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

X Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do BRICS

Entre os dias 26 e 27 de julho, realiza-se, em Joanesburgo, África do Sul, a X Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do BRICS.

Os chefes de estado e de governo do BRICS expressarão posições sobre temas centrais da agenda internacional, como reforma da governança política e econômica internacional, paz e segurança, comércio, crises regionais e implementação da **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**.

Na Cúpula de Joanesburgo, serão assinados o **Acordo de Sede do Escritório Regional para as Américas do Novo Banco de Desenvolvimento** (o Banco do BRICS), que será localizado no Brasil, na cidade de São Paulo, bem como o **Memorando de Entendimento em Aviação Regional** do BRICS, o qual promoverá a troca de experiências e informações quanto a marcos regulatórios. Serão aprovados o estabelecimento de um Grupo de Trabalho do BRICS sobre Operações de Manutenção da Paz e um centro de pesquisa em vacinas dos países do BRICS. Por fim, será criada uma rede de parques tecnológicos, para promover a inserção competitiva do BRICS na Quarta Revolução Industrial.

O BRICS responde por 23% do PIB e 18,2% do comércio mundiais. De 2006 a 2017, o comércio intrabloco evoluiu de US\$ 92 bilhões para US\$ 288 bilhões. No mesmo período, o comércio do Brasil com os demais BRICS chegou a US\$ 89,7 bilhões, um crescimento de 27,7 % com relação ao ano anterior.

ITAMARATY | INTERNACIONAL | 01/08/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Escritório Regional das Américas do Novo Banco de Desenvolvimento

O ministro das Relações Exteriores e o presidente do **Novo Banco de Desenvolvimento (NDB)** assinaram, em Joanesburgo, África do Sul, um acordo para o estabelecimento do Escritório Regional das Américas do NDB. Esse desdobramento marca mais um passo no desenvolvimento institucional do NDB e demonstra o firme compromisso do Brasil com o fortalecimento do banco, que foi fundado pelos países membros do BRICS.

Desde sua entrada em operação, em 2015, o NDB já aprovou 23 empréstimos, no valor total de US\$ 5,7 bilhões, para financiamento de projetos nas áreas de energias renováveis, infraestrutura de transporte, abastecimento de água, saneamento e infraestrutura social. O Brasil foi contemplado com quatro empréstimos, no valor total de US\$ 621 milhões, nas áreas de energias renováveis, proteção ambiental, infraestrutura urbana sustentável e transportes. O NDB prevê que, até 2021, cerca de dois terços dos recursos desembolsados sejam destinados a projetos em infraestrutura sustentável.

O Escritório Regional das Américas do NDB terá sede em São Paulo e representação em Brasília. O novo Escritório permitirá ao NDB ampliar o alcance de suas operações, ao estimular a prospecção e desenvolvimento de projetos a serem financiados pelo banco no Brasil e na região. Por meio do Escritório, o NDB também poderá, no futuro, captar recursos no mercado doméstico para financiamento de atividades em moeda local. O primeiro escritório regional da instituição foi inaugurado em agosto de 2017, em Joanesburgo, com mandato para atuar no continente africano.

Nota do Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos

O governo brasileiro lamenta que, sem terem dado a devida consideração a informações prestadas pelo Brasil, titulares de procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos tenham feito críticas infundadas às políticas de equilíbrio fiscal brasileiras, conforme nota conjunta divulgada pelo **Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH)**.

Ao contrário do que sugere a nota, o ajuste das contas públicas tem-se mostrado fundamental para a manutenção e aprimoramento das políticas sociais, entre as quais o programa “Bolsa Família”, o Benefício de Prestação Continuada, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água da Chuva e outras Tecnologias Sociais e a Política de Microcrédito Produtivo Orientado.

Novos programas, como o “Criança Feliz” e o Plano “Progredir”, foram criados. Em 2017 foi realizado o maior repasse para estados e municípios já verificado na assistência social no Brasil: US\$ 743 milhões, um aumento de 8% em relação a 2016, com recomposição três vezes superior à inflação.

As medidas de equilíbrio fiscal foram adotadas para que o Brasil fortaleça suas políticas sociais, ao permitir que os programas criados para garantir os direitos das pessoas em situações de vulnerabilidade sejam sustentáveis no médio e no longo prazos. O necessário reequilíbrio da economia brasileira beneficia, diretamente, as populações de baixa renda e ajuda a reduzir as desigualdades, por meio de maior estabilidade, combate à inflação e saneamento da dívida pública. Sem equilíbrio fiscal não há sustentabilidade das políticas sociais.

Declaração do Grupo de Lima

Os governos de Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia expressam o seguinte:

1. Não reconhecem a legitimidade do processo eleitoral que teve lugar na República Bolivariana da Venezuela por não estar em conformidade com os padrões internacionais de um processo democrático, livre, justo e transparente.
2. Concordam em reduzir o nível de suas relações diplomáticas com a Venezuela.
3. Reiteram sua preocupação com o aprofundamento da crise política, econômica, social e humanitária que deteriorou a vida na Venezuela, o que se reflete na migração em massa de venezuelanos que chegam a nossos países em condições difíceis, na perda de instituições democráticas, do estado de direito e na falta de garantias e liberdades políticas dos cidadãos.
4. Decidem submeter, no marco do 48º período de sessões da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, uma nova resolução sobre a situação na Venezuela.
5. A fim de enfrentar a situação decorrente do aumento preocupante dos fluxos de venezuelanos que se vêm obrigados a sair de seu país, bem como em razão do impacto que essa situação acarreta sobre toda a região, decidem adotar as seguintes medidas:
 - i. Convocar uma reunião de alto nível com autoridades responsáveis por temas migratórios e de refúgio para trocar experiências e definir as diretrizes para uma resposta abrangente, incluindo questões de facilidades migratórias e documentos de identidade. A esse respeito, aceitam a oferta do Peru para sediar a reunião.
 - ii. Considerar a possibilidade de efetuar contribuições financeiras às organizações internacionais competentes para fortalecer as capacidades institucionais dos países da região para atender o fluxo migratório de venezuelanos.

6. Lamentam a grave situação humanitária na Venezuela e, tendo em conta as implicações para toda a região em matéria de saúde pública, decidem adotar as seguintes medidas:

i. Convocar uma reunião de alto nível com as autoridades responsáveis pelo setor da saúde para coordenar ações na área da saúde pública e fortalecer a cooperação para atender a emergência epidemiológica.

ii. Apoiar o fornecimento de medicamentos por instituições independentes e ações de vigilância epidemiológica na Venezuela e nos países vizinhos, particularmente diante do reaparecimento de doenças como o sarampo, a malária e a difteria.

7. Reiteram o parágrafo 4º da Declaração de Lima de 2017 e, com o objetivo de contribuir para preservar os poderes da Assembleia Nacional, concordam em adotar, desde que sua legislação e ordenamento internos assim o permitam, as seguintes medidas de caráter econômico e financeiro:

i. Solicitar às autoridades competentes de cada país que emitam e atualizem circulares ou boletins no âmbito nacional que transmitam ao setor financeiro e bancário o risco em que poderão incorrer caso realizem com o governo da Venezuela operações que não tenham o endosso da Assembleia Nacional, incluindo acordos de pagamento e créditos recíprocos para operações de comércio exterior – inclusive bens militares e de segurança.

ii. Coordenar ações para que as organizações financeiras internacionais e regionais procurem não conceder empréstimos ao governo da Venezuela, devido à inconstitucionalidade de contrair dívida sem o endosso da Assembleia Nacional, exceto quando o financiamento é utilizado em ações de ajuda humanitária, tendo em vista, previamente à sua concessão, os possíveis efeitos indesejáveis nas economias de terceiros países mais vulneráveis.

iii. Intensificar e ampliar, por meio dos mecanismos existentes, o intercâmbio de informações de inteligência financeira sobre as atividades de indivíduos e empresas venezuelanos que possam estar vinculados a atos de corrupção, lavagem de dinheiro ou outras condutas ilícitas passíveis de procedimentos judiciais para sancionar tais atividades criminosas, como congelamento de ativos e aplicação de restrições financeiras.

iv. No marco das normas internacionais estabelecidas pelo **Grupo de Ação Financeira (GAFI)** e dos mecanismos operacionais já existentes, insta-se a contar com uma análise de risco de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, e propõe-se, ainda, que os países sensibilizem o setor privado em suas jurisdições acerca das ameaças e riscos de lavagem de dinheiro e corrupção que identificarem na Venezuela.

v. Da mesma forma, solicita-se que as Unidades de Inteligência Financeira e as autoridades competentes de cada país emitam e atualizem guias, circulares ou boletins em nível nacional que alertem as instituições financeiras para a corrupção no setor público venezuelano e os métodos que os servidores públicos venezuelanos e suas redes podem estar usando para ocultar e transferir recursos provenientes de atos de corrupção.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 16/08/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Visita do presidente da República, Michel Temer, ao Paraguai por ocasião da cerimônia de posse do presidente eleito Mario Abdo Benítez

Michel Temer, comparecerá à cerimônia de posse do presidente eleito do Paraguai, Mario Abdo Benítez.

No dia anterior à solenidade de posse, os chanceleres Aloysio Nunes e Eladio Loizaga assinarão acordo para a construção de ponte internacional sobre o rio Apa, entre o município de Porto Murinho, no Brasil, e o distrito de San Lázaro, no Paraguai, que propiciará conexão viária entre o centro-oeste brasileiro e o porto fluvial de Concepción, no centro do Paraguai.

O Brasil é o principal parceiro comercial do Paraguai. Em 2017, o intercâmbio comercial foi de US\$ 3,78 bilhões. Nos primeiros sete meses de 2018, a corrente de comércio alcançou US\$ 2,2 bilhões, o que representa alta de 5,7% em relação ao mesmo período de 2017. O Brasil mantém, ainda, o segundo maior estoque de investimentos diretos no Paraguai, estimado em US\$ 697 milhões.

O Brasil foi o primeiro país que o presidente eleito do Paraguai visitou, em reconhecimento da profundidade e importância dos laços de coordenação bilateral que unem as duas nações.

II Rodada Negociadora do Acordo de Livre Comércio Brasil-Chile – Santiago, 7 a 10 de agosto de 2018

A segunda rodada de negociações para um **Acordo de Livre Comércio entre o Brasil e o Chile** foi realizada em Santiago, de 7 a 10 de agosto. As negociações foram lançadas por ocasião da visita do Presidente do Chile Sebastián Piñera a Brasília.

Durante a II Rodada, foram concluídos os capítulos sobre Política de Concorrência, Boas Práticas Regulatórias e Micro, Pequenas e Médias Empresas e Empreendedores. Avançou-se, substancialmente, nas negociações a respeito dos demais capítulos que integram o futuro acordo: comércio de serviços; comércio eletrônico; telecomunicações; medidas sanitárias e fitossanitárias; facilitação de comércio; obstáculos técnicos ao comércio; cooperação econômico-comercial; comércio e gênero; comércio e assuntos trabalhistas; comércio e meio ambiente; assuntos institucionais e solução de controvérsias.

As negociações do Acordo de Livre Comércio fazem parte das iniciativas em curso de aproximação dos países do **MERCOSUL** com a **Aliança do Pacífico**.

A III Rodada está marcada para setembro, em Brasília.

O Chile é o segundo principal parceiro comercial do Brasil na América do Sul importante destino de investimentos brasileiros na região. Em 2017, o intercâmbio comercial bilateral alcançou US\$ 8,5 bilhões, o que representa incremento de 22% em relação ao mesmo período do ano anterior. De janeiro a julho de 2018, o intercâmbio comercial entre os dois países foi de US\$ 5,55 bilhões e representou aumento de 12,44% em relação ao mesmo período de 2017. **O Brasil é o maior parceiro comercial do Chile na América do Sul** e principal destino dos investimentos chilenos no exterior, com estoque de US\$ 31 bilhões.

Depósito do instrumento de ratificação do Tratado sobre o Comércio de Armas

O governo brasileiro efetuou, na sede das Nações Unidas em Nova York, o depósito do instrumento de ratificação do **Tratado sobre o Comércio de Armas (TCA)**. Dessa forma, o Brasil cumpre as formalidades internacionais para tornar-se, a partir de 12 de novembro de 2018, estado-parte do Tratado.

O TCA constitui o único instrumento juridicamente vinculante voltado para a regulação de transferências de armas convencionais. Com a ratificação, o Brasil reafirma seu compromisso com o combate ao tráfico ilícito de armas e com o tratamento equilibrado do comércio desses artefatos, que pese, de um lado, a legitimidade de suas exportações e, de outro, seus possíveis efeitos humanitários adversos em certas circunstâncias.

O Brasil participará da **Quarta Conferência dos estados Parte do TCA (CSP4)** a realizar-se em Tóquio, em agosto.

Promulgação da Convenção de Minamata sobre Mercúrio

Foi promulgada a **Convenção de Minamata sobre Mercúrio**. Com a promulgação, a Convenção de Minamata entra em pleno vigor no território nacional. O principal objetivo da Convenção é proteger a saúde humana e o meio ambiente dos efeitos adversos de emissões e liberações de mercúrio e seus compostos.

O Brasil participou ativamente das discussões das sete sessões do Comitê Intergovernamental de Negociação (INC), entre 2010 e 2016, bem como da 1ª Conferência das Partes, realizada em 2017. Pautou-se pela busca de um instrumento ambicioso, no marco da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos resultados da Conferência Rio+20.

A definição de regras internacionais para o uso e comércio de mercúrio representa importante avanço regulatório para o controle de substâncias químicas. A Convenção estabelece obrigações de controle de fontes e comércio de mercúrio. Dispõe também sobre medidas para o controle e a redução de emissões e de liberações de mercúrio no meio ambiente. O texto da Convenção prevê, ainda, a eliminação ou redução do uso do mercúrio em determinados produtos e processos industriais (como, por exemplo, baterias, interruptores, lâmpadas fluorescentes, pesticidas e cosméticos), assim como o manejo ambientalmente adequado de seus resíduos, o gerenciamento de áreas contaminadas por mercúrio e medidas relativas à mineração de ouro artesanal e em pequena escala.

A segunda **Conferência das Partes (COP-2)** da Convenção de Minamata ocorrerá em Genebra, no mês de novembro.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 23/08/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (MOE/OEA)

O ministro Aloysio Nunes Ferreira recebeu hoje a senhora Laura Chinchilla, ex-presidente da Costa Rica e chefe da **Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (MOE/OEA)** às eleições gerais de outubro no Brasil. O objetivo principal das Missões de Observação Eleitoral da OEA é acompanhar os pleitos eleitorais para estabelecer e compartilhar boas práticas e identificar áreas passíveis de melhoria, contribuindo dessa forma para o fortalecimento dos processos democráticos no hemisfério. Será a primeira vez que as eleições brasileiras serão acompanhadas por uma missão da OEA.

Os integrantes da Missão realizam esta semana uma visita preliminar para reunir informações sobre o andamento da organização das eleições e conhecer as perspectivas dos diferentes atores envolvidos. Ao longo de setembro e outubro, os representantes da Missão acompanharão a fase final da campanha eleitoral e os primeiro e segundo turnos da eleição.

Para a realização de uma MOE/OEA, a Secretaria-Geral da Organização e o país anfitrião celebram dois acordos que estabelecem as condições para que a Missão possa realizar seu trabalho com independência e autonomia: o **Acordo de Procedimentos para Observação Eleitoral**, que, no caso do Brasil, foi assinado entre a OEA e o TSE em dezembro de 2017, e o Acordo de Privilégios e Imunidades, assinado hoje pela chefe da MOE e pelo ministro Aloysio Nunes Ferreira.

ECONOMIA | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 28/08/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Assinatura do Memorando de Entendimento entre Brasil e Argentina sobre Regulamentos Técnicos do Setor Automotivo

Foi assinado, em 24 de agosto de 2018, em Brasília, Memorando de Entendimento sobre Regulamentos Técnicos do Setor Automotivo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.

O memorando estabelece '**Grupo de Trabalho de Regulamentos Técnicos Automotivos**', que analisará correspondências e eventuais divergências nos regulamentos técnicos adotados por Brasil e Argentina nas áreas de segurança veicular, emissões sonoras e de gases poluentes, eficiência energética e requisitos de avaliação da conformidade de autopeças. Caberá também ao Grupo de Trabalho avaliar a possibilidade de reconhecimento mútuo de resultados e elaborar propostas de adequação dos instrumentos normativos de Brasil e Argentina no setor automotivo para deliberação do Comitê Automotivo, formado por representantes dos governos dos dois países.

O Brasil é o principal destino das exportações argentinas e a principal origem das importações daquele país. A Argentina é o terceiro destino das exportações brasileiras e a terceira origem das importações brasileiras. **O setor automotivo é o mais representativo nos fluxos comerciais de bens entre os dois países.**

POLÍTICA | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 05/09/2018 | Jamil Chade | Leia em : [Estadão](#)

Itamaraty tenta justificar motivo por não patrocinar resolução contra Venezuela na ONU

O governo brasileiro afirma não ter copatrocinado o projeto do **Grupo de Lima** de apresentar uma resolução contra a Venezuela na ONU porque uma eventual derrota na votação daria a impressão de fortalecimento do regime do presidente Nicolás Maduro.

O Grupo de Lima decidiu recorrer ao **Conselho de Direitos Humanos da ONU** com um projeto de resolução que condena o governo venezuelano. O texto proposto dará um mandato para que peritos das Nações Unidas façam informes periódicos sobre os abusos na Venezuela. Esta seria uma forma de aumentar a pressão sobre Maduro e ampliar seu isolamento internacional.

No entanto, o Grupo de Lima e os países europeus se surpreenderam com a decisão do Brasil. O gesto brasileiro foi interpretado como um reflexo do turbulento processo eleitoral nacional.

O governo brasileiro explicou sua posição ao afirmar que o risco de que a resolução seja rejeitada no Conselho de Direitos Humanos pode ser contraproducente nos esforços para pressionar Maduro.

Caracas, ao longo de anos, costurou uma forte aliança com países africanos, além de se manter ao lado de China e Rússia. Para completar, os venezuelanos ainda atuam como coordenadores do velho **Movimento dos Países Não Alinhados**. Entre os 48 membros do Conselho de Direitos Humanos estão países como a China, Cuba, Paquistão, Etiópia e outros aliados da Venezuela.

Por isso, diversas tentativas de apresentar uma resolução foram abandonadas. O último texto contra a Venezuela que circulou no Conselho da ONU, em 2017, foi de autoria do governo do Paraguai. O projeto, porém, não obteve apoio suficiente.

No entanto, se o Grupo de Lima for adiante com o projeto e apresentar uma resolução, **o Brasil votará a favor do texto**, mesmo não sendo copatrocinator.

ITAMARATY | ÁSIA | 07/09/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Atentados no Afeganistão

O governo brasileiro condena os ataques terroristas ocorridos em Cabul, no Afeganistão, onde duas explosões vitimaram ao menos 20 pessoas e deixaram mais de 70 feridos. Dois destacados jornalistas afegãos perderam suas vidas e outros quatro profissionais de imprensa ficaram feridos.

Ao expressar suas condolências às famílias das vítimas, seus votos de plena recuperação aos feridos e sua solidariedade com o povo e o governo do Afeganistão, o Brasil reitera seu repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação.

O governo brasileiro reafirma a importância da liberdade de imprensa para o pleno exercício da democracia e condena qualquer ataque ou violência praticada contra jornalistas.

ITAMARATY | BRASIL | 09/09/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Ministro das Relações Exteriores – Discursos para a intervenção do ministro Aloysio Nunes Ferreira na abertura do seminário Brasil-China

Importância da relação Brasil-China

As sólidas relações entre o Brasil e a China se fundam no reconhecimento de grandes complementariedades comerciais e econômicas e de significativas convergências entre as políticas externas dos dois países.

Essas convergências, que se ampliam nesse momento de questionamento, e mesmo de ameaça, ao multilateralismo que defendemos, permitiram a criação de diversos grupos relevantes integrados por Brasil e China, com destaque para os

BRICS e o BASIC.

A agenda do Seminário Brasil-China trata da essência do que temos a refletir sobre a relação entre o Brasil e a China, pautada nos seguintes pontos:

- Como ampliar a pauta exportadora;
- Como incentivar um número maior de empresas brasileiras a chegar ao mercado chinês e também a investir na China;
- Como maximizar os ganhos derivados da presença do investimento chinês no Brasil;
- O que podemos fazer juntos, os dois países, em matéria de inovação.

Hoje há um conjunto empresas e instituições no Brasil que buscam entender a China de uma forma mais profunda. Não só entender os fatores que levaram a China a se tornar segunda maior economia mundial e a contribuir com 30% do crescimento do produto no globo, mas também lançar um olhar para o futuro.

A China, com seus múltiplos programas apontando para o futuro, como o *o**Made in China 2025***, o ***One Belt One Road***, a meta de chegar a ser, nas palavras do próprio presidente Xi Jinping, uma sociedade moderadamente próspera em 15 anos e um grande país socialista moderno a partir de 2035.

A relação com a China no período 2017-2018

Nos últimos dois anos, a relação com a China desenvolveu-se de forma muito positiva:

Recuperamos o ***Diálogo Estratégico de Chanceleres***, que estava interrompido havia algum tempo.

Realizamos duas visitas presidenciais, além de um encontro entre os presidentes Temer e Xi Jinping à margem da reunião do BRICS.

Ampliamos a agenda econômica, nela integrando novos temas como serviços e cooperação em tecnologia digital.

Revisamos a estrutura dos vistos, passando a dar vistos de cinco anos e múltiplas entradas e começando a operar na China através dos Visa Centers.

Fortalecemos a cooperação "pessoa a pessoa", para utilizar um termo apreciado pelos chineses, com os acordos de produção cinematográfica e de cooperação esportiva e a realização de eventos culturais verdadeiramente inovadores.

A corrente de comércio cresceu 44,5% – enquanto a corrente Brasil-mundo cresceu apenas 25,8% – e os investimentos chineses no Brasil ampliaram-se consideravelmente.

Tivemos, é verdade, nesses dois anos alguns problemas e divergências, que são naturais entre dois países com agenda tão intensa: a **crise da carne fraca**; as salvaguardas impostas pelos chineses à **importação de açúcar**; o **anti-dumping preliminar contra o frango**.

O olhar para o futuro

A interação econômica entre o Brasil e a China continuará a ser dinâmica e robusta.

Os investimentos chineses têm-se ampliado muito no Brasil. Nos mais variados setores: agricultura, mineração, manufatura, finanças, serviços em geral, tecnologia digital, infraestrutura, óleo e gás.

O enriquecimento recente da nossa pauta cultural, sobretudo na indústria cinematográfica e, proximamente, na audiovisual, também é um fator a ser celebrado. Os frutos começam a ser visíveis e o interesse de produtores, artistas e profissionais da cultura é crescente, tanto aqui, como na China.

A relação política

Nossa moldura institucional das relações bilaterais, a chamada **Comissão de Alto Nível, COSBAN**, é abrangente, mas talvez algo pesada. Há um número excessivo de comitês, subcomitês e grupos. Reuni-los regularmente não é simples e quando as instâncias de nível mais baixo não se reúnem, as instâncias de nível mais elevado ficam paralisadas. Temos que preservar a COSBAN mas, ao mesmo tempo, renová-la.

Nossa visão também é de que a comunidade internacional precisa saber preservar o valor e o papel das instâncias multilaterais. Parece banal dizê-lo, mas não há alternativa possível ao multilateralismo, ao diálogo e a entendimentos que levem em conta a pluralidade e diversidade das nações.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 11/09/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Visita ao Brasil do ministro de Relações Exteriores da República do Paraguai, Luis Alberto Castiglioni – Brasília, 11 de setembro de 2018

O ministro de Relações Exteriores da República do Paraguai, Luis Alberto Castiglioni, será recebido pelo ministro Aloysio Nunes Ferreira para primeira reunião de trabalho entre os dois chanceleres. Trata-se do primeiro destino internacional do chanceler paraguaio após sua posse no cargo.

Na reunião que manterão, os ministros examinarão os principais temas da agenda bilateral, com destaque para os projetos de integração física e cooperação em segurança.

O Brasil é o principal parceiro comercial do Paraguai. Em 2017, o intercâmbio comercial foi de US\$ 3,78 bilhões. Nos primeiros sete meses de 2018, a corrente de comércio alcançou US\$ 2,2 bilhões, o que representa alta de 5,7% em relação ao mesmo período de 2017. O Brasil mantém, ainda, o segundo maior estoque de investimentos diretos no Paraguai, estimado em US\$ 697 milhões.

ITAMARATY | BRASIL | 11/09/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Nota do ministro Aloysio Nunes Ferreira sobre o falecimento de Helio Jaguaribe

Helio Jaguaribe já foi mencionado no CACD. Preste bastante atenção a este nome. Há grandes chances de a banca o mencionar de novo.

Perdemos uma referência intelectual e moral, que ajudou a pensar o Brasil moderno e democrático. A fundação do **Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política**, do **Grupo de Itatiaia** e do **Instituto Superior de Estudos Brasileiros** – o histórico **ISEB** – devem-se diretamente a sua militância como intelectual público.

Durante o regime de exceção, Helio Jaguaribe afastou-se do país. Fiel ao seu ideário, com o advento da redemocratização, integrou o grupo dos fundadores do **Partido da Social Democracia Brasileira**.

O pensamento de Helio Jaguaribe confunde-se com a própria matriz da **política externa brasileira universalista**. O autor de “O Nacionalismo na Atualidade Brasileira” e de tantos outros clássicos vislumbrou o surgimento de um Brasil desenvolvido e democrático, autônomo em suas decisões externas, respeitado internacionalmente e influente nos principais temas globais.

Helio Jaguaribe encarnava, como ninguém, uma geração de intelectuais públicos que pensaram o Brasil e propuseram uma plataforma de ação para a construção de um país moderno e mais justo. Escritor e pensador reconhecido no Brasil e no exterior, ocupava a cadeira número 11 da Academia Brasileira de Letras, a mesma que pertenceu a Celso Furtado.

Tenho convicção de que as futuras gerações de políticos, diplomatas e intelectuais brasileiros continuarão a mirar-se no exemplo de nacionalismo moderno e sem medo do mundo que Helio Jaguaribe legou ao país. Sua clarividência, sofisticação intelectual e patriotismo seguirão nos inspirando.

Aloysio Nunes Ferreira
Ministro das Relações Exteriores

ITAMARATY | INTERNACIONAL | 14/09/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Lançamento de “The Road Ahead”: coletânea de ensaios de planejadores diplomáticos sobre desafios da ordem internacional no século XXI

A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) do Ministério das Relações Exteriores acaba de publicar a obra **The Road Ahead – The 21st-Century World Order in the Eyes of Policy Planners**”.

A obra foi organizada pela Secretaria de Planejamento Diplomático (SPD) do Itamaraty e reúne ensaios de planejadores diplomáticos de 18 países (Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, China, Egito, Espanha, Estados Unidos, França, Indonésia, Itália, Japão, México, Portugal, Reino Unido, Rússia, Singapura e Turquia) e da União Europeia. Conta, ademais, com apresentação do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira.

A iniciativa inédita dedica-se a analisar o cenário internacional e a identificar os principais desafios da governança global no século XXI.

Trata-se de uma contribuição multinacional coordenada pelo Brasil, útil para a compreensão das prioridades de política externa de atores de peso no cenário internacional por parte de diplomatas,.

Nota do Atualidades Concursos:

Apesar de trechos do livro poderem ser utilizados como material de estudo de língua inglesa, não desperdice seu tempo lendo essa obra por inteiro. Há leituras muito mais importantes na bibliografia obrigatória.

A versão digital do livro está disponível para download gratuito na biblioteca digital da FUNAG:

<http://funag.gov.br/loja/download/the-road-ahead-livro-funag.pdf>

ITAMARATY | INTERNACIONAL | 14/09/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Cooperação entre países em desenvolvimento

No dia 12 de setembro comemora-se o **Dia Internacional da Cooperação Sul-Sul**, estabelecido pelas Nações Unidas para marcar essa modalidade de parceria entre países em desenvolvimento.

O Brasil tem desenvolvido ações de cooperação em variadas áreas, envolvendo mais de 100 países. Ressalta o trabalho realizado pela **Agência Brasileira de Cooperação (ABC)**, instituição responsável por coordenar as iniciativas de cooperação técnica de interesse do País.

A ABC foi a primeira agência de cooperação internacional oficialmente estabelecida no mundo em desenvolvimento, acumulando um acervo de iniciativas exitosas. Em 2017, foram centenas de ações em 78 países da América Latina e Caribe, África, Ásia e Oceania em áreas como saúde, educação, agricultura, meio ambiente, segurança, formação profissional, segurança alimentar e nutricional, energia, urbanização, cultura.

Iniciativas brasileiras de cooperação Sul-Sul têm sido crescentemente demandadas, dado o reconhecimento internacional de que goza a atuação da ABC. Destacam-se, por exemplo, os **Bancos de Leite Humano**, desenvolvidos no Brasil e que estão presentes em 24 países, contribuindo, assim, para a diminuição dos índices de mortalidade infantil.

Registrem-se ainda, na área agrícola, o apoio do reconhecido centro de excelência da **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)**; na área social, a criação do **Centro de Excelência Contra a Fome** do Programa Mundial de Alimentos da ONU, sediado em Brasília, compartilhando metodologias e práticas brasileiras de alimentação escolar com 29 países da África e da América Latina e Caribe.

A cooperação com os países em desenvolvimento obedece ao mandato do artigo 4º, inciso IX, da Constituição Federal, segundo o qual “a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais”, entre outros, pelo princípio da **“cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”**. Este é o marco maior da cooperação internacional do Brasil.

ITAMARATY | BRASIL | 14/09/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Reunião Ministerial sobre Comércio e Investimentos do G20 – Mar del Plata, 14 de setembro de 2018

O Ministro Aloysio Nunes participa, dia 14 de setembro, da **Reunião Ministerial sobre Comércio e Investimentos do G20**, em Mar del Plata, Argentina.

A reunião será oportunidade para que os ministros dialoguem sobre o atual cenário para o comércio internacional, inclusive a respeito da situação da **Organização Mundial de Comércio**, e, também, para que avaliem o resultado das discussões do Grupo de Trabalho sobre Comércio e Investimentos do G20 a respeito dos dois temas escolhidos pela **presidência argentina do G20**: as cadeias globais de valor para o agronegócio e a nova revolução industrial (revolução industrial 4.0).

ITAMARATY | ÁFRICA | 17/09/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Acordo de paz no Sudão do Sul

O Governo brasileiro saúda a assinatura de novo acordo de paz entre as partes em conflito no Sudão do Sul, que reintegrou Riek Machar ao cargo de vice-presidente do país. O compromisso demonstrado pelas partes com uma solução inclusiva constitui importante gesto, que deverá balizar os próximos passos na busca pela paz duradoura no país, com base no diálogo e na moderação.

Ao reconhecer os êxitos dos esforços de mediação por parte de atores regionais, sobretudo da **Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD)**, e de outros parceiros externos, o Brasil sublinha a importância de que as partes mantenham seu compromisso com a implementação do acordo alcançado, bem como de que a comunidade internacional siga engajada no apoio aos esforços voltados à obtenção de ciclo duradouro de paz e desenvolvimento no Sudão do Sul.

ECONOMIA | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 17/09/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

III Rodada de Negociações do Acordo de Livre Comércio Brasil-Chile

A terceira rodada de negociações para um **Acordo de Livre Comércio entre o Brasil e o Chile** foi realizada em Brasília. As negociações foram lançadas por ocasião da visita do Presidente do Chile Sebastián Piñera a Brasília, em 27 de abril.

Na ocasião, foram concluídos os capítulos sobre comércio e gênero, telecomunicações e cadeias regionais e globais de valor. Também se avançou nos demais capítulos em negociação: medidas sanitárias e fitossanitárias; comércio eletrônico; facilitação de comércio; obstáculos técnicos ao comércio; cooperação econômico-comercial; comércio e assuntos trabalhistas; comércio e meio ambiente; assuntos institucionais e solução de controvérsias.

A IV Rodada está marcada para outubro, em Santiago.

Nota do Atualidades Concursos:

É particularmente importante saber quais são os principais parceiros comerciais do Brasil nas diversas regiões do mundo. Esse tipo de informação é ainda mais importante quando o assunto é América Latina. Além de relevantes para a Primeira Fase do CACD, esses dados são cruciais para a Terceira Fase do concurso.

O Chile é o segundo principal parceiro comercial do Brasil na América do Sul importante destino de investimentos brasileiros na região. Em 2017, o intercâmbio comercial bilateral alcançou US\$ 8,5 bilhões, o que representa incremento de 22% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O Brasil é o maior parceiro comercial do Chile na América Latina e principal destino dos investimentos chilenos no exterior, com estoque de US\$ 31 bilhões.

Declaração do Grupo de Lima

Os governos de Argentina, **Brasil**, Chile, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia, países membros do **Grupo Lima**, reafirmam seu compromisso de contribuir para a restauração da democracia na Venezuela e para superar a grave crise política, econômica, social e humanitária que esse país atravessa, por meio de uma saída pacífica e negociada. Nesse sentido, continuarão a promover iniciativas com esse fim no âmbito do Direito Internacional.

Exortam uma vez mais o regime venezuelano a pôr fim às violações dos direitos humanos, libertar os presos políticos, respeitar a autonomia dos poderes do Estado e assumir a responsabilidade pela grave crise que a Venezuela vive hoje.

Da mesma forma, expressam sua preocupação e seurechaço a qualquer curso de ação ou declaração que implique uma intervenção militar ou o exercício da violência, a ameaça ou o uso da força na Venezuela.

67ª Reunião da Comissão Internacional da Baleia (CIB67)

O Brasil sediou a 67ª reunião plenária da **Comissão Internacional da Baleia (CIB)** na cidade de Florianópolis, Santa Catarina.

Estiveram presentes delegações de mais de 70 dos 89 países membros da CIB, além de centenas de observadores e representantes da sociedade civil.

Ao final do encontro foi adotada a **Declaração de Florianópolis**, iniciativa do governo brasileiro apoiada por mais de 40 países, que apresenta visão de futuro para os próximos anos da Comissão.

A Declaração reafirma a importância da manutenção da moratória à caça comercial de baleias e obriga a CIB, que ora inicia reformas em sua governança, a garantir financiamento adequado para atividades de conservação e uso não letal e não extrativo de cetáceos, como o turismo de avistamento de baleias ("whale watching").

O texto da Declaração também faz referência ao **Plano de Ação para Proteção e Conservação das Baleias do Atlântico Sul**, proposto pelo Brasil e aprovado por unanimidade em 2017, durante a 12ª Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres (CMS), e exorta os países da região a cooperar com vistas à sua implementação.

A proposta brasileira de criação do Santuário de Baleias do Atlântico Sul, copatrocinada por Argentina, Uruguai, África do Sul e Gabão, recebeu o apoio da ampla maioria (60%) dos membros da CIB. Mais uma vez majoritária, a iniciativa não alcançou os 3/4 de votos favoráveis necessários à sua aprovação e continuará na pauta da Comissão.

Outro projeto de resolução do Brasil, sobre combate a "redes-fantasmas" (equipamentos de pesca abandonados no mar que trazem risco a baleias e golfinhos), foi aprovado por consenso. O País passou, ainda, a exercer a **vice-presidência do Comitê Científico da organização**.

A reunião também marcou a aprovação de novas quotas de caça aborígine de cetáceos para fins de subsistência, além de mudanças no seu processo de renovação.

[Discurso - Parte 3] Ministro das Relações Exteriores – Reunião Ministerial sobre Comércio e Investimentos do G-20

SESSÃO III – SITUAÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Estamos particularmente preocupados com a tendência de adoção de medidas unilaterais onde apenas o diálogo, a diplomacia e o consenso deveriam prevalecer.

É uma tendência perigosa. Sabemos como começa, mas não como termina. É receita para uma espiral de retaliações e contra-retaliações que ameaça o crescimento e a prosperidade global.

O caminho do protecionismo não é solução para os problemas nacionais.

O protecionismo pode dar a aparência de solucionar problemas no curto prazo, mas apenas cria novos na forma de efeito cascata, com aumento de preços, perda de eficiência e desestruturação de cadeias produtivas inteiras.

A OMC é nossa melhor garantia contra os risos de um comércio administrado que vai gerar incertezas e novos obstáculos ao crescimento sustentado.

Isso não significa que nos recusemos a discutir reformas que possam fortalecer a instituição em seus três pilares: **monitoramento; solução de controvérsias; e negociações.**

Se há uma crise no horizonte, ela diz respeito ao impasse na seleção de integrantes do **Órgão de Apelação**. Essa é uma questão que, a nosso ver, poderia ser resolvida com vontade política e determinação.

Discordamos também de que a OMC e o sistema multilateral de comércio baseado em regras estão perdendo vigência.

Ao contrário, percebemos apoio quase universal ao sistema. O que existem são opiniões distintas – algo perfeitamente natural em um sistema democrático – sobre que direção se deve avançar.

Não favorecemos a ideia de reabrir acordos e modificar direitos adquiridos.

Alguns membros sinalizaram interesse em modificar o tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento.

Esse tratamento é integrante de um pacote e de um equilíbrio negociado. Preservá-lo é a coisa certa e justa a ser feita.

Mexer nesse tema implica mexer em outros temas que foram acordados, tais como direitos e flexibilidades para países desenvolvidos manter distorções em agricultura.

A terceira é que uma nova agenda na OMC precisa incorporar os temas pendentes necessários para dar um mínimo de equilíbrio entre os interesses de todos.

No caso do Brasil, como é sabido, isso significa dar **tratamento adequado à pauta pendente em agricultura.**

Muito obrigado.

Aloysio Nunes Ferreira

ITAMARATY | BRASIL | 21/09/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

[Discurso - Parte 2] Ministro das Relações Exteriores – Reunião Ministerial sobre Comércio e Investimentos do G-20

SESSÃO II – ELEMENTOS COMERCIAIS E DE INVESTIMENTOS DA NOVA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL (NIR)

A Nova Revolução Industrial é tema transversal, com impacto numa série de agendas que estamos discutindo aqui e em outros foros.

As novas tecnologias, assim como os novos métodos de produção e modelos de negócios, terão impacto em temas tão diversos como agricultura e comércio eletrônico.

A maneira como vamos incorporar essa temática em nossas discussões e negociações sobre comércio e investimentos

ainda não está totalmente clara.

Precisamos, num primeiro momento, saber se estamos falando de bens, serviços, investimentos, de todos esses ao mesmo tempo ou de algo efetivamente novo.

Do ponto de vista do desafio interno, o Brasil tem buscado disseminar informações e fomentar programas de inovação, pesquisa e desenvolvimento e facilitação de investimentos para a promoção da integração da economia e da sociedade brasileiras na era da "**Indústria 4.0**". Desenvolvemos agenda nacional, em conjunto com o setor privado, para abordar os vários aspectos dessa revolução.

São vários os exemplos de programas que foram criados nos últimos anos. Um deles é a **Financiadora de Estudos e Projetos/FINEP**, que criou, em 2013, programa que assegura recursos, consultoria e suporte logístico para projetos selecionados de empresas em áreas como biotecnologia, internet das coisas, manufatura avançada, microeletrônica, nanotecnologia e realidade virtual.

Outra iniciativa é o "**Fundo de Coinvestimento Anjo**", gerenciado pelo **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/BNDES**, para apoiar projetos selecionados de empresas nascentes que atuem prioritariamente em projetos relacionados a cidades inteligentes, economia criativa, novos materiais, saúde e agronegócio.

Destaco também a criação da **Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial**. Seu objetivo é contribuir para o desenvolvimento da inovação e da competitividade da indústria no Brasil.

O setor privado brasileiro tem sido ator fundamental e parceiro nesse processo.

A **Confederação Nacional da Indústria** lançou, em 2016, um plano de ação voltado para enfrentar os desafios da "Indústria 4.0". Estudo da CNI realizado no âmbito do referido plano de ação estima que a implementação de tecnologias ligadas à Indústria 4.0 (por exemplo, internet das coisas, "big data" e impressão em 3D) deverá gerar, até 2030, um impacto de US\$ 39 bilhões no PIB brasileiro.

O Brasil espera continuar cooperando com os membros do G20 na implementação do **Plano de ação do G20 para a Nova Revolução Industrial**", adotado na Cúpula de Hangzhou, em 2016.

Obrigado.

Aloysio Nunes Ferreira

ITAMARATY | BRASIL | 21/09/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

[Discurso - Parte 1] Ministro das Relações Exteriores – Reunião Ministerial sobre Comércio e Investimentos do G-20

ELEMENTOS COMERCIAIS E DE INVESTIMENTOS DAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR DO AGRONEGÓCIO

Estamos aqui para sinalizar nosso compromisso com o G20 e a preocupação do Brasil com o momento que atravessamos.

Vamos abordar as cadeias globais de valor no agronegócio, tema caro a países como Brasil e Argentina e muitos outros representados nesta mesa.

Na próxima sessão, sobre a **Nova Revolução Industrial**, alguns países vão mencionar a necessidade de negociarmos novas regras para garantir que não existam entraves a novas modalidades de comércio.

Por uma questão de simetria, temos que lembrar, nesta sessão, que é preciso pensar em negociações para destravar o comércio e os investimentos no agronegócio.

É difícil ter cadeias realmente globais de valor, nas quais todos os países possam participar de forma desimpedida, se a agenda pendente em agricultura não for abordada.

Muitos dos desafios que enfrentamos são conhecidos e foram muito bem resumidos nos documentos circulados pela Argentina: barreiras tarifárias e não tarifárias, subsídios distorcivos à produção doméstica, medidas sanitárias e

fitossanitárias sem base científica e sem base em padrões internacionais.

O Brasil tenciona apresentar propostas para aprimorar o **Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias**, tema que consideramos de grande importância.

Há elementos da Nova Revolução Industrial já presentes no setor agropecuário. Penso em tecnologia, uso de informação, conectividade e métodos de trabalho.

Os padrões e regulamentos para alimentos, sejam eles governamentais ou estabelecidos pelo setor privado (os chamados "padrões voluntários"), podem criar empecilhos para o comércio e os investimentos.

Precisamos evitar que os regulamentos e padrões impeçam a formação de cadeias abertas de valor no agronegócio.

O Brasil tem perfil diferenciado em várias cadeias globais de valor.

Em algumas delas, somos extremamente competitivos e estamos integrados do início ao fim, participando plenamente dos benefícios. É o caso da **carne de aves**.

Em outras cadeias globais, como a do **café**, enfrentamos os mesmos desafios desde o século XIX: **estamos excluídos da agregação de valor** e temos que lidar com a sustentabilidade de nossos produtores.

É preciso avaliar as especificidades das cadeias para diferentes produtos, para poder definir o que precisa ser modificado ou melhorado em cada uma delas.

Obrigado.

Aloysio Nunes Ferreira

ITAMARATY | ÁSIA | 24/09/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

25 anos de relações diplomáticas entre o Brasil e o Cazaquistão

Será comemorado o **25º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Cazaquistão**.

A cada ano, os dois países vêm consolidando o relacionamento bilateral. Em junho, foram assinados três instrumentos no campo jurídico: **Acordo sobre Extradução, Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas e Acordo sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal**.

Brasil e Cazaquistão são países em desenvolvimento com economias dinâmicas e sociedades multiétnicas e multiculturais. Ambos têm compromisso com a paz, o fortalecimento do multilateralismo e o desenvolvimento sustentável. Ao celebrar a cooperação já estabelecida, o governo brasileiro manifesta o desejo de trabalhar com o governo cazaque para fortalecer ainda mais os laços que unem os dois países.

ITAMARATY | EUROPA | 24/09/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Brasil e Itália: unidos para fechar o acordo Mercosul-União Europeia

O Mercosul e a União Europeia (UE) estão a poucos passos de fechar um acordo histórico, em um **processo** negociador que **já dura quase vinte anos**. Os dois blocos somam um PIB de quase US\$ 20 trilhões e representam um mercado de mais de 750 milhões de pessoas.

Em um século caracterizado pela competição acirrada por mercados e fluxos de investimentos, um acordo entre o Mercosul e a UE representa importante opção estratégica pela convergência entre os dois blocos, com a adoção de padrões e regras comuns que reforçarão nossos laços no longo prazo.

A Itália será certamente uma das principais beneficiadas do futuro Acordo Mercosul-UE. Em 2017, foi a **segunda origem das importações brasileiras provenientes dos membros da UE** e a **sétima em origem das importações brasileiras no**

mundos. Quase a totalidade das exportações italianas ao Brasil é composta por bens manufaturados, concentrados em produtos de alto valor agregado como máquinas e equipamentos eletrônicos, veículos e autopeças e produtos farmacêuticos.

Os ganhos serão visíveis não somente no comércio de bens, mas também em serviços e investimentos. Entre 2000 e 2015, **a Itália foi o quarto principal investidor no Brasil**

Estamos muito perto de fechar um acordo abrangente, em um momento de aumento das incertezas na economia global e em que há demanda por soluções criativas, agregadoras e capazes de impulsionar o comércio e os investimentos.

Aloysio Nunes Ferreira

Ministro das Relações Exteriores

ITAMARATY | INTERNACIONAL | 27/09/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Declaração conjunta à imprensa dos Ministros de Relações Exteriores do G4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão) sobre a reforma do CSNU

1. Reunião dos países do **G-4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão)**, durante a 73ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York.

2. Os Ministros do G-4 reafirmaram seu compromisso com o multilateralismo. Os ministros do G-4 enfatizaram que a adaptação das Nações Unidas às necessidades presentes do século XXI exige, necessariamente, a reforma do Conselho de Segurança.

3. Os Ministros do G-4 examinaram o progresso nesse sentido das Negociações Intergovernamentais (IGN) e discutiram os caminhos para a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nesse contexto, tomaram nota, com preocupação, de que o próximo ano assinala 40 anos desde a inclusão do item "Questão de representação equitativa e aumento do número de membros do Conselho de Segurança e outros assuntos relacionados ao Conselho de Segurança" na agenda da Assembleia Geral, em 1979, e, ainda assim, progressos substanciais ainda não foram alcançados.

Recordaram a Cúpula Mundial de 2005, em que todos os Chefes de Estado e de Governo apoiaram de forma unânime a "reforma em breve" do Conselho de Segurança como elemento essencial do esforço geral de reformar as Nações Unidas. Apesar do apoio de uma grande maioria dos Estados Membros da ONU à reforma do Conselho de Segurança, as IGNs não resultaram em progressos substantivos nos 10 anos transcorridos desde seu lançamento, em 2009.

4. Os Ministros do G4 reafirmaram a necessidade de uma reforma do Conselho no mais breve prazo, incluindo **expansão de ambas as categorias de membros, permanentes e não permanentes**, para aumentar sua legitimidade, eficácia e representatividade. Os Ministros concordaram que a atual composição do Conselho não reflete as novas realidades globais e enfatizaram que a reforma do Conselho de Segurança é essencial para enfrentar os desafios complexos de hoje.

Nota do Atualidades Concursos:

É fundamental lembrar-se de que o G4 defende tanto a expansão da categoria de **membros permanentes** quanto a de **não permanentes**.

5. Os Ministros enfatizaram que o G4 intensificará o diálogo com outros Estados Membros, especialmente os países e grupos com ideias afins ("like-minded"), para lograr progresso significativo na próxima sessão das IGNs. A esse respeito, manifestaram o seu apoio a que se considere a **Posição Comum Africana** contida no **Consenso de Ezulwini** e na **Declaração de Sirte** sobre negociações baseadas em texto sobre a reforma do Conselho de Segurança na 73ª Sessão. Os ministros reiteraram seu apoio à representação da África entre os membros permanentes e não-permanentes de um Conselho de Segurança reformado e ampliado.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 28/09/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Assinatura do Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe (Acordo de Escazú)

O Brasil assinou, à margem da 73ª Assembleia Geral das Nações Unidas, o **Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe** ("Acordo de Escazú").

O **Acordo de Escazú** tem como objetivo apoiar a aplicação do Princípio 10 da Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento na América Latina e no Caribe. Assinada na Conferência Rio-92, a Declaração estabelece 27 princípios sobre a relação entre meio ambiente e desenvolvimento, entre os quais figura o Princípio 10, que dispõe sobre os direitos de acesso à informação, participação pública e acesso à justiça em assuntos ambientais.

O tema foi retomado às margens da Conferência Rio+20, com o objetivo de estabelecer padrão mínimo de aplicação desse Princípio na região latino-americana e caribenha. A partir de 2012, iniciou-se o processo de negociação do Acordo Regional, no âmbito da **Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)** das Nações Unidas, do qual participaram 24 países.

O Brasil participou ativamente dos trabalhos que concluíram o Acordo de Escazú e manteve amplo exercício de consultas com representantes de governo, da sociedade e da academia, para a construção das posições nacionais. A assinatura brasileira reafirma o compromisso histórico do País com o multilateralismo e o desenvolvimento sustentável.

A entrada em vigor do Acordo de Escazú ocorrerá no nonagésimo dia contando a partir da data em que tiver sido depositado o décimo primeiro instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

ITAMARATY | BRASIL | 04/10/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

190 anos de relações diplomáticas entre o Brasil e a Rússia

Comemora-se, em 3 de outubro, o 190º aniversário do estabelecimento de **relações diplomáticas entre o Brasil e a Rússia**.

Nota do Atualidades Concursos:

A banca do CACD é particularmente atenta a efemérides. É recomendável que você estude as relações russo-brasileiras, pois há enormes chances de elas serem assunto de prova. É possível ler mais sobre o assunto aqui: [Relações Bilaterais Brasil - Rússia](#).

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Rússia, iniciadas em 1828, foram alçadas ao patamar de **Parceria Estratégica** em 2002. Nos últimos anos, encontros ministeriais e presidenciais marcaram a retomada da agenda de alto nível entre os dois países. Desde então, verifica-se importante adensamento do diálogo nas mais diversas instâncias, seja no âmbito bilateral ou em foros como as **Nações Unidas**, o **BRICS** e o **G20**.

A Rússia é o maior parceiro comercial do Brasil na Europa do Leste. A corrente de comércio entre os países alcançou US\$ 5,3 bilhões em 2017, crescimento de mais de 20% em relação a 2016. Novos acordos nas áreas de facilitação de comércio e investimentos abrem caminho para que se aprofundem suas relações comerciais.

Ao celebrar a tradicional cooperação entre o Brasil e a Rússia, o governo brasileiro reitera seu compromisso de continuar trabalhando com o governo russo para fortalecer ainda mais os laços que unem os dois países.

ITAMARATY | INTERNACIONAL | 05/10/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Declaração de apoio ao Tribunal Penal Internacional

O Ministro Aloysio Nunes Ferreira assinou, à margem da 73ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), declaração em **apoio ao Tribunal Penal Internacional (TPI)**. Firmada em conjunto com Ministros de outros 34 estados, a declaração reafirma o compromisso desses países com o Tribunal Penal Internacional, em defesa de uma **ordem internacional fundada no direito e no multilateralismo**.

Os Ministros das Relações Exteriores de Alemanha, Andorra, Argentina, Áustria, Brasil, Bélgica, Canadá, Chipre, Costa Rica, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, Gâmbia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Liechtenstein, Luxemburgo, Macedônia, Malta, México, Montenegro, Noruega, Países Baixos, Peru, Portugal, República Democrática do Congo, San Marino, Senegal, Suécia, Suíça e Uruguai emitiram a seguinte declaração em apoio ao Tribunal Penal Internacional:

Comemoramos o **20º aniversário do Estatuto de Roma** – ocasião que muitos de nós utilizamos para reafirmar nosso compromisso com o Tribunal Penal Internacional (TPI). Apenas poucos meses depois, ficou-nos claro que este é um momento crucial para nos pronunciarmos em defesa do Tribunal. Estamos assistindo a uma erosão generalizada da ordem internacional baseada no direito, uma ordem por cujo estabelecimento tanto nos esforçamos nas últimas décadas - nas áreas do comércio, do desarmamento, da mudança do clima e, igualmente, do Estado de Direito e dos direitos humanos. **O TPI representa uma conquista central da diplomacia multilateral e um verdadeiro marco no desenvolvimento do direito internacional**. Em tempos de investidas à ordem lastreada no direito, não surpreende que o TPI esteja enfrentando ataques ainda mais fortes.

O TPI representa nosso compromisso coletivo de lutar contra a impunidade pelos crimes mais graves conhecidos pela humanidade. À medida que nos habituamos a viver em um mundo que inclui um **tribunal penal permanente**, independente e imparcial, devemos honrar seu significado.

O TPI tem demonstrado admirável resiliência diante da adversidade, e se firmou como parte do panorama das instituições internacionais atuais. São muitas as situações ao redor do mundo que demonstram a necessidade de que o TPI atue.

Da Síria a Myanmar, onde mesmo as mais básicas regras de direito internacional humanitário têm sido desrespeitadas, os governos e as vítimas esperam que o TPI faça justiça quando houver violações em massa dos direitos humanos e os crimes internacionais mais graves forem perpetrados.

O TPI continua sendo o instrumento mais importante para investigar **crimes internacionais mais graves**.

ITAMARATY | BRASIL | 08/10/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Candidatura do Brasil a Sede da COP-25

A presidência de turno do **Grupo de Países Latino-americanos e Caribenhos (GRULAC)**, ocupada por Barbados, comunicou hoje ao Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima a **candidatura do Brasil a sede da 25ª Sessão da Conferência das Partes da UNFCCC – COP-25**, a ser realizada em novembro de 2019.

Em função da praxe de rotação regional das sedes das COPs, cabe a país da América Latina e do Caribe sediar a COP-25. Com o endosso regional, a candidatura brasileira deverá agora ser submetida à aprovação da Conferência das Partes da UNFCCC.

A Conferência das Partes é o órgão máximo da Convenção e está atualmente empenhada em concluir a regulamentação do **Acordo de Paris**, de modo a permitir aos países signatários sua plena implementação a partir de 2020.

A realização da COP-25 no Brasil confirma o papel de **liderança mundial do país em temas de desenvolvimento sustentável**, em especial no que se refere à mudança do clima, e reflete o consenso da sociedade brasileira sobre a importância e a urgência de ações que contribuam no combate à mudança do clima.

ITAMARATY | EUROPA | 09/10/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Visita do ministro Aloysio Nunes Ferreira a Portugal – Lisboa, 9 e 10 de outubro de 2018

Serão tratados os temas mais importantes da agenda bilateral, tais como a crescente cooperação nas áreas de comércio e investimentos, ciência, tecnologia e inovação, defesa, cultura e educação.

Caso emblemático da cooperação bilateral em projeto de alto conteúdo tecnológico é o **desenvolvimento da aeronave de transporte militar KC-390**, que terá cerca de 25% das peças fabricadas em Portugal e posteriormente enviadas ao Brasil para montagem final.

Os ministros do Brasil e de Portugal também abordarão as negociações comerciais entre o Mercosul e a União Europeia e temas de interesse comum das agendas regional e global, além da parceria na **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)** e na **Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)**.

O ministro Aloysio Nunes acompanhará a inauguração da exposição “A Língua Portuguesa em Nós”, no Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia de Lisboa. A exposição é iniciativa do Itamaraty, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, a Fundação Roberto Marinho, o Museu da Língua Portuguesa e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

Nota do Atualidades Concursos:

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é um assunto bastante abordado no CACD. É importante fazer uma boa revisão sobre o histórico da organização e suas principais características.

Em 2017, o comércio bilateral atingiu US\$ 2,2 bilhões, maior valor desde 2012. Estima-se haver atualmente cerca de 600 empresas portuguesas ou de capital português atuando no Brasil.

ITAMARATY | EUROPA | 11/10/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Visita do ministro Aloysio Nunes Ferreira à Espanha – Madri, 11 de outubro de 2018

O ministro Aloysio Nunes Ferreira realizará visita oficial a Madri.

Durante a visita, serão intercambiados os instrumentos de ratificação do **Convênio Complementar ao Convênio de Seguridade Social** de 1991, beneficiando brasileiros e espanhóis que tenham trabalhado e contribuído para a previdência social nos dois países.

Os ministros de Brasil e Espanha tratarão dos principais temas da agenda bilateral, em particular a cooperação em ciência e tecnologia, educação, defesa, comércio e investimentos, além de temas de interesse comum das agendas regional e global.

Em 2018, Brasil e Espanha celebram **quinze anos de parceria estratégica**. O Brasil é o **segundo destino dos investimentos espanhóis no mundo**, atrás apenas do Reino Unido.

Em 2017, **a Espanha foi o 10º destino das exportações brasileiras**, no valor de US\$ 3,8 bilhões, registrando crescimento de 46% em relação ao ano anterior.

ITAMARATY | EUROPA | 15/10/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Comunicado dos ministros de Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação do Reino da Espanha e das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

Os chanceleres de Espanha e do Brasil mantiveram encontro de trabalho em Madri. O encontro desenvolveu-se no marco da **Comissão Ministerial de Diálogo Político Brasil-Espanha**, presidida por ambos chanceleres.

Os dois chanceleres reiteraram a disposição de aprofundar a **Parceria Estratégica entre Brasil e Espanha**, fundada em sólidos laços históricos, culturais, humanos e econômicos, assim como em princípios, valores e interesses comuns, com vistas a atualizar e fortalecer os compromissos registrados no Plano de Associação Estratégica de 2003, na Declaração de Brasília sobre a Consolidação da Parceria Estratégica de 2005 e na Declaração de Madri de 2012.

Ressaltaram a importância especial que atribuem à conclusão, no menor prazo possível, do **Acordo de Associação Birregional entre a União Europeia e o MERCOSUL**, que inclua acordo comercial equilibrado e ambicioso, e se declararam firmemente comprometidos a apoiar e encorajar, em seus respectivos blocos regionais, as negociações atualmente em curso.

As partes renovaram o compromisso de seguirem trabalhando em prol do aprofundamento da cooperação ibero-americana; do sucesso da próxima **Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo**, a realizar-se em La Antigua, Guatemala, em novembro; e do fortalecimento institucional da **SEGIB (Secretaria-Geral Ibero-Americana)** e de seu secretariado.

Mantiveram o compromisso com a mobilidade acadêmica entre ambos os países, favorecendo o intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores, bem como o estreitamento dos laços entre as instituições acadêmicas brasileiras e espanholas. Salientaram a relevância da organização de eventos, como as feiras "Estudar em Brasil" e "Estudar na Espanha", a favor do aprofundamento da articulação acadêmica entre os dois países.

Os chanceleres congratularam-se pelo aprofundamento da cooperação em Ciência e Tecnologia, que permitiu o fomento conjunto de cerca de dez projetos bilaterais de pesquisa e inovação, nos últimos três anos, entre o Centro de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial da Espanha (CDTI) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Reiteraram o compromisso de promover e defender os direitos humanos e promover a implementação do Pacto Global sobre migração segura, ordenada e regular.

Manifestaram profunda preocupação com as crises política e humanitária na Venezuela. Afirmaram a necessidade de o governo venezuelano assegurar a separação de poderes, o estado de direito e os direitos humanos no país, bem como garantir o direito à manifestação pacífica e libertar os presos políticos.

Trocaram perspectivas sobre o estado atual do processo de integração sul-americano, especialmente no que tange ao MERCOSUL e à UNASUL.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 18/10/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Realização da IV Comissão Binacional México-Brasil

IV Reunião da Comissão Binacional México-Brasil: celebração do alto nível de entendimento político alcançado entre os dois países ao longo dos mandatos dos presidentes Michel Temer e Enrique Peña Nieto.

As delegações do México e do Brasil avaliaram os resultados dos trabalhos das Subcomissões de Assuntos Políticos; de Assuntos Econômicos, Comerciais e Financeiros; de Assuntos de Cooperação Técnica e Científica (VII Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica); e de Assuntos de Cooperação Educacional e Cultural; bem como da V Reunião do Mecanismo Bilateral de Consultas sobre Temas Multilaterais.

Constataram o incremento dos fluxos de investimento e comércio bilaterais, que, em 2017, superou o montante de 9 bilhões de dólares, representando uma taxa de crescimento anual de 17,1% com respeito a 2016; nos primeiros oito meses de 2018, cresceu 17%. Reconheceram os avanços obtidos nas oito rodadas de negociação para ampliação e aprofundamento do **Acordo de Complementação Econômica nº 53 (ACE-53)** e manifestaram interesse em alcançar, com a brevidade possível, um entendimento que permita aumentar ainda mais os fluxos comerciais.

Com o objetivo de apoiar a intensificação das relações econômicas e comerciais, anunciaram a vontade de criar um Conselho Empresarial México-Brasil, aproximando, assim, os líderes empresariais de ambas as nações. Nesse marco, congratularam-se, também, pela entrada em vigor do **Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)**, que estabelece marco jurídico favorável para os investimentos recíprocos, que se estima superam o montante de 30 bilhões de dólares em cada país.

As delegações acordaram que México e Brasil, face aos desafios comuns de superação da pobreza, podem beneficiar-se mutuamente do intercâmbio de experiências para implementação de programas sociais exitosos. Nesse sentido, destacaram a adoção do novo programa de cooperação bilateral para o período 2018-2020, integrado, entre outros, por projetos relacionados a políticas públicas para atenção à primeira infância; à unificação dos sistemas de informação dos programas sociais; e ao intercâmbio de experiências para o combate à obesidade.

Expressaram, igualmente, seu interesse em consolidar a cooperação internacional para desenvolvimento comum, recordando que México e Brasil são os maiores ofertantes da cooperação Sul-Sul na América Latina e no Caribe. Decidiram, por isso, realizar esforços conjuntos para dinamizar essa modalidade de cooperação, com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Celebraram a entrada em vigor, neste mês de outubro, do Acordo para o Reconhecimento Mútuo da Cachaça e da Tequila como Indicações Geográficas e Produtos Distintivos do Brasil e do México respectivamente, assim como do Acordo sobre Serviços Aéreos México-Brasil, em vigor desde setembro último; e reafirmaram a importância da assinatura, no âmbito do encontro bilateral entre os presidentes do Acordo de Cooperação e Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Aduaneiros.

Finalmente as delegações reconheceram o significado de realizar, no México, no ano de 2020, evento comemorativo do cinquentenário da conquista do Tricampeonato Mundial de Futebol pela Seleção Brasileira.

Concordaram em realizar a V Reunião da Comissão Binacional em 2020, no México, em data a ser mutuamente acordada.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 23/10/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Conclusão das Negociações do Acordo de Livre Comércio entre o Brasil e o Chile – Santiago, 16 a 19 de outubro de 2018

Foram concluídas, após quatro rodadas, as negociações para um **acordo de livre comércio entre o Brasil e o Chile**

O futuro acordo, que será assinado antes do final do ano, complementa o **Acordo de Complementação Econômica Nr. 35**, entre o MERCOSUL e o Chile, no âmbito do qual os dois países já removeram as tarifas de importação ao comércio bilateral.

Ao todo, o novo acordo incluirá 17 temas de natureza não tarifária, como comércio de serviços; comércio eletrônico; telecomunicações; medidas sanitárias e fitossanitárias; obstáculos técnicos ao comércio; facilitação de comércio; propriedade intelectual; e micro, pequenas e médias empresas. Serão também incorporados ao instrumento acordos firmados recentemente pelos dois países, como o Protocolo de Compras Públicas e o Protocolo de Investimentos em Instituições Financeiras.

O novo acordo contribuirá para impulsionar os fluxos de comércio e investimentos entre o Brasil e o Chile, nos setores tanto de bens quanto de serviços. Constituirá, ao mesmo tempo, um vetor de **aproximação entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico** e de reforço da integração regional.

Como exemplo de resultado concreto do acordo, Brasil e Chile comprometeram-se a eliminar a cobrança de roaming internacional para dados e telefonia móvel entre os dois países. Será a primeira vez que o Brasil assume, em acordo bilateral de comércio, compromissos em matéria de comércio eletrônico; boas práticas regulatórias; transparência em anticorrupção; cadeias regionais e globais de valor; gênero; meio ambiente; e assuntos trabalhistas.

O Chile é o segundo principal parceiro comercial do Brasil na América do Sule importante destino de investimentos brasileiros na região. Em 2017, o intercâmbio comercial bilateral alcançou US\$ 8,5 bilhões, o que representa incremento de 22% em relação ao mesmo período do ano anterior.

De janeiro a setembro de 2018, o intercâmbio comercial entre os dois países foi de US\$ 7,21 bilhões, aumento superior a 13% em relação ao mesmo período de 2017. O Brasil é o maior parceiro comercial do Chile na América Latina e principal destino dos investimentos chilenos no exterior, com estoque de US\$ 31 bilhões.

Dia das Nações Unidas

Em 24 de Outubro comemora-se o Dia das Nações Unidas (UN DAY). A data marca a entrada em vigor da **Carta das Nações Unidas**, documento fundacional da organização, cujo preâmbulo, reafirma “os direitos fundamentais do homem, a dignidade e o valor do ser humano, a igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas.”

O governo brasileiro reitera seu compromisso com a Carta das Nações Unidas e com os princípios e propósitos da organização, da qual é **membro fundador**, juntamente com outros 50 países.

Ao longo da história da ONU, o Brasil tem buscado contribuir para o cumprimento dos objetivos da organização por meio de sua participação em todos seus foros de debate, tanto na sede em Nova York, quanto ao redor do mundo. Além disso, **o Brasil é o país em desenvolvimento que mais exerceu mandatos como membro não permanente do Conselho de Segurança**.

O Brasil vem participando de operações de manutenção da paz das Nações Unidas, desde a **Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I)**, em Suez, em 1956, passando pelo comando militar pela quase totalidade dos treze anos da **Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH)**, e, ainda hoje, na responsabilidade pela força tarefa marítima da **Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL)**.

Em diversas oportunidades, realizaram-se no país conferências da ONU, com especial destaque para a **Rio 92** e, mais recentemente, a **Rio+20**, da qual emanou o mandato negociador dos Objetivos dos Desenvolvimento Sustentável, aprovados em 2015.

Muitos brasileiros contribuíram e seguem contribuindo para o cumprimento da missão institucional das Nações Unidas na Assembleia-Geral, no Secretariado e na Corte Internacional de Justiça. Entre outros, a **Doutora Bertha Lutz** teve atuação destacada na Conferência de negociação da Carta da ONU, em São Francisco, em 1945; o ex-chanceler **Oswaldo Aranha** foi Presidente da Segunda Assembleia-Geral, em 1947; e, mais recentemente, **Sérgio Vieira de Mello** exerceu os cargos de Alto Comissário de Direitos Humanos e Enviado Especial do Secretário-Geral para o Iraque.

Brasil e Canadá concluem terceiro Diálogo de Parceria Estratégica

A ministra de Relações Exteriores do Canadá e o ministro das Relações Exteriores do Brasil emitiram a seguinte declaração:

“O terceiro **Diálogo de Parceria Estratégica** foi uma oportunidade importante para passar em revista questões de relevância bilateral, regional e global, particularmente nas áreas de cooperação em defesa, mobilidade e assistência a refugiados e migrantes, bem como igualdade de gênero e direitos humanos. Outros tópicos em nossa discussão incluíram cooperação em ciência, tecnologia e inovação; mudança climática e meio ambiente; e comércio e investimento”.

“Comprometemo-nos a acelerar as negociações para um acordo de comércio livre ambicioso e abrangente entre o Canadá e os países do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – e continuar a melhorar a colaboração para implementar o Acordo de Paris e continuar a coordenação bilateral na liderança até a **Conferência sobre Mudança Climáticas** de Katowice, Polônia, em dezembro”.

“Abordamos a necessidade de reforçar e revigorar a ordem internacional baseada em regras para fortalecer as instituições multilaterais e avançar em questões como direitos humanos, paz e segurança. Nesse contexto, nós, como importantes parceiros da Organizações dos Estados Americanos e do **Grupo Lima**, discutimos a crise na Venezuela, em particular o impacto regional da recente migração externa em massa”.

Comunicado conjunto da Reunião Ministerial de Ottawa sobre Reforma da OMC – Ottawa

Nós, ministros e chefes de delegação que representam um grupo de membros afins¹ da **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, reunimo-nos em Ottawa para discutir formas de fortalecer e modernizar a OMC.

Reafirmamos nosso firme e claro apoio ao sistema multilateral de comércio baseado em regras e enfatizamos o papel indispensável que a OMC desempenha na facilitação e na proteção do comércio. Esse sistema marcou o início de um capítulo sem precedentes na prosperidade global, no crescimento e na criação de empregos em todo o mundo, muito embora os benefícios do comércio nem sempre tenham sido distribuídos de forma equilibrada.

Estamos profundamente preocupados com os acontecimentos recentes no comércio internacional, particularmente o **aumento do protecionismo**, que afeta negativamente a OMC e coloca em risco todo o sistema multilateral de comércio. Notamos que as crescentes tensões comerciais estão associadas a grandes mudanças no panorama comercial global.

Em primeiro lugar, reafirmamos que o **sistema de solução de controvérsias** é um pilar central da OMC.

Por isso, enfatizamos a necessidade urgente de destravar a nomeação de membros do Órgão de Apelação. Reconhecemos que foram suscitadas preocupações sobre o funcionamento do sistema de solução de controvérsias e estamos preparados para trabalhar em soluções, preservando as características essenciais do sistema e de seu **Órgão de Apelação**.

Em segundo lugar, devemos revigorar a função negociadora da OMC. Precisamos concluir, em 2019, as negociações sobre subsídios à pesca, de acordo com as instruções dos ministros da OMC na MC11. As regras da OMC também devem ser atualizadas para refletir as realidades do século XXI, como os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Para garantir a relevância da OMC, é fundamental tratar das questões econômicas e comerciais da atualidade, bem como enfrentar questões pendentes e não solucionadas. Isso pode exigir abordagens de negociação flexíveis e abertas que conduzam a resultados multilaterais.

Em terceiro lugar, deveríamos fortalecer o monitoramento e a transparência das políticas comerciais dos membros, que têm um papel central em assegurar que os membros da OMC entendam as políticas de seus parceiros sem demora.

A presente situação na OMC não é mais sustentável. Nossa determinação por mudança deve ser acompanhada de ação: continuaremos a **lutar contra o protecionismo** e estamos comprometidos politicamente em avançarmos urgentemente em transparência, solução de controvérsias e desenvolvimento de regras para o comércio do século XXI na OMC.

¹ Austrália, **Brasil**, Canadá, Chile, União Europeia, Japão, Quênia, Coreia do Sul, México, Nova Zelândia, Noruega, Singapura e Suíça

ITAMARATY | BRASIL | 30/10/2018 | Igor Gielow | Leia em : [Folha de São Paulo](#)

No alvo de Bolsonaro, Itamaraty espera uma transição turbulenta

Único órgão de Estado citado nominalmente por Jair Bolsonaro em seu pronunciamento após a vitória, o Itamaraty se prepara para uma transição que promete criar polêmicas.

“Libertaremos o Brasil e o Itamaraty das relações internacionais com viés ideológico a que foram submetidos nos últimos anos”, disse Bolsonaro. Na mesma noite, o ministro anunciado da área econômica, Paulo Guedes, afirmou que o **Mercosul não será prioridade** do novo governo.

O agora presidente eleito criticou diversas vezes a promoção de **políticas** chamadas **Sul-Sul**, ou seja, com países fora do eixo EUA-União Europeia.

Ela foi bastante marcada na gestão de Celso Amorim no Itamaraty (2003-10), que trazia em seu DNA o não-alinhamento de Ernesto Geisel (1974-79).

Nos anos Amorim, foi formada uma geração de diplomatas associada a esse ideário. Com a chegada de Dilma Rousseff (PT) ao poder, em 2011, foi ensaiada uma reaproximação com os países ricos.

Sob Michel Temer (MDB), a partir de 2016, o desengajamento das políticas petistas foi iniciado e dois políticos tucanos ocuparam a pasta, José Serra e o atual chanceler, Aloysio Nunes Ferreira.

Segundo um embaixador, há um certo constrangimento devido à péssima imagem externa projetada pela mídia internacional do novo presidente. Isso, claro, irá mudar com a proximidade da posse, não menos porque o ministério é um órgão de Estado clássico.

Ajustes de política externa à realidade política são naturais. O Mercosul, por exemplo, é avaliado no Itamaraty como um projeto político bem-sucedido, mas uma dor de cabeça econômica. Assim, frases incendiárias como a de Paulo Guedes caem mal, mas refletem o pensamento de muitos na estrutura do ministério quando colocadas de forma ponderada.

O mesmo ocorre com a defendida aproximação maior dos EUA, como contraponto ao excessivo peso da China na balança comercial brasileira.

Mais polêmica será a adesão à ideia de dar mais peso à relação com Israel, em detrimento à histórica neutralidade brasileira no conflito com os palestinos. Não foi casualidade que Trump e o premiê israelense, Binyamin Netanyahu, estejam entre os primeiros líderes a congratular o brasileiro.

Bolsonaro já disse que não reconhecia a Palestina como nação, o queo **Brasil fez em 2011**, e que poderá mover a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém —assim como seu modelo, Donald Trump, fez.

A realidade aqui deverá falar mais alto, já que isso poderia trazer retaliação de países muçulmanos para onde **45% da exportação de frango e 40% da de carne bovina** do Brasil se dirige, por exemplo.

Também são esperadas reações dos diplomatas mais jovens formados sob Amorim, muitos ocupando postos criados na era Lula em países que poderiam se alinhar ao Brasil em votações de organismos multilaterais.

ITAMARATY | ÁSIA | 31/10/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Visita do ministro Aloysio Nunes Ferreira ao Cazaquistão

O ministro Aloysio Nunes Ferreira realizará visita a Astana em 1º de novembro. Será **primeira visita oficial de um chanceler brasileiro ao Cazaquistão**.

Na ocasião, o ministro Aloysio Nunes Ferreira manterá reuniões de trabalho com o ministro das Relações Exteriores da República do Cazaquistão, com o vice-primeiro ministro e também ministro da Agricultura.

Nesses encontros, serão tratados temas de interesse comum nas agendas regional e multilateral e os principais temas da agenda bilateral, em particular as perspectivas de cooperação em energia e agricultura.

Também será abordada a negociação de **Acordo de Cooperação Técnica** e de **Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos**.

Em 2018, Brasil e Cazaquistão celebram o **25º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas**.

ITAMARATY | BRASIL | 01/11/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

160 anos de relações diplomáticas entre o Brasil e a Turquia

Celebram-se nesta semana os 160 anos da assinatura do **Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e o Império Otomano (1858)**, que marca o início das relações diplomáticas entre o Brasil e a Turquia.

As comemorações incluem intenso programa de atividades culturais, como a promoção do Dia da Língua Portuguesa na Turquia, o lançamento de livro sobre o relacionamento bilateral pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e a visita, ao porto de Mersin, da fragata brasileira "Liberal", que lidera a **força-tarefa marítima da UNIFIL no Líbano**.

As relações entre o Brasil e a Turquia são hoje caracterizadas pela retomada de missões bilaterais e pelo adensamento no fluxo de comércio e de investimentos entre os dois países, com reconhecido potencial em áreas como construção civil e defesa.

O governo brasileiro aproveita a **importante efeméride** para renovar sua confiança no fortalecimento continuado da profícua amizade entre os dois povos.

ITAMARATY | INTERNACIONAL | 02/11/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos ao Brasil

Entre 5 e 12 de novembro de 2018, a **Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)** da **Organização dos Estados Americanos (OEA)** fará visita “in loco” ao Brasil, em atenção a convite do Governo brasileiro estendido em 2017. No contexto do engajamento do Brasil com a promoção e proteção dos direitos humanos no país. Nos últimos anos, diversas autoridades da Comissão estiveram no Brasil para participar de eventos e reuniões.

A delegação da CIDH visitará oito estados da Federação, além do Distrito Federal. A agenda da CIDH inclui encontros com representantes da sociedade civil organizada e órgãos oficiais, além de expedições a campo.

Com **sede em Washington, Estados Unidos**, a CIDH tem como função promover a observância e a defesa dos direitos humanos no continente americano. Tem competência para formular recomendações aos estados membros da OEA e solicitar informações em matéria de direitos humanos. Compõe-se de sete membros eleitos, a título pessoal, pela Assembleia Geral da OEA.

ITAMARATY | ÁFRICA | 06/11/2018 | Igor Gielow | Leia em : [Folha de São Paulo](#)

Sinal de crise maior, retaliação poderá acelerar a escolha de chanceler

Primeira retaliação externa contra o futuro governo Jair Bolsonaro (PSL), o cancelamento da viagem de uma comitiva brasileira ao Egito poderá acelerar a definição sobre quem ocupará o Itamaraty em sua gestão.

A sinalização do Cairo não poderia ser pior. Por estar **empaz com Israel há quase 40 anos**, o Egito é um dos países com maior tolerância a políticas de aliados que sejam favoráveis aos governos em Tel Aviv.

Desde a partilha da Palestina aprovada pela ONU em 1947, nunca implementada e na qual Jerusalém seria internacional, o status da cidade é central nas rixas entre o mundo árabe e o Estado judeu.

Donald Trump foi o primeiro presidente americano a fazer o que estava aprovado pelo Congresso desde os 1980, e moveu sua embaixada de Tel Aviv para lá, reconhecendo seu status de capital. Apenas Guatemala o acompanhou, seguida por Paraguai, que afinal desistiu.

Mas uma coisa é os EUA fazerem isso. Houve protestos quando Trump anunciou a decisão, mas os países não podem prescindir do comércio com os EUA. No caso brasileiro, há estragos a serem feitos.

O mais óbvio é **retaliação na compra de proteína animal halal**, ou seja, feito sob as rígidas regras de abate e manuseio islâmicos. Nada menos que **45% do frango** e **40% dos bovinos** vendidos pelo Brasil têm esse selo.

Inicialmente, a equipe de Bolsonaro duvidava que os países muçulmanos fossem de fato retaliar. Esperavam protestos formais. Mas a rápida reação egípcia sinaliza um cenário menos róseo.

Na bolsa de apostas para o cargo de chanceler, os nomes se mantêm. Seja quem for, diplomatas creem que Bolsonaro faria um favor a si mesmo se providenciasse mediação entre o que acontece no seu bunker na Barra da Tijuca e o Itamaraty.

Bolsonaro diz que nomeará servidor de carreira do Itamaraty como chanceler

Em meio a ruídos sobre sua política internacional, o presidente eleito Jair Bolsonaro indicou que vai nomear um diplomata de carreira como ministro das Relações Exteriores.

A equipe de transição enfrenta tensões na área internacional, com a possibilidade de crises antes mesmo de sua posse.

O futuro presidente comprou briga com países do mundo árabe ao prometer durante a campanha, e reforçar a ideia depois de eleito, que transferirá a Embaixada do Brasil em Tel Aviv para Jerusalém. Com a medida, ele pretende fazer um aceno ao governo de Israel e ao eleitorado evangélico.

Nesta terça, no entanto, o capitão reformado afirmou que **a alteração “não está decidida”**, após ser questionado sobre o cancelamento de um compromisso diplomático com o Brasil pelo Egito, em aparente retaliação ao plano, que alimentou temores de boicote comercial.

“Pelo que eu vi, é questão de agenda [do governo egípcio]. Acho que seria prematuro um país anunciar uma retaliação sobre uma coisa que não está decidida ainda”, disse.

“Não é um ponto de honra essa decisão. Agora, quem decide onde é a capital de Israel é o povo, o Estado de Israel. Se eles mudaram de local...”

Bolsonaro não divulgou nomes de novos ministros, além dos cinco já confirmados, durante o dia de compromissos na capital federal. Reiterou estar em busca de pessoas com perfil técnico, que sejam da área da pasta, tenham experiência e sejam patriotas.

Bolsonaro afirma que vai fechar embaixadas ociosas do Brasil no exterior

Jair Bolsonaro afirmou que pretende fechar embaixadas do Brasil no exterior que estejam ociosas.

No início da semana o governo do Egito cancelou uma visita que o ministro de Relações Exteriores do Brasil, Aloysio Nunes, faria ao país árabe. O cancelamento do compromisso diplomático alimentou temores de boicote comercial, em retaliação ao plano de transferir a Embaixada do Brasil em Tel Aviv para Jerusalém.

“Quem decide a capital de um Estado é o Estado. Não vejo motivo para essa celeuma. Essa questão do Egito, pelo que eu sei, não tem nada a ver com o que eu falei durante a campanha”, disse Bolsonaro. “Ninguém quer perder negócio. É prematura qualquer retaliação, de um lado ou de outro”, afirmou.

Indagado sobre quem vai ocupar o Ministério das Relações Exteriores, Bolsonaro respondeu que será alguém “sem viés ideológico” e acrescentou que está “avaliando vários nomes”.

O presidente eleito também foi questionado sobre a Embaixada da Palestina em Brasília.

“O problema é que ela está muito próxima do Palácio do Planalto. Nenhuma embaixada pode estar assim, tão próxima do presidente da República”, destacou. A distância entre os prédios é de menos de dois quilômetros.

Também na última semana, Bolsonaro questionou as relações diplomáticas brasileiras com Cuba.

Coleção do Itamaraty é escolhida como Memória do Mundo América Latina

A coleção "**Barão da Ponte Ribeiro: formação identitária latino-americana (1794-1884)**" foi inscrita pelo comitê de seleção do Programa Memória do Mundo América Latina (MOWLAC) como Memória do Mundo regional.

A coleção inclui documentos textuais e cartográficos reunidos ou produzidos pelo Barão Duarte da Ponte Ribeiro e está sob custódia do Centro de Documentação Histórica do Itamaraty, no Rio de Janeiro.

O Programa Memória do Mundo foi criado pela Unesco em 1992, com o objetivo de assegurar a preservação do patrimônio documental com significação mundial.

Duarte da Ponte Ribeiro nasceu em 1795. Médico, diplomata e cartógrafo, trabalhou pelo Brasil na Espanha – onde negociou o reconhecimento da independência do País –, em Portugal, México, Peru, Bolívia e Argentina. Sua ação diplomática na definição das fronteiras brasileiras é comparada à de **Alexandre de Gusmão** no período colonial e à do Barão Rio Branco na era republicana do Brasil.

Nota do Atualidades Concursos:

Caso você ainda não tenha estudado sobre as contribuições de **Alexandre de Gusmão, Duarte da Ponte Ribeiro e Barão do Rio Branco** ao Brasil, chegou a hora de fazê-lo. Esses são os três principais atores da diplomacia brasileira e merecem especial atenção.

Esta é a vigésima primeira vez que um acervo brasileiro é nomeado Memória do Mundo América Latina, desde a criação do MOWLAC no ano 2000.

Entre os registros inscritos anteriormente estão:

- 1) Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais;
- 2) Carta de Abertura dos Portos Marítimos para o Comércio com as Nações Amigas de 1808;
- 3) Fundo Oscar Niemeyer;
- 4) Arquivo do Serviço de Proteção aos Índios;
- 5) Fundo Comitê para a Defesa dos Direitos Humanos dos Países do Cone Sul (CLAMOR).

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 13/11/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Consultas com o México sobre acordos de complementação econômica

Brasil e México manterão conversas sobre negociações comerciais bilaterais no âmbito dos **Acordos de Complementação Nr. 53 e 55**. O objetivo será repassar questões relativas a ambos, com vistas a preparar a retomada do seu tratamento pelos dois países.

O processo de ampliação do **ACE-53**, que já foi objeto de oito rodadas negociadoras, abrange questões tarifárias e não tarifárias, como serviços, compras governamentais e medidas sanitárias e fitossanitárias. O ACE-55 prevê negociações sobre o comércio automotivo bilateral.

Nota do Atualidades Concursos:

Conhecer os números dos **Acordos de Complementação** pode parecer detalhamento excessivo, mas não é. Esse tipo de informação é bastante relevante para a prova e faz enorme diferença na fase discursiva do CACD.

O comércio entre o Brasil e o México alcançou **US\$ 8,8 bilhões em 2017**, um crescimento de 19% em relação ao ano anterior. As importações somaram US\$ 4,2 bilhões e as exportações, US\$ 4,6 bilhões. Em 2017, o setor automotivo representou cerca de 30% das exportações e 40% das importações brasileiras.

ITAMARATY | ORIENTE MÉDIO | 13/11/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Brasil e Emirados Árabes Unidos assinam Convenção para Eliminar a Dupla Tributação e a Evasão e Elisão Fiscais

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, e a embaixadora dos Emirados Árabes Unidos (EAU) no Brasil, Hafsa Al Ulama, assinaram a **Convenção entre o Brasil e os Emirados Árabes Unidos para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais**.

Os acordos bilaterais sobre dupla tributação contribuem para um ambiente jurídico estável e o combate à evasão fiscal, facilitando os fluxos comerciais e de investimento. A assinatura do instrumento deverá impulsionar os investimentos no Brasil de fundos soberanos sediados nos Emirados Árabes Unidos. Também reduzirá a triangulação dos recursos por praças financeiras localizadas em outros países, diminuindo distorções na área de investimentos bilaterais.

O estoque de investimentos externos diretos dos Emirados Árabes Unidos no Brasil totaliza **US\$ 70 milhões**, enquanto os brasileiros nos EAU, **US\$ 52 milhões**.

ITAMARATY | BRASIL | 15/11/2018 | Ricardo Della Coletta | Leia em : [El País](#)

Ernesto Araújo, o chanceler contra o “marxismo cultural” que mira Trump

Assim que o **diplomata Ernesto Araújo** foi anunciado pelo presidente eleito Jair Bolsonaro como futuro ministro das Relações Exteriores, começou a circular nas redes sociais o texto pelo qual ele ficou mais conhecido entre os servidores do Itamaraty. Intitulado *Trump e o Ocidente*, Araújo rende ao longo de 36 páginas loas ao mandatário dos Estados Unidos, a quem vê como uma espécie de cavaleiro cruzado pelo resgate da identidade do Ocidente no mundo moderno.

Publicado no segundo semestre de 2017, o artigo gerou forte impacto nas filas do Itamaraty, um ministério marcado pela rígida hierarquia da carreira diplomática e por uma **tradição de independência** e de não alinhamento automático aos grandes blocos internacionais. Araújo se posicionou ali claramente como um *trumpista*, partidário da visão altamente nacionalista —e antiglobalista— que o presidente dos Estados Unidos encampa.

Em plena campanha presidencial, o novo chanceler começou a publicar um *blog* com fortes críticas ao PT (para ele o *Partido Terrorista*) e elogios a Bolsonaro. Ele comparou uma das manifestações pró-Bolsonaro em Brasília a campanha pelas Diretas Já e aos protestos de rua que levaram ao *impeachment* de ex-presidenta Dilma Rousseff.

O agora chefe do departamento de Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos do Ministério das Relações Exteriores, **Ernesto Henrique Fraga Araújo** passou na frente de outros diplomatas que estavam cotados para comandar a política externa brasileira no Governo Bolsonaro. Ao longo dos últimos dias circularam nomes de funcionários de carreira que eram considerados mais moderados, embora distantes do pensamento de alianças sul-sul que foram a digital dos Governos do PT no Itamaraty.

Nesse sentido, a escolha de Araújo, de 51 anos, um pregador contra o "marxismo cultural", não deixa de ser uma surpresa. Principalmente por mostrar que, ao invés de uma escolha menos polêmica, que evitaria ainda mais rugas com parceiros cruciais como a China, principal parceiro comercial do Brasil, Bolsonaro optou por não abrir mão de alinhar o Brasil ao movimento global de ascensão da direita populista, em muitos lugares pela extrema direita, liderado por Trump.

‘Interesse nacional’

Araújo defendeu que o País mantenha "relações excelentes" com todos os seus parceiros comerciais. "Antes de tudo [é preciso] garantir que este momento extraordinário que o Brasil está vivendo, com a eleição do presidente Bolsonaro, se traduza dentro do Itamaraty numa política efetiva, numa política em função do interesse nacional, de um Brasil atuante, feliz e próspero".

De forma bastante erudita, Araújo traça um histórico da civilização ocidental, que ele afirma reunir "laços de cultura, fé e tradição que nos fazem quem somos". Valores que estariam ameaçados pelo globalismo e por um abandono da própria identidade ocidental, que incluiria aí, entre outras coisas, a rejeição ao conceito do nacionalismo. "Somente um Deus poderia ainda salvar o Ocidente, um Deus operando pela nação —inclusive e talvez principalmente a nação americana", conclui Araújo em seu texto.

Cooperação nuclear Brasil-Argentina – nota conjunta à imprensa

Foi realizado, nas dependências da embaixada do Brasil em Buenos Aires, o seminário **Oportunidades de negócios entre empresas brasileiras e argentinas do setor nuclear**".

Compareceram ao evento cerca de 90 pessoas, incluindo representantes de alto nível de todas as principais empresas e entidades do setor nuclear de ambos os países, além da secretária-adjunta da **ABACC**, Elena Maceiras.

Nota do Atualidades Concursos:

ABACC: Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares

O seminário representou oportunidade para revisar o relacionamento bilateral na área nuclear e identificar novas oportunidades de negócios entre as empresas do setor. Ambas as partes concordaram sobre a importância do aprofundamento da integração entre as cadeias produtivas brasileira e argentina, com vistas a assegurar ganhos de competitividade que permitam o desenvolvimento continuado deste setor estratégico.

A delegação brasileira foi convidada, ainda, a conhecer as instalações do **Centro Atômico de Ezeiza**, onde a Argentina desenvolve o projeto do reator multipropósito RA-10, que, uma vez concluído, deverá ser capaz de abastecer o mercado regional de radioisótopos de usos medicinais, em conjunto com o projeto do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB).

BRICS discutem a criação de uma rede de parques tecnológicos e incubadoras de empresas no 4º Seminário sobre Diplomacia e Inovação Científica e Tecnológica

Será realizado, no Palácio Itamaraty, o **4º Seminário sobre Diplomacia e Inovação Científica e Tecnológica**

O seminário promoverá o intercâmbio de experiências entre formuladores de políticas públicas e especialistas em ambientes de inovação, além de discutir o funcionamento de redes de parques tecnológicos, incubadoras e aceleradoras do **BRICS**.

O seminário será aberto pelo ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira. Em seguida, haverá apresentação do diretor administrativo da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), Philippe Scholtès.

Ao longo de quatro painéis, serão apresentadas as ações de **internacionalização de parques tecnológicos e incubadoras** do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, além de casos de startups brasileiras atuantes nos BRICS.

Lançamento do relatório “Mercado de Energias Renováveis”, da Agência Internacional de Energia

Os ministérios das Relações Exteriores, de Minas e Energia e a **Agência Internacional de Energia (AIE)** sediarão, no Palácio Itamaraty, evento de lançamento do relatório da AIE sobre “**Mercado de Energias Renováveis em 2018**” (“IEA 2018 Renewables Market Report”).

Os ministérios das Relações Exteriores e de Minas e Energia contribuíram para a concepção e revisão do relatório. O Brasil é singularizado como o país que tem a **maior parcela de fontes renováveis no consumo final de energia** (45% em 2023), especialmente em função da bioenergia e da hidroeletricidade.

O evento tratará também do trabalho da **Plataforma para o Biofuturo**, iniciativa multilateral para promoção da bioeconomia sustentável de baixo carbono, concebida pelo governo brasileiro e lançada em 2016.

ITAMARATY | BRASIL | 20/11/2018 | Daniel Carvalho | Leia em : [Folha de São Paulo](#)

Brasil não ficará de quatro diante de ditaduras, diz chanceler de Bolsonaro

Indicado pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), para ocupar o comando do Ministério das Relações Exteriores, **Ernesto Araújo** disse que o Brasil "não ficará de quatro diante das ditaduras".

O novo chanceler disse que, "na nova política externa", o país irá negociar "bons acordos comerciais, atrair investimentos e tecnologia". "Terá apenas os pés no chão, não ficará de quatro diante das ditaduras. Os pés no chão, mas não a cabeça enfiada na terra para não ver o grande embate mundial entre o globalismo e a liberdade. Os pés no chão, mas não plantados no mesmo lugar, e sim caminhando passo a passo rumo ao nosso destino", escreveu o diplomata.

Araújo rebateu críticas feitas por Celso Amorim, chanceler nos dois governos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e disse que fará um "exame minucioso" da política externa do PT.

O novo chanceler brasileiro foi uma indicação pessoal do escritor Olavo de Carvalho, pensador conservador que é um dos gurus do bolsonarismo.

Araújo, 51, é diretor do Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos. Bolsonaro disse que a escolha se deve ao perfil de Araújo e a sua vida pregressa.

O presidente eleito defendeu que o futuro ministro motive a diplomacia brasileira e incremente o comércio "sem viés ideológico", em referência contrária à política externa dos governos do PT, de aproximação de países de regimes de esquerda, como Cuba e Venezuela.

O novo chanceler celebra o "pan-nacionalismo" do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Araújo também prega um resgate aos valores ocidentais, com a revalorização da pátria, da família e de Deus, contra o chamado "globalismo".

ITAMARATY | ÁFRICA | 21/11/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Ataques a membros das missões de paz da ONU na República Democrática do Congo e República Centro-Africana

O governo brasileiro condena com veemência os ataques contra capacetes azuis da **Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO)**, no território de Beni, Kivu do Sul, e da **Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA)**.

Ao expressar suas condolências e solidariedade aos governos do Malawi, da República Centro-Africana, da República Democrática do Congo e da Tanzânia, bem como às famílias das vítimas, o governo brasileiro renova seu apoio ao trabalho da **MINUSCA** e da **MONUSCO** e aos esforços da comunidade internacional em favor da estabilização da República Centro-Africana e da República Democrática do Congo. Salienta a inequívoca obrigação de todas as partes em conflito de respeitar e assegurar a integridade física da população civil e do pessoal a serviço das Nações Unidas.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 22/11/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Acordo de Livre Comércio Brasil-Chile

O Acordo de Livre Comércio entre o Brasil e o Chile estabelece normas que facilitarão o comércio e os investimentos entre ambos os países, tanto no **setor de bens** quanto no **setor de serviços**, em consonância com as dinâmicas atuais da

economia internacional. O Brasil e o Chile alcançaram um acordo amplo e de alto padrão, que constituirá um impulso significativo para fortalecer ainda mais suas relações econômico-comerciais, bem como a integração regional, em particular no âmbito da **aproximação entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico**.

O instrumento, concluído sobre a base do livre comércio tarifário já alcançado no âmbito do **Acordo de Complementação Econômica Nº 35**, entre o MERCOSUL e o Chile, permitirá ampliar e aprofundar a integração comercial bilateral, em benefício direto dos operadores econômicos e dos consumidores de ambos os países.

Destaca-se o compromisso alcançado entre o Brasil e o Chile para que, no prazo de um ano a partir da entrada em vigor do Acordo, se estabeleça a **eliminação do roaming internacional** para telefonia móvel e transmissão de dados.

O Acordo inclui normas de apoio para que as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) possam beneficiar-se efetivamente de suas disposições. Em matéria de **Contratação Pública**, permitirá às MPMEs do Brasil e do Chile participarem das licitações realizadas na outra Parte, competindo em igualdade de condições com os fornecedores locais. Outro capítulo de grande impacto para as MPMEs é o de **Comércio Eletrônico**, que contém disposições para facilitar e melhorar as condições em que os fornecedores brasileiros e chilenos de serviços e de produtos operam por via eletrônica nos mercados.

Em **Facilitação do Comércio**, os compromissos assumidos vão acelerar e reduzir os custos dos trâmites de importação, exportação e trânsito de bens.

No âmbito de medidas não tarifárias – sanitárias, fitossanitárias e de normas técnicas –, adotaram-se compromissos para impulsionar e agilizar o comércio bilateral, para avançar na convergência, harmonização e no reconhecimento de exigências técnicas, bem como para abordar e resolver, de maneira célere, todos os problemas que possam surgir entre ambos os países. Ao mesmo tempo, foram plenamente salvaguardadas as faculdades de fiscalização dos entes reguladores no que se refere a assegurar níveis de segurança e qualidade vigentes em ambos os países.

Foram reconhecidas também as indicações geográficas da cachaça brasileira e do pisco chileno.

Pela primeira vez em um acordo de livre comércio, foi incorporado um capítulo de **Cadeias Regionais e Globais de Valor**, por meio do qual ambos os países reconhecem a importância de aproveitar melhor suas complementaridades no comércio.

O Acordo incorporou os instrumentos bilaterais de **Contratação Pública, Investimentos em Instituições Financeiras e Cooperação e Facilitação de Investimentos**.

ITAMARATY | BRASIL | 23/11/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Acordo sobre Serviços Aéreos entre Brasil e Luxemburgo

O Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, e o Embaixador de Luxemburgo no Brasil assinaram o **Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo sobre Serviços Aéreos**, negociado pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) em coordenação com o Ministério de Transportes, Portos e Aviação Civil e com o Ministério das Relações Exteriores.

O texto do Acordo, que será submetido ao Congresso Nacional, estabelece normas para o relacionamento aerocomercial bilateral, que incluem múltipla designação de companhias para operar serviços aéreos, ausência de restrições à expansão da oferta, liberdade para a formação de preços, possibilidade de acordos de código compartilhado com empresas brasileiras, luxemburguesas e também de terceiros países, e cooperação entre as autoridades nacionais do setor de aviação civil.

Embora não haja, no presente, operação de voos de passageiros entre o Brasil e Luxemburgo, existem serviços aéreos regulares de carga entre os dois países, com ligação para as cidades de Campinas, Curitiba, Manaus, Petrolina e Rio de Janeiro. A existência de marco regulatório estável é essencial para o planejamento da expansão da oferta de serviços aéreos de passageiros e carga, fator que é importante para o desenvolvimento do comércio exterior brasileiro.

Em 2018, o Brasil retomou negociações para a celebração de acordos sobre serviços aéreos novos ou atualizados com diversos países-membros da União Europeia. O instrumento firmado hoje com Luxemburgo é o **primeiro resultado desse processo negociador**, que prossegue em relação a outros países europeus.

Brasil e Chile assinam acordo de livre comércio

Brasil e Chile assinaram um acordo de livre comércio fechado em tempo recorde. O novo tratado **atualizou um acordo comercial prévio de 1996**, responsável por eliminar tarifas de importação no intercâmbio bilateral de bens.

"Trata-se do mais amplo acordo bilateral sobre questões regulatórias já firmado por nosso país", disse Temer.

O pacto estabelece normas que facilitarão o comércio e os investimentos entre ambos os países, tanto no setor de **bens** quanto no setor de **serviços**.

O acordo servirá para impulsionar a integração regional, "em particular no âmbito da **aproximação Mercosul e a Aliança do Pacífico**".

Com o novo acordo, os dois países assumem compromissos em 24 áreas não tarifárias, que vão desde a facilitação de comércio eletrônico à eliminação de cobrança de roaming internacional para dados e telefonia móvel.

O acordo prevê também normas de apoio a micro, pequenas e médias empresas. Há ainda compromissos em medidas de combate à corrupção, meio ambiente e questões trabalhistas.

De acordo com o secretário de Comércio Exterior brasileiro, Abrão Neto, o novo acordo cria "regras de última geração". "Este acordo servirá como referência para diversas negociações das quais o Brasil participa ou venha a participar", disse.

O Chile é o segundo maior parceiro comercial do Brasil na América do Sul, ficando atrás apenas da Argentina. No ano passado, o comércio bilateral somou 8,5 bilhões de dólares, o que representa um incremento de 22% em relação a 2016.

O Brasil é o maior parceiro comercial do Chile na América Latina e principal destino dos investimentos chilenos no exterior.

Reunião informal dos líderes do BRICS à margem da Cúpula do G20 – Buenos Aires, Argentina

Lamentamos os recorrentes ataques terroristas, inclusive contra países do BRICS. Instamos todas as nações a adotarem uma abordagem abrangente no combate ao terrorismo, incluindo todos os elementos enumerados na **Declaração de Joanesburgo**.

Reafirmamos nosso **total apoio ao sistema multilateral de comércio** baseado em regras, representado pela **OMC**, para assegurar o comércio internacional transparente, não discriminatório, aberto e inclusivo.

O espírito e as regras da OMC são contrários a medidas unilaterais e protecionistas. Instamos todos os membros a se oporem a essas medidas inconsistentes com a OMC, a reafirmarem os compromissos que assumiram na OMC e a recuarem de tais medidas de natureza discriminatória e restritiva.

Apoiamos o trabalho de **melhoria da OMC**, com vistas a aumentar sua relevância e eficiência, para enfrentar desafios atuais e futuros.

O **mecanismo de solução de controvérsias da OMC** é essencial para o seu funcionamento adequado. Seu funcionamento efetivo dará aos membros a confiança necessária para engajarem-se em futuras negociações na OMC. Assim, instamos que o processo de seleção do **Órgão de Apelação** seja iniciado imediatamente, como pré-requisito essencial para o funcionamento estável e eficaz do sistema de solução de controvérsias da OMC.

Saudamos o tema da Presidência Argentina do G20, **Construção de Consenso para o Desenvolvimento Justo e Sustentável**, e o foco em Futuro do Trabalho, Infraestrutura para o Desenvolvimento e Segurança Alimentar para um

Futuro Sustentável.

Reconhecemos a importância da infraestrutura para o desenvolvimento e comprometemo-nos a contribuir para superar as diferenças globais em infraestruturas, inclusive pela mobilização de recursos para infraestruturas sustentáveis e resistentes a desastres, por meio de iniciativas nacionais e coletivas, incluindo o **Novo Banco de Desenvolvimento**.

Preconizamos uma Rede de Proteção Financeira Global forte, com um Fundo Monetário Internacional (FMI) baseado em cotas e com recursos adequados em seu centro. Nesse sentido, reafirmamos nosso compromisso com a conclusão da **15ª Revisão Geral de Cotas do FMI**, incluindo uma nova fórmula de cotas, para assegurar o fortalecimento da voz das economias emergentes e em desenvolvimento dinâmicas, para refletir suas contribuições relativas à economia mundial, garantindo a proteção dos países de menor desenvolvimento relativo, até as Reuniões de Primavera de 2019 ou, o mais tardar, até as Reuniões Anuais de 2019.

Reiteramos nosso compromisso com a implementação da **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** e com as **Metas de Desenvolvimento Sustentável** que devem garantir desenvolvimento sustentável igualitário, inclusivo, aberto e orientado à inovação, em suas três dimensões – econômica, social e ambiental – de uma maneira equilibrada e integrada, com vistas ao objetivo central de erradicar a pobreza até 2030. Instamos os países desenvolvidos a honrarem plenamente seus compromissos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, em tempo, e a proverem recursos de desenvolvimento adicionais a países em desenvolvimento, conforme a **Agenda de Ação de Adis Abeba**.

Com respeito à mudança do clima, comprometemo-nos à plena implementação do Acordo de Paris, adotado sob os auspícios da **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima**, incluindo os princípios das responsabilidades comuns porém diferenciadas e das respectivas capacidades, e instamos os países desenvolvidos a proverem aos países em desenvolvimento apoio financeiro, tecnológico e de capacitação, para aumentar suas capacidades de mitigação e adaptação. Invocamos todos os países a atingirem um resultado equilibrado sob o Programa de Trabalho do Acordo de Paris durante a COP-24, que permita a operacionalização e a implementação do Acordo de Paris. Ressaltamos a importância e a urgência de conduzir um primeiro processo bem-sucedido e ambicioso de reabastecimento do **Fundo Verde do Clima**.

Reiteramos nosso apreço à África do Sul pelo sucesso da **10ª Cúpula do BRICS**, realizada em Joanesburgo e reiteramos nosso compromisso em continuar aprofundando nossa parceria estratégica, para o benefício de nossos povos.

Expressamos satisfação com o êxito da cooperação do BRICS nas áreas de economia, paz e segurança e intercâmbio interpessoais durante a presidência de turno sul-africana, incluindo o estabelecimento da Parceria do BRICS para a **Nova Revolução Industrial** (PartNIR), do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas, da Plataforma de Cooperação em Pesquisa do BRICS e do Escritório Regional para as Américas do Novo Banco de Desenvolvimento, em São Paulo. Reafirmamos nosso compromisso com a plena implementação dos resultados da Cúpula de Joanesburgo, bem como das Cúpulas anteriores.

Aguardamos com expectativa a **11ª Cúpula do BRICS**, a ser **sedada pelo Brasil**, em 2019, e reiteramos nosso completo apoio ao Brasil como o próximo presidente de turno do BRICS.

ITAMARATY | ORIENTE MÉDIO | 05/12/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Doação brasileira para a restauração da Basílica da Natividade de Jesus, na Terra Santa

O Brasil finalizou a doação de R\$ 792.000,00 para a restauração da **Basílica da Natividade de Jesus**, em Belém, na Terra Santa. Trata-se de um dos mais importantes monumentos de peregrinação cristã do mundo.

A Basílica da Natividade foi erguida durante o Império de Constantino, no século IV, e reerguida no de Justiniano, no século VI. Abriga a gruta que a tradição reconhece como o lugar do nascimento de Jesus. Sítio de alto valor histórico, artístico e religioso.

A doação se deu sob o amparo das Leis 13.669, de 30/5/2018, e 13.735, de 22/11/2018. Servirá, exclusivamente, à recuperação de mosaicos do período bizantino, na porção sul da nave original da Basílica (século IV).

Por se tratar de monumento inscrito na Lista do **Patrimônio Mundial da humanidade**, os trabalhos de restauração são

monitorados pela Unesco. As obras iniciaram-se em 2013 e deverão concluir-se em 2019.

Além do **Brasil**, contribuíram até o momento para o projeto Chile, Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Grécia, Hungria, Itália, Marrocos, Noruega, Polônia, Rússia, Turquia e Santa Sé, entre outros.

O Brasil já contribuiu para a restauração de dois outros sítios cristãos na Terra Santa: a Igreja das Nações, em Jerusalém, e a Igreja da Anunciação, em Nazaré.

ITAMARATY | INTERNACIONAL | 06/12/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

IV Rodada de Negociações Mercosul-Canadá

Representantes de **Mercosul** e **Canadá** estão reunidos em Brasília para **quarta rodada de negociações do acordo de livre comércio entre as partes**.

Nesta rodada, os negociadores participantes avaliarão o progresso alcançado até o momento, discutirão as ofertas de acesso a mercados trocadas em outubro passado e definirão estratégias para a conclusão dos capítulos do acordo e para o aprofundamento dos compromissos de abertura comercial.

As negociações foram lançadas em março, em Assunção, e iniciadas logo em seguida, em Ottawa. Novas rodadas foram realizadas desde então, alternadamente em Brasília e na capital canadense. Pelo Mercosul, o **processo é coordenado pelo Brasil**, que organiza as atividades dos 23 grupos de trabalho responsáveis por dar forma ao acordo.

A próxima rodada negociadora está prevista para março de 2019, em Ottawa.

ITAMARATY | INTERNACIONAL | 07/12/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Conferência Intergovernamental para Adoção do Pacto Global sobre Migração Segura, Ordenada e Regular – Marraquexe

O ministro Aloysio Nunes Ferreira chefiará a delegação brasileira à Conferência Intergovernamental para Adoção do **Pacto Global para Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares**, que será realizada em Marraquexe, Marrocos. A Conferência é organizada pelo governo do Marrocos, com o apoio das Nações Unidas.

O Pacto Global para Migrações é o marco de cooperação mais abrangente já criado para a governança global dos fluxos de migração internacionais. Estabelece parâmetros para a atuação dos governos nos campos nacional, bilateral, regional e multilateral e oferece diretrizes para a atuação dos órgãos internacionais, como a Organização Internacional para as Migrações.

O acordo também defende o respeito aos direitos humanos dos migrantes, independentemente de sua condição migratória, e estimula a melhor coordenação entre os países em áreas como o combate ao tráfico internacional de pessoas e à exploração de grupos vulneráveis de migrantes, como mulheres e crianças.

O Pacto Global para Migrações será de grande importância para a garantia de tratamento digno aos mais de três milhões de brasileiros que residem no exterior. Além da adoção do Pacto Global pelos governos, a **Conferência de Marraquexe** também tem por objetivo contribuir, com propostas e iniciativas, para a efetiva implementação dos compromissos assumidos pelos participantes.

ITAMARATY | BRASIL | 11/12/2018 | Ricardo Galhardo | Leia em : [Estadão](#)

Brasil sairá de pacto migratório, diz futuro chanceler

O futuro chanceler brasileiro, **Ernesto Araújo**, disse que o Brasil vai se desassociar do **Pacto Global pela Imigração da**

ONU, firmado hoje em **Marrakesh** por **160 países**.

A imigração não deve ser tratada como questão global, mas sim de acordo com a realidade e a soberania de cada país”, disse Araújo. Segundo ele, a imigração “é bem-vinda, mas não pode ser indiscriminada” e deve estar “a serviço dos interesses nacionais e da coesão de cada sociedade”.

As declarações de Araújo vão no sentido oposto do que disse em Marrakesh o chanceler Aloysio Nunes Ferreira, que se contrapôs aos “políticos que querem restringir a imigração e atacam os órgãos multilaterais”. “A lei brasileira é um desmentido claro àqueles que querem opor a soberania nacional à cooperação internacional”, disse Aloysio.

Sem a presença dos EUA, que abandonaram as negociações em dezembro de 2017, as nações concordaram que é preciso promover a imigração segura para pessoas que saíram de seus países por problemas de guerra, por necessidades econômicas ou por mudanças climáticas.

O pacto tem oposição de políticos que defendem fronteiras mais seguras e argumentam que o acordo favorece o fluxo de imigrantes.

ITAMARATY | INTERNACIONAL | 12/12/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Evento de Alto Nível da Plataforma para o Biofuturo durante a COP24, em Katowice

O governo brasileiro, a **Agência Internacional de Energia (AIE)** e a Polônia, na qualidade de presidente da **COP24**, sediaram, em Katowice, Polônia, evento de alto nível da **Plataforma para o Biofuturo**.

Co-presidida pelo ministro do Meio Ambiente do Brasil, Edson Duarte; pelo diretor-executivo da AIE, Fatih Birol; e pelo presidente da COP 24, Michał Kurtyka, a atividade reuniu autoridades dos 20 países membros da Plataforma, com o objetivo de **apoiar o contínuo desenvolvimento de uma bioeconomia sustentável de baixo carbono**.

Foi anunciada a transferência das funções de facilitação (secretariado), interinamente exercidas pelo Brasil, para a Agência Internacional de Energia, a partir de 1º de fevereiro de 2019. A transferência é importante passo para a consolidação da **Plataforma para o Biofuturo** e resulta do avanço consistente e da credibilidade obtida pela iniciativa. Também foram apresentados os resultados do primeiro relatório da Plataforma, intitulado “**Criando o Biofuturo: um relatório sobre o estado da bioeconomia de baixo carbono**”, cuja versão integral pode ser lida aqui.

A Plataforma para o Biofuturo é uma iniciativa intergovernamental lançada em novembro de 2016 pelo governo brasileiro e integrada por outros 19 países, incluindo Argentina, Canadá, China, Dinamarca, Egito, Estados Unidos da América, Filipinas, Finlândia, França, Índia, Indonésia, Itália, Marrocos, Moçambique, Países Baixos, Paraguai, Suécia, Reino Unido e Uruguai.

Envolvendo indústria, academia e organizações internacionais, o mecanismo busca promover a coordenação internacional na área da bioeconomia sustentável de baixo carbono, que proporciona efeitos positivos na promoção do desenvolvimento sustentável, do crescimento econômico e da segurança energética, assim como no combate à mudança do clima.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 14/12/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Visita do ministro Aloysio Nunes Ferreira ao Suriname

O ministro Aloysio Nunes Ferreira realizará visita a Paramaribo, Suriname, em 14 de dezembro.

Os chanceleres passarão em revista os temas da agenda bilateral e regional, com destaque para cooperação técnica, educação e saúde, defesa e segurança, comércio e temas consulares.

O ministro Aloysio Nunes Ferreira fará a entrega de carregamento de coletes salva-vidas, doados pela Marinha brasileira à Marinha surinamesa.

Durante a visita, será assinado **Memorando de Entendimento na área de Segurança Cibernética**, bem como dois ajustes complementares relativos a projetos de cooperação técnica:

“**Programa de cooperação técnica entre a Academia Diplomática surinamesa e o Instituto Rio Branco 2018-2019**” e ;

“**Apoio ao processamento e comercialização de produtos florestais não madeireiros com foco em cumaru, inajá e andiroba**”.

Brasil e Suriname mantêm tradicional agenda de **cooperação técnica e em defesa**. O comércio bilateral voltou a crescer em 2017, alcançando US\$ 40,1 milhões, com superávit a favor do Brasil de US\$ 29,4 milhões.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 18/12/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Brasil-Guiana

Foi assinado o **Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)** entre o Brasil e a Guiana.

Trata-se do terceiro ACFI assinado pelo Brasil em 2018, após Etiópia e Suriname, o que aumentou para 13 o número de países cobertos por instrumentos legais em matéria de investimentos (além dos mencionados, Angola, Chile, Colômbia, Maláui, México, Moçambique, Peru, bem como os países fundadores do MERCOSUL – Argentina, Paraguai e Uruguai –, signatários do **Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, PCFI**).

O ACFI com a Guiana representa importante sinalização do adensamento das relações bilaterais no marco dos 50 anos do estabelecimento das relações diplomáticas.

O intercâmbio comercial bilateral, que chegou a quase US\$ 39 milhões em 2017, já atingiu a marca de US\$ 37 milhões entre janeiro e novembro de 2018.

O **ACFI Brasil-Guiana** denota mais um passo na consolidação do modelo brasileiro de acordos de investimentos, que tem por objetivo preservar o espaço regulatório do estado ao mesmo tempo em que promove a cooperação para a melhoria do ambiente de negócios em ambos os países e a facilitação do acesso a informações e do cumprimento de requisitos burocráticos necessários à efetivação de investimentos estrangeiros diretos.

ITAMARATY | INTERNACIONAL | 18/12/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Contencioso na OMC entre Brasil e Canadá sobre subsídios ao setor aeronáutico

O governo brasileiro apresentará ao Painel estabelecido pelo **Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC)**, a primeira petição escrita no âmbito do contencioso iniciado em março de 2017 sobre subsídios concedidos pelo governo canadense ao setor aeronáutico, em particular ao programa C-Series da empresa **Bombardier**, nos níveis federal, provincial e local.

Na petição, o **Brasil argumenta que o Canadá concedeu subsídios ao seu setor aeronáutico de modo incompatível com as regras da OMC**. A petição brasileira esclarece como programas de subsídios violam as normas estabelecidas no Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC e distorcem o mercado internacional de aeronaves.

Na avaliação do governo brasileiro, os elevados subsídios concedidos pelo Canadá à Bombardier resultaram em grave prejuízo à indústria aeronáutica nacional.

A expectativa do governo brasileiro é de que o contencioso permita reequilibrar, o quanto antes, as condições de competitividade internacional no setor aeronáutico, afetadas artificialmente pelos subsídios canadenses.

LIII Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados e LIII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum

Será realizada em Montevidéu a 53ª edição da **Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados**. O encontro será precedido pela Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão decisório de nível ministerial. A Cúpula de Chefes de Estado encerra a Presidência Pro Tempore Uruguaia (PPTU) do Mercosul, exercida durante o segundo semestre de 2018.

A agenda de entendimentos extrarregionais incluiu tratativas com União Europeia, EFTA, Canadá e Coreia, além da reunião presidencial Mercosul-Aliança do Pacífico e o lançamento de negociações comerciais com Cingapura.

O processo de fortalecimento econômico-comercial ampliou-se com a negociação de protocolo de boas práticas e coerência regulatória e de acordo para um novo regime aduaneiro de bagagem do Mercosul; o início das negociações sobre um acordo de facilitação do comércio alinhado às determinações da Organização Mundial do Comércio; e a **reforma do regulamento do FOCEM**. A agenda da cidadania avançou com a conclusão de negociações nas áreas de mobilidade acadêmica e profissional, cooperação jurídica em áreas de fronteira e combate ao crime organizado.

O Mercosul hoje representa o **equivalente à quinta maior economia mundial**, com PIB de US\$ 2,7 trilhões. Mais de 10% das exportações brasileiras têm como destinos os demais sócios do bloco, e **89,1% dessas exportações são produtos manufaturados**. Desde a criação do Mercosul, o comércio entre os sócios multiplicou-se por nove, passando de US\$ 4,5 bilhões em 1991 para US\$ 40,4 bilhões em 2017.

Ao final da Cúpula, a **Presidência Pro Tempore do bloco será transmitida à Argentina**.

Progressos alcançados nas Consultas Intra-Iemenitas em Estocolmo

O Brasil acolhe o anúncio pelo secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, da conclusão da rodada de consultas intra-iemenitas conduzida em Estocolmo. Após mais de três anos e meio de conflito, o Iêmen representa hoje a maior crise humanitária do planeta.

Os termos acordados entre o **governo iemenita** e **forças alinhadas com o movimento Ansarallah** incluem a cessação de hostilidades e retirada de beligerantes na **província de Hodeida**, cujo porto – vital para o fornecimento de bens essenciais e ajuda humanitária à população iemenita – passará a ser administrado em colaboração com as Nações Unidas.

O acordo prevê, ainda, iniciativas de alívio humanitário na província de Taiz e a realização de abrangente troca de prisioneiros entre as partes. Concordou-se, por fim, na realização de nova rodada de diálogo.

O Brasil congratula os representantes de ambas as partes, o Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU e os demais facilitadores do encontro pelos avanços registrados. O governo brasileiro faz votos de que as partes se empenhem em dar seguimento aos progressos conquistados em Estocolmo e, no encontro programado para janeiro, lancem as bases para um processo político inclusivo e para a reconciliação nacional, colocando um fim definitivo ao conflito, em consonância com a **Resolução 2216** do Conselho de Segurança da ONU.

Situação na Nicarágua

O Governo brasileiro condena o cancelamento pela Assembleia Nacional da Nicarágua da personalidade jurídica de diversas organizações de defesa dos direitos humanos no país, entre as quais o **Centro Nicaraguense dos Direitos Humanos (CENIDH)** e o **Instituto de Estudos Estratégicos e de Políticas Públicas (IEEPP)** – instituições fundamentais para as atividades do Grupo Interdisciplinar de Peritos Independentes (GIEI) e do Mecanismo Especial de

Acompanhamento para a Nicarágua (MESENI), criados pela **OEA**.

O Governo brasileiro condena, igualmente, as medidas restritivas adotadas contra órgãos de imprensa e jornalistas.

O Brasil associa-se à comunidade internacional e, uma vez mais, conclama o governo da Nicarágua a criar condições para o estabelecimento de diálogo nacional com vistas à restauração da normalidade no funcionamento das instituições e de padrões de convivência democrática da nação centro-americana.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 24/12/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Comunicado do Grupo de Trabalho sobre a Nicarágua do Conselho Permanente da OEA

O Grupo de Trabalho sobre a Nicarágua do Conselho Permanente da OEA,

Expressa sua mais enérgica condenação à decisão do Governo da Nicarágua de suspender a presença do **Mecanismo Especial de Seguimento para a Nicarágua (MESENI)** e das visitas da **Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)**, assim como à decisão unilateral e abrupta de declarar a expiração antecipada do prazo, objetivo e missão do **Grupo Interdisciplinar de Peritos Independentes (GIEI)**.

Condena firmemente a perseguição nas últimas semanas a organizações defensoras de direitos humanos, em particular por meio da criminalização e do cancelamento de sua personalidade jurídica, bem como as reiteradas violações à liberdade de expressão de jornalistas e meios de comunicação na Nicarágua.

Reitera sua preocupação com os obstáculos que o MESENI e o GIEI têm continuamente enfrentado no exercício de seus respectivos mandatos e com o descumprimento, por parte da Nicarágua, dos acordos estabelecidos com ambos os mecanismos e com a CIDH.

Insta o governo da Nicarágua a reconsiderar sua decisão e permitir que os mecanismos internacionais de direitos humanos, tanto da OEA como das Nações Unidas, retornem ao país, e a fornecer as garantias necessárias para que possam cumprir, de forma independente, com seu mandato, bem como seu acesso irrestrito a centros de detenção e instituições públicas, e a dar pleno cumprimento a todas as medidas cautelares outorgadas pela CIDH.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 24/12/2018 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Visita ao Brasil do Presidente da República do Paraguai, Mario Abdo Benítez

O presidente da República, Michel Temer, e o presidente da República do Paraguai, Mario Abdo Benítez, manterão encontro em Foz do Iguaçu, ocasião em que celebrarão a “**Declaração Conjunta Brasil-Paraguai sobre Integração Física**”.

A Declaração Conjunta, que será adotada nas instalações da **Usina Hidrelétrica de Itaipu**, registra o compromisso dos Governos e da entidade binacional com a construção de duas pontes internacionais ligando os países.

A segunda ponte sobre o rio Paraná será custeada pela margem brasileira de Itaipu, e a ponte sobre o rio Paraguai pela margem paraguaia. Os recursos terão como origem a rubrica orçamentária de gastos com responsabilidade socioambiental da entidade binacional e serão desembolsados ao longo de quatro exercícios, sem qualquer impacto no custo do serviço de eletricidade e na tarifa de Itaipu.

Com a construção da segunda ponte sobre o rio Paraná, que será destinada apenas ao tráfego de carga, a Ponte da Amizade, construída em 1965, será liberada para o tráfego de veículos de passeio. A nova ponte permitirá a agilização do escoamento da safra agrícola do Paraguai ao Brasil e do fluxo de produtos brasileiros destinados ao Paraguai.

O Brasil é o principal parceiro comercial do Paraguai. Em 2017, o intercâmbio comercial foi de US\$ 3,78 bilhões. O Brasil mantém, ainda, o **segundo maior estoque de investimentos diretos no Paraguai**, estimado em US\$ 971 milhões. A Usina Hidrelétrica binacional de Itaipu compartilhada pelos dois países - considerada modelo de integração energética

Declaração Presidencial Conjunta Brasil-Paraguai sobre Integração Física

Michel Temer, e o Presidente da República do Paraguai, Mario Abdo Benítez, acordaram adotar a presente **Declaração Presidencial Conjunta Brasil-Paraguai sobre Integração Física**.

Considerando:

A necessidade da interconexão viária entre o Brasil e o Paraguai para o desenvolvimento dos dois países em todos seus aspectos e para o aprofundamento da integração regional;

A importância da responsabilidade social como integrante do conjunto de valores inerentes à contemporânea atuação da entidade binacional Itaipu, que já vem desenvolvendo iniciativas de responsabilidade social e ambiental, inserindo-as na missão que compõe o **Plano Estratégico** aprovado por seu Conselho de Administração.

Os Presidentes acordaram que:

1. Será integralmente custeada pela margem brasileira de Itaipu Binacional a Segunda Ponte sobre o Rio Paraná, prevista no Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná, entre as cidades de Foz do Iguaçu, no Brasil, e Puerto Presidente Franco, no Paraguai.
2. Será integralmente custeada pela margem paraguaia de Itaipu Binacional a Ponte sobre o Rio Paraguai, prevista no Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a Construção de uma Ponte Rodoviária Internacional sobre o Rio Paraguai entre as cidades de Porto Murtinho, no Brasil, e Carmelo Peralta, no Paraguai.
3. Os Presidentes concordaram em que as obras de construção da Segunda Ponte sobre o Rio Paraná e da Ponte de Porto Murtinho-Carmelo Peralta sobre o Rio Paraguai, imprescindíveis para fomentar o acesso da população das localidades fronteiriças a bens e serviços e o intercâmbio comercial entre os dois países, se inserem plenamente no escopo da missão de responsabilidade social da entidade binacional.

Orbán, polêmico premiê da Hungria, confirma presença na posse de Bolsonaro

O controverso **premiê da Hungria, Viktor Orbán**, confirmou presença na posse de Jair Bolsonaro.

Orbán foi alvo de censura da União Europeia por causa de suas políticas anti-imigrantes.

Até agora, são dados como certos os nomes de líderes sul-americanos como Sebastián Piñera (Chile), Iván Duque (Colômbia) e Mario Abdo (Paraguai), que devem formar o novo círculo do Brasil na região, mais à direita.

O argentino Maurício Macri, inicialmente desdenhado pelo novo governo e pelo futuro ministro Paulo Guedes (Economia), trocou a posse por uma visita ainda em janeiro. O uruguaio Tabaré Vázquez e o peruano Martín Vizcarra completam a lista regional.

Estava em aberto a vinda do boliviano Evo Morales —**único governante da esquerda latina a não ser desconvidado** pelo futuro governo, que excluiu os ditadores de Venezuela e Nicarágua e o dirigente de Cuba, embora tenha mantido outros autocratas na lista.

Da Europa também virá o **presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Souza** cujo filho vive no Brasil. Países da Europa

Ocidental têm rejeitado associar-se a Bolsonaro, que provoca polêmica ao desprezar acordos apoiados por eles como o de Paris sobre o clima e o de migrações.

Corteados por Bolsonaro e sua equipe, os EUA de Trump enviarão **osecretário de Estado, Mike Pompeo**.

O convidado mais ilustre deve ser mesmo o premiê de Israel, Binyamin Netanyahu.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 10/01/2019 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Declaração do Grupo de Lima

Os governos de **Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia**, ante o início do mandato presidencial ilegítimo do regime de Nicolás Maduro (2019-2025) na Venezuela, expressam o seguinte:

1. Reiteram que o processo eleitoral realizado na Venezuela carece de legitimidade por não haver contado com a participação de todos os atores políticos venezuelanos, nem com a presença de observadores internacionais independentes, nem com garantias e padrões necessários a um processo livre, justo e transparente. Consequentemente, não reconhecem a legitimidade do novo mandato presidencial..
2. Ratificam seu total respaldo e reconhecimento à Assembleia Nacional, legitimamente eleita como o órgão constitucional democraticamente eleito na Venezuela.
3. Instam Nicolás Maduro a não assumir a presidência em 10 de janeiro de 2019, a respeitar as competências da Assembleia Nacional e transferir-lhe, temporariamente, o exercício do Poder Executivo até que novas eleições presidenciais democráticas sejam realizadas.
4. Enfatizam a importância do respeito à integridade, à autonomia e à independência do Tribunal Superior de Justiça, legitimamente constituído.
5. Reafirmam sua firme e inequívoca condenação à ruptura da ordem constitucional e do estado de direito na Venezuela.
6. Expressam sua convicção de que a solução da crise política na Venezuela cabe aos venezuelanos e, portanto, reiteram sua determinação permanente em apoiar as iniciativas políticas e diplomáticas que levem à restauração da ordem constitucional, da democracia e do estado de direito naquele país, por meio da condução de um novo processo eleitoral com garantias democráticas.
7. Manifestam sua determinação em continuar promovendo iniciativas em foros multilaterais, em particular na **Organização dos Estados Americanos** e no **Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas**, a fim de contribuir para o restabelecimento da ordem democrática e do respeito aos direitos humanos na Venezuela.
8. Instam todos os países membros da OEA a reafirmar seu apoio à Carta da OEA e à **Carta Democrática Interamericana**, a fim de contribuir para o restabelecimento da ordem democrática na Venezuela.

Nota do Atualidades Concursos:

Pessoal, vocês precisam estar em dia com a matéria de Direito Internacional, especialmente em relação aos tratados e a documentos avulsos que nem sempre são fáceis de encontrar. Deem uma olhada na [Bibliografia Obrigatória de Direito Internacional para o CACD](#).

9. Condenam qualquer provocação ou desdobramento militar que ameace a paz e a segurança na região. Expressam sua profunda preocupação com a interceptação, em 22 de dezembro de 2018, de um navio de pesquisa sísmica por parte da Marinha venezuelana dentro da zona econômica exclusiva da República Cooperativa da Guiana.
10. Reiteram sua profunda preocupação com a grave crise política e humanitária na Venezuela, que resultou no êxodo em massa de migrantes e requerentes de asilo oriundos daquele país.

Também renovam seu compromisso, na medida de suas possibilidades, de continuar prestando assistência aos migrantes procedentes da Venezuela, bem como de promover e desenvolver iniciativas de coordenação regional em resposta a essa crise. Nesse sentido, saúdam a inclusão da crise de migrantes e refugiados da Venezuela, pela primeira vez, no Apelo Humanitário Global da ONU para 2019, bem como a nomeação do representante conjunto da OIM e do ACNUR.

11. Expressam sua preocupação com o impacto sobre a economia e a segurança dos países da região causado pela crise política na Venezuela.

12. Instam o regime venezuelano a permitir a imediata entrada de assistência humanitária dirigida ao povo da Venezuela, a fim de evitar o agravamento da crise humanitária e de saúde pública naquele país e seus efeitos transnacionais.

13. Acordam as seguintes medidas:

A. **Reavaliar o status ou o nível de suas relações diplomáticas com a Venezuela** com base na restauração da democracia e da ordem constitucional naquele país, e a necessidade de proteger seus nacionais e seus interesses.

B. Nos termos permitidos por suas leis internas, impedir a entrada de altos funcionários do regime venezuelano no território dos países do Grupo Lima.

C. Avaliar, com critérios restritivos, a concessão de empréstimos ao regime de Nicolás Maduro nos organismos financeiros internacionais e regionais de que fazem parte.

D. **Suspender a cooperação militar** com o regime de Nicolás Maduro, incluindo a transferência de armas à luz dos artigos 6 e 7 do Tratado sobre o Comércio de Armas, bem como avaliar as autorizações de sobrevoo das aeronaves militares venezuelanas em casos de assistência humanitária.

E. Intensificar os contatos com países não membros do Grupo de Lima, a fim de mantê-los informados sobre as ações do Grupo.

F. Com relação ao pedido feito por Argentina, Canadá, Colômbia, Chile, Paraguai e Peru ao Tribunal Penal Internacional para que se investigue o cometimento de possíveis crimes contra a humanidade na Venezuela, instar outros países a apoiar a solicitação e, ao Escritório do Procurador do Tribunal Penal Internacional, a executar com celeridade os procedimentos correspondentes.

ITAMARATY | BRASIL | 11/01/2019 | Thais Bilenky | Leia em : [Folha de São Paulo](#)

Sob Araújo, Itamaraty diz que novo mandato de Maduro é ilegítimo

Na primeira manifestação na gestão do chanceler Ernesto Araújo, o Itamaraty publicará uma nota afirmando que o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, assume um novo **mandato ilegítimo**.

Na nota, "o **Brasil reafirma seu pleno apoio à Assembleia Nacional**, órgão constitucional democraticamente eleito, ao qual neste momento incumbe a autoridade executiva na Venezuela, de acordo com o Tribunal Supremo de Justiça legítimo daquele país".

Maduro esvaziou a Assembleia Nacional, controlada pela oposição, substituindo-a na prática pela Assembleia Nacional Constituinte, eleita também sob suspeita de fraude.

O ditador venezuelano assumiu nesta quinta novo mandato, **até 2025**, sob forte suspeita de ter fraudado o resultado das eleições de maio.

O pleito ocorreu sem observadores internacionais, com vários líderes opositores impedidos de participar e a desaprovação dos países vizinhos reunidos no **Grupo de Lima (exceto o México)**, dos EUA e da União Europeia.

Chanceleres do Grupo de Lima assinaram um documento em que acordaram em não reconhecer a "legitimidade do novo mandato" de Maduro.

Itamaraty elimina setor de mudança climática, e Ambiente fica sob Soberania Nacional

Um decreto do presidente Jair Bolsonaro **extinguiu a subsecretaria do Ministério das Relações Exteriores que cuidava de questões relativas ao ambiente e à mudança climática.**

Na nova configuração, a antiga Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia e a Divisão da Mudança do Clima foram **substituídas pelo novo Departamento de Meio Ambiente**

O órgão passa a ser o responsável por "propor diretrizes de política externa no âmbito internacional relativas ao meio ambiente, ao desenvolvimento sustentável, à proteção da atmosfera, à Antártida, ao espaço exterior, à ordenação jurídica do mar e seu regime, à utilização econômica dos fundos marinhos e oceânicos e ao regime jurídico da pesca".

Esse departamento estará abrigado na recém-criada Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania, um tema central nos discursos e artigos de Araújo.

A secretaria engloba também os departamentos de Segurança e Justiça, o de Defesa, o de Nações Unidas e o de Direitos Humanos e Cidadania.

A ela compete o assessoramento nas questões relativas a cooperação jurídica internacional, política imigratória, desarmamento, ilícitos transnacionais, entre outras, define o decreto.

A antiga divisão de mudanças climáticas era responsável, entre outras atribuições, por representar o governo brasileiro em fóruns internacionais, como a **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima** e a **Organização Marítima Internacional**.

A área de mudanças climáticas também foi extinta da pasta do Meio Ambiente.

Ainda há a expectativa de que o novo governo reconheça a importância de manter o quadro de negociadores climáticos. O decreto não especifica a alocação dos negociadores climáticos, mas permite a interpretação de que eles atuem sob uma das divisões do novo Departamento de Meio Ambiente.

Também foram extintos os departamentos de Temas Científicos e Tecnológicos, o de Energia e o de Sustentabilidade Ambiental.

O ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, já escreveu que a "defesa da mudança do clima" é "basicamente uma tática globalista de instilar o medo para obter mais poder."

O Brasil abdica um papel de destaque e que vem ocupando desde 1972 nas negociações multilaterais de desenvolvimento sustentável - um dos poucos aspectos da cena internacional em que o país é líder nato. A nova economia verde, defendida na **Eco92** e na **Rio +20** encolhe para ceder espaço ao velho extrativismo mineral e ao agronegócio, reforçados na nova estrutura do Itamaraty, numa primarização da política externa.

Além da mudança relativa ao ambiente, o decreto também passou a dar mais destaque dentro do Itamaraty ao agronegócio, com a criação de um departamento voltado ao setor debaixo do guarda-chuva da Secretaria de Política Externa Comercial e Econômica.

A secretaria inclui ainda departamentos de organismos econômicos multilaterais, outro de serviços e de indústria, e também um de energia, recursos minerais e infraestrutura.

O chanceler também reformulou secretarias de negociações bilaterais, dividindo-as entre aquela voltada às Américas, outra dedicada a Oriente Médio, Europa e África, e mais uma dedicada a Ásia, Oceania e Rússia.

Na primeira secretaria, os Estados Unidos têm um departamento próprio, assim como o Mercosul. A China também será objeto de um departamento específico.

Situação na Venezuela

Nicolás Maduro não atendeu às exortações do Grupo de Lima, formuladas na Declaração de 4 de janeiro, e iniciou novo **mandato presidencial ilegítimo**, o Brasil reafirma seu **pleno apoio à Assembleia Nacional**, órgão constitucional democraticamente eleito, ao qual neste momento incumbe a autoridade executiva na Venezuela, de acordo com o Tribunal Supremo de Justiça legítimo daquele país.

Evolução da situação na Venezuela

O Governo brasileiro saúda a manifestação do Presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Juan Guaidó, de estar disposto a assumir constitucionalmente a Presidência da Venezuela, diante da ilegitimidade da posse de Nicolás Maduro no dia 10 de janeiro.

O Governo brasileiro reitera ademais a importância do respeito à integridade, autonomia e independência do Tribunal Supremo de Justiça legítimo da Venezuela.

Diferendo Venezuela-Guiana

O Governo brasileiro reitera ao povo venezuelano e às autoridades legítimas da Venezuela seu compromisso de favorecer a solução pacífica da controvérsia territorial entre a Venezuela e a Guiana, destacando a importância do respeito ao princípio da integridade territorial, no marco do direito internacional, bem como a necessidade de que as partes evitem ações capazes de pôr em risco a paz e a segurança na região.

O Governo brasileiro estará pronto a contribuir junto à Venezuela para um diálogo frutífero com a Guiana, e vice-versa, quando haja um governo legítimo em funcionamento em Caracas.

Declaração do Grupo de Lima

Os governos de Argentina, **Brasil**, **Canadá**, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia, em face dos graves eventos ocorridos na Venezuela hoje:

1. Condenam a detenção arbitrária do Presidente da Assembléia Nacional da Venezuela, deputado Juan Guaidó, por parte do Serviço Nacional de Inteligência Bolivariano - SEBIN.
2. Expressam seu mais forte rechaço a qualquer ação que afete a integridade física dos membros da Assembléia Nacional da Venezuela, suas famílias e colaboradores, e a qualquer pressão ou coerção que impeçam o exercício pleno e normal de suas competências como órgão constitucional e legitimamente eleito na Venezuela.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 16/01/2019 | Nádía Franco | Leia em : [Agência Brasil](#)

Macri reúne-se com Bolsonaro; temas são Venezuela e Mercosul

O presidente da Argentina, Mauricio Macri, e sua comitiva, formada por cinco ministros, passam parte do dia de hoje em Brasília. Macri vai se encontrar, pela primeira vez, com o presidente Jair Bolsonaro. Em pauta, negociações para acordos bilaterais, além de medidas de flexibilização do **Mercosul** (bloco que reúne Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, uma vez que a Venezuela está suspensa momentaneamente) e a **crise na Venezuela**.

Acordos bilaterais deverão ser negociados nas áreas de comércio, combate ao crime organizado e corrupção, indústria de defesa, desenvolvimento espacial, **energia nuclear** e dinamização do comércio bilateral.

Blocos

A discussão sobre o futuro do Mercosul deve incluir a alternativa da adoção de regras que permitam acordos bilaterais entre membros do grupo, outros blocos e países, sem obrigatoriamente passar pela chancela do Mercosul.

Os dois líderes devem conversar também medidas para avançar as negociações do bloco que já estavam em curso até o

fim de 2018, como é o caso com a União Europeia, além de propor uma agenda interna que inclua a simplificação da estrutura tarifária, a convergência regulatória e a diminuição de barreiras internas entre países membros.

Venezuela

A crise venezuelana está no foco das preocupações de Bolsonaro e Macri. Assim como o Brasil, a Argentina assinou, no âmbito do Grupo de Lima, que reúne 14 países, declaração conjunta em que não reconhece a legitimidade do segundo mandato do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, e defende novas eleições.

Brasil e Argentina atuam em consonância com a **Organização dos Estados Americanos (OEA)** pela implementação de medidas de transição democrática no país vizinho.

ITAMARATY | BRASIL | 17/01/2019 | Reuters | Leia em : [Folha de São Paulo](#)

Brasil planeja eliminar necessidade de visto para americanos, diz ministro

O Brasil planeja eliminar a exigência de vistos para que americanos entrem no país, disse o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio (PSL-MG).

Ele afirmou que o objetivo da decisão é ajudar a indústria de turismo brasileira. **Não há expectativa de que os Estados Unidos façam uma ação semelhante e eliminem a exigência de visto para os brasileiros.**

Atualmente, um americano que deseja visitar o Brasil precisa de um visto para entrar no país, que pode ser válido por dois anos e custar US\$ 44 (R\$ 164,13) ou US\$ 160 (R\$ 593,83) por dez anos. Os valores são semelhantes aos cobrados dos brasileiros pelo governo americano.

O Brasil atualmente adota o princípio da reciprocidade para o assunto, o que significa que os americanos que vem ao país enfrentam exigências semelhantes às aplicadas por Washington para brasileiros que pretendem ir aos EUA.

Antônio criticou essa lógica e disse que os governos do PT aumentaram a burocracia para a retirada de vistos por estrangeiros.

O ministro afirmou que também estão sendo analisados a dispensa de visto para cidadãos do **Canadá**, do **Japão** e da **Austrália**, mas que não há uma definição sobre isso.

Ele disse ainda que pretende alcançar a meta de de praticamente duplicar o número de visitantes estrangeiros no país em quatro anos, passando dos atuais 6,6 milhões anuais para 12 milhões até 2022.

ITAMARATY | EUROPA | 22/01/2019 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Salvaguardas da União Europeia sobre importações de produtos de aço

O governo brasileiro tomou conhecimento de que a União Europeia decidiu pela aplicação de **salvaguarda sobre importações de aço**. A medida deverá entrar em vigor no início de fevereiro e impactará as exportações brasileiras.

O governo brasileiro tem dialogado com a União Europeia com o objetivo de preservar as exportações das empresas nacionais. Consultas a respeito do tema ainda estão em andamento entre o Brasil e a União Europeia.

Em coordenação com os demais órgãos de governo e com o setor privado, o Itamaraty continuará atuando com todo o empenho na defesa dos interesses dos exportadores brasileiros.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 22/01/2019 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Declaração conjunta emitida por ocasião da visita de trabalho ao Brasil do presidente da Nação Argentina

Jair Bolsonaro recebeu o Presidente da Argentina, Mauricio Macri, em visita de trabalho a Brasília.

Os presidentes ressaltaram a importância desta primeira visita de um mandatário estrangeiro ao Brasil após a posse do presidente Jair Bolsonaro, prova da prioridade que se atribuem reciprocamente os dois países.

Os presidentes destacaram, de forma não-exaustiva mas com sentido de prioridade, a segurança interna e segurança regional, o aperfeiçoamento dos instrumentos bilaterais de cooperação jurídica e de combate ao crime transnacional e à corrupção, o tratamento expedito e sistemático das questões comerciais e de investimentos, a convergência regulatória, a facilitação de comércio, a facilitação do trânsito de turistas, a cooperação consular, a cooperação tecnológica e industrial nas áreas de defesa, nuclear, espacial e de satélites, a infraestrutura física, a conectividade, inclusive aérea, entre os dois países, a ciência, tecnologia e inovação, as energias renováveis e não-renováveis, a integração energética, a cooperação entre as Forças Armadas, inclusive no treinamento para missões de paz das Nações Unidas, a saúde, a educação, o ensino do português e do espanhol, entre outros.

Celebramos a assinatura do **novo tratado de Extradicação bilateral**, o qual aperfeiçoará o quadro de cooperação jurídica entre nossos dois países.

Com relação ao Mercosul, os presidentes decidiram trabalhar durante suas consecutivas presidências pro-tempore, em 2019, para **rever a tarifa externa comum**, melhorar o acesso a mercados e avançar em facilitação de comércio e convergência regulatória. No plano externo, acordaram impulsionar as negociações mais promissoras já em curso e avaliar o início de novas negociações com outros parceiros.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 22/01/2019 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Reunião com forças políticas democráticas venezuelanas

O Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo realizou reunião com as principais forças políticas democráticas venezuelanas. O encontro incluiu sessão que contou também com a presença de representantes de países do **Grupo de Lima** e dos **EUA**.

O Ministro reuniu-se separadamente com o Presidente do Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela e outros Magistrados do mesmo Tribunal, bem como com representante do Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A reunião teve por objetivo analisar a situação na Venezuela decorrente da ilegitimidade do exercício da presidência por Nicolás Maduro e da manifestação do Presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, de sua disposição de assumir a Presidência da Venezuela interinamente, seguindo a Constituição venezuelana. Teve igualmente por objetivo discutir ideias de ação concreta para restabelecer a democracia na Venezuela.

O sistema chefiado por Nicolás Maduro constitui um mecanismo de crime organizado. Está baseado na corrupção generalizada, no narcotráfico, no tráfico de pessoas, na lavagem de dinheiro e no terrorismo.

O Brasil tudo fará para ajudar o povo venezuelano a voltar a viver em liberdade e a superar a catástrofe humanitária que hoje atravessa.

ITAMARATY | AMÉRICA LATINA E CARIBE | 23/01/2019 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina

Nota do Atualidades Concursos

O seguinte texto é bastante longo e importantíssimo tanto para a prova de **Política Internacional** quanto para a

de **Direito Internacional**. Recomendo enfaticamente que você imprima esta página e estude-a detalhadamente.

Artigo 1

Obrigação de extraditar

As Partes obrigam-se a extraditar, de acordo com as disposições do presente Tratado, as pessoas que estão em seu território e que tenham sido acusadas, processadas ou condenadas pelas autoridades da Parte requerente, em razão do cometimento de um delito que d  causa   extradição, para serem processadas ou para cumprimento da sentenç a imposta.

Artigo 2

Delitos que d o causa   extradição

1. Dar o causa   extradição os delitos puníveis com pena máxima privativa de liberdade superior a 2 (dois) anos ou uma pena mais grave, de acordo com a legislação de ambas as Partes.
2. Se a extradição for solicitada para a execução de uma sentenç a imposta por algum dos delitos determinados no presente Tratado, a parte da pena que resta por cumprir deverá ser superior a 1 (um) ano.
3. Para efeitos do presente artigo, não importará se as legislações internas das Partes colocam na mesma categoria de delito as ações ou omissões que constituem o delito de que se trata, ou utilizam terminologia idêntica ou similar para denominar a conduta delituosa.
4. Se a extradição for solicitada por vários delitos, bastará que um deles cumpra com os requisitos dos incisos anteriores para que a extradição possa ser concedida em relação aos restantes.
5. Quando se solicita a extradição de uma pessoa por um delito que viola uma norma em matéria de taxas e impostos, alfandega, tarifas e controle de câmbio, ou qualquer outra infração fiscal ou disposição de caráter impositivo, a extradição não poderá ser negada pelo fato de a legislação da Parte requerida não impor o mesmo tipo de imposto ou gravame, ou não contiver o mesmo tipo de regulação prevista na legislação da Parte requerente nessas matérias.

Artigo 3

Recusa da extradição

A extradição não será concedida:

- a) se a Parte requerida considerar que a extradição pode afetar sua soberania, seguranç a nacional ou ordem pública ou que seja contrária à sua Constituição;
- b) se a Parte requerida tiver fundados motivos para crer que a pessoa reclamada foi ou poderia ser submetida a tortura ou outro tratamento cruel, desumano ou degradante ou punição na Parte requerente;
- c) se a Parte requerida tiver fundados motivos para crer que o pedido de extradição foi formulado com o propósito de perseguir ou punir uma pessoa em razão de raça, sexo, condição social, religião, nacionalidade ou opinião política, ou que a situação dessa pessoa pode ser prejudicada por qualquer uma destas razões;
- d) se ocorrer a prescrição da ação ou da pena, de acordo com a legislação de qualquer das Partes;
- e) se a pessoa reclamada tiver sido julgada, se o processo for extinto definitivamente ou se a pessoa for beneficiada por uma anistia ou indulto na Parte requerida, em relação ao fato ou aos direitos em que se fundamenta a extradição;
- f) se a Parte requerida tiver concedido asilo ou refúgio   pessoa reclamada;
- g) se o delito pelo qual se solicita a extradição é um delito militar, que não constitui um delito penal ordinário;
- h) se a pessoa reclamada tiver sido condenada ou deva ser julgada na Parte requerente por uma comissão especial ou um tribunal "ad hoc";
- i) se o delito pelo qual se solicita a extradição é considerado pela Parte requerida como um delito político ou conexo a tal delito. Não são considerados delitos políticos ou conexos:
- i) os atentados contra a vida e integridade física de um chefe de Estado ou de Governo, ou de um dos membros de sua

família;

ii) os atos de terrorismo;

iii) os crimes de guerra, os delitos contra a humanidade e outros delitos contra o Direito Internacional; e

iv) os delitos em relação aos quais as Partes têm a obrigação de extraditar ou exercer jurisdição, decorrente de um acordo internacional multilateral que vincule a ambas.

j) Não se concederá a extradição quando os fatos que a originaram estiverem submetidos a pena de morte ou prisão perpétua. No entanto, a extradição pode ser concedida, se a Parte requerente prestar garantias suficientes de que a pessoa reclamada não será executada e que a pena máxima a cumprir será compatível com o ordenamento jurídico interno da Parte requerida.

Artigo 4

Recusa facultativa da extradição

A extradição poderá ser negada se:

a) O delito que fundamenta o pedido de extradição estiver sujeito à jurisdição da Parte requerida, de acordo com sua lei nacional e o reclamado estiver respondendo a um processo, estiver sendo investigado ou passível de ser processado pelas autoridades competentes da Parte requerida pelo mesmo delito;

b) A Parte requerida, considerando a gravidade do delito e os interesses de ambas as Partes, considerar que a extradição possa ser incompatível com questões humanitárias, devido à idade, saúde ou outra circunstância pessoal do reclamado;

c) O delito pelo qual se solicita a extradição tenha sido cometido fora do território de ambas as Partes e a Parte requerida careça de jurisdição, nos termos de sua legislação, para atuar em processos por delitos cometidos fora de seu território em circunstâncias similares.

Artigo 5

Extradição de nacionais

1. Quando a pessoa reclamada for nacional da Parte requerida, esta poderá denegar a extradição conforme sua legislação nacional. A qualidade de nacional será considerada no momento do cometimento do delito que motivou o pedido de extradição.

2. Se a solicitação de extradição for denegada exclusivamente em razão da nacionalidade da pessoa reclamada, a Parte requerida submeterá, mediante solicitação da outra Parte, o assunto a suas autoridades competentes para que se possam iniciar as ações contra a pessoa reclamada com base nos elementos e documentos que integram o pedido de extradição. A Parte requerente será informada sobre a decisão adotada.

Artigo 6

Transmissão das solicitações e Autoridades Centrais

1. As solicitações de extradição serão formalizadas pela via diplomática.

2. Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, as Autoridades Centrais designadas pelas Partes deverão se comunicar de forma direta para os fins de troca de informações e formulação de consultas. Também poderão adiantar documentação relativa aos processos de extradição em trâmite, desde que formalizados por meio de canais diplomáticos.

3. Para os fins desse Tratado, as Autoridades Centrais designadas pelas Partes são:

Para a República Federativa do Brasil – o Ministério da Justiça e Segurança Pública;

Para a República Argentina – o Ministério das Relações Exteriores e Culto.

4. Todos os documentos referentes a este Tratado estarão isentos de qualquer tipo de legalização e poderão ser adiantados por qualquer meio eletrônico que deixe um registro por escrito.

Artigo 7

Conteúdo das solicitações e documentação exigida

1. O pedido de extradição deverá ser apresentado por escrito, da forma prevista no Artigo 6, e deve incluir:

- a) os dados completos da autoridade que emite o pedido, incluindo números de telefone e endereço de e-mail;
- b) as informações pessoais da pessoa reclamada incluindo seu nome completo, data de nascimento, nacionalidade e, sempre que possível, impressões digitais e fotografias. Se for conhecida, qualquer outra informação que possa ajudar a determinar sua identidade e sua localização;
- c) a descrição dos fatos imputados que fundamentam o pedido de extradição, incluindo as circunstâncias de tempo e lugar, o grau de participação da pessoa reclamada, assim como a qualificação legal da conduta;
- d) cópia do mandado de prisão ou resolução similar, incluindo os dados sobre a autoridade emissora, a data de emissão e uma declaração sobre a sua vigência;
- e) cópia ou transcrição das disposições legais da Parte requerente que tipifiquem o delito e estabeleçam a pena, das referentes à prescrição da ação ou da pena e à competência.

2. Quando o pedido se referir a uma pessoa condenada, além do disposto no parágrafo 1 deste Artigo, será acrescentado o seguinte:

- a) cópia da sentença condenatória;
- b) uma declaração sobre o montante da penalidade que ainda deve ser cumprida e a declaração de que a sentença é final ou é exequível.

3. Todos os documentos mencionados deverão ser acompanhados de sua tradução para o idioma oficial da Parte requerida. No caso das resoluções ou sentenças condenatórias, somente será necessário acompanhar a tradução da parte decisória, a menos que as autoridades da Parte requerida solicitem expressamente a tradução integral.

Artigo 8

Informação complementar

1. Se os dados ou documentos enviados com o pedido de extradição forem insuficientes, a Parte requerida poderá solicitar informações complementares. A Parte requerente deverá enviar essas informações no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de recebimento do pedido de informações adicionais.

2. Se as informações complementares não forem apresentadas dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, a pessoa reclamada será liberada e as manifestações judiciais arquivadas até que a Parte requerida receba as informações solicitadas. Esta circunstância será notificada à Parte requerente no prazo mais breve possível.

Artigo 9

Extradição simplificada

Em qualquer etapa do processo, a pessoa reclamada poderá, com assistência jurídica, dar seu consentimento para a extradição perante a autoridade competente da Parte requerida, que deve resolvê-la prontamente e proceder à entrega no prazo estabelecido para esse fim. O consentimento deverá ser livre, expresso e voluntário, e a pessoa reclamada deve ser notificada de seus direitos e das consequências de sua decisão. Uma vez resolvida a extradição, o consentimento é irrevogável.

Artigo 10

Decisão e entrega da pessoa reclamada

1. A Parte requerida comunicará à Parte requerente da sua decisão de extradição. Qualquer rejeição, total ou parcial, deve ser motivada. Em caso de concessão da extradição, a Parte requerente será notificada sobre o momento em que a pessoa estará em condições de ser extraditada, e sobre a duração da detenção cumprida em razão do pedido de extradição.

2. As Partes acordarão sobre o local da entrega. A transferência da pessoa reclamada deverá ser feita dentro de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias, contados a partir do momento mencionado no parágrafo anterior. Caso a Parte requerente não efetue a transferência, dentro do prazo mencionado, a pessoa reclamada será libertada e a Parte requerente não poderá pedir a extradição novamente pelos mesmos fatos.

3. Em caso de força maior que impeça a entrega ou o recebimento da pessoa a ser extraditada, a Parte afetada informará à outra Parte. As Partes acordarão uma nova data para a entrega, aplicando-se o disposto no parágrafo anterior deste Artigo.

Artigo 11

Entrega diferida

1. A Parte requerida poderá, depois de concordar com a extradição, adiar a entrega da pessoa reclamada quando existirem procedimentos em curso contra ela ou quando estiver cumprindo uma pena no território da Parte requerida por um crime distinto daquele pelo qual se concedeu a extradição, até a conclusão do procedimento ou a plena execução da sanção que tenha sido imposta.

2. A entrega também pode ser adiada quando, devido ao estado de saúde da pessoa reclamada, a transferência poder pôr em perigo a sua vida, desde que tal circunstância seja baseada no relatório médico correspondente.

Artigo 12

Entrega temporária

Uma vez declarada procedente a extradição, e caso a pessoa reclamada esteja cumprindo uma pena ou submetida a um processo penal na Parte requerida, a Parte requerente poderá solicitar sua entrega temporária. A pessoa reclamada poderá ser entregue temporariamente para ser processada, desde que seja devolvida nas condições e no prazo acordado por ambas as Partes.

Artigo 13

Entrega de bens

1. Na medida do permitido pela legislação da Parte requerida e reservando os direitos de terceiros, que serão devidamente respeitados, no caso de concessão de extradição e a pedido da Parte requerente, serão entregues todos os bens que se encontrem na Parte requerida e que tenham sido adquiridos como resultado da prática do crime ou que possam ser requeridos como elementos de prova.

2. Tais bens poderão ser entregues à Parte requerente, se solicitados, mesmo que a extradição que já tenha sido deferida não possa ser realizada, devido a morte ou fuga da pessoa reclamada.

3. Quando esses bens puderem ser objeto de apreensão ou perdimento na Parte requerida, esta poderá retê-los ou entregá-los, sob a condição de que sejam restituídos pela Parte requerente.

4. Uma vez concluídos os procedimentos e sempre que exigido pela legislação da Parte requerida ou a proteção de direitos de terceiros, os bens que tenham sido entregues dessa maneira serão restituídos sem ônus à Parte requerida, a seu pedido.

Artigo 14

Princípio da especialidade

1. A pessoa extraditada de acordo com o presente Tratado não poderá ser detida, nem processada ou sentenciada no território da Parte requerente, por outros delitos cometidos antes da data da efetiva entrega e que não constem no respectivo requerimento, salvo nos seguintes casos:

a) Quando a pessoa extraditada, tendo a possibilidade de abandonar o território da Parte a qual foi entregue, tenha nele permanecido voluntariamente por mais de 45 (quarenta e cinco) dias corridos depois de sua liberação definitiva, ou regresse a este território depois de tê-lo abandonado;

b) Quando as autoridades competentes da Parte requerida consentirem. Para esse fim, a Parte requerente deverá remeter à Parte requerida uma solicitação para que preste seu consentimento em conjunto com os documentos enumerados no Artigo 7.

2. Quando a qualificação legal dos fatos pelos quais uma pessoa tenha sido extraditada for modificada, ela só poderá ser processada ou julgada se a nova qualificação se referir aos mesmos fatos pelos quais a extradição foi concedida e puder dar lugar à extradição nas condições do presente Tratado.

Artigo 15

Reextradição a um terceiro Estado

1. A reextradição a um terceiro Estado da pessoa entregue em virtude do presente Tratado só poderá ser efetuada com o consentimento da Parte que tenha concedido a extradição, exceto quando se tratar de delitos cometidos após a entrega.
2. Para este efeito, a Parte requerente deverá remeter à Parte requerida uma solicitação para que preste seu consentimento acompanhada dos documentos enumerados no Artigo 7.

Artigo 16

Prisão preventiva

1. O pedido de prisão preventiva pode ser transmitido através da via diplomática ou por meio da Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL), podendo ser transmitido por correio eletrônico ou por qualquer outro meio eletrônico que deixe um registo escrito.
2. O pedido de prisão preventiva deve conter uma descrição da pessoa reclamada, o paradeiro da pessoa se conhecido, uma exposição dos fatos que motivaram o pedido, a menção das leis penais infringidas, a menção da existência de qualquer dos documentos identificados no Artigo 7, parágrafo 1, inciso d e parágrafo 2, inciso a, e uma declaração de que o pedido formal de extradição será apresentado posteriormente.
3. A Parte requerente deverá formalizar o pedido de extradição no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data em que tiver sido notificado pela Parte requerida, na forma prevista no artigo 6.
4. Vencido este prazo, a pessoa será libertada, o que não impedirá que seja novamente presa e que sua extradição seja concedida caso o pedido de extradição correspondente seja posteriormente recebido.

Artigo 17

Trânsito

1. O trânsito de uma pessoa extraditada por um terceiro Estado até uma das Partes através do território da outra Parte será permitido mediante prévia solicitação por escrito apresentada por via diplomática ou através das Autoridades Centrais.
2. O pedido deve conter as informações de identificação da pessoa em trânsito, um resumo das circunstâncias do delito, uma declaração sobre a decisão que concedeu a extradição por parte do terceiro Estado que incluirá a data e autoridade que o emitiu e informações sobre a identidade dos agentes de escolta encarregados da transferência, bem como os planos de viagem.
3. Não será necessário solicitar a extradição em trânsito quando se utilizam meios de transporte aéreo que não prevejam aterrissagem no território da Parte de trânsito.

Artigo 18

Gastos

Os gastos decorrentes dos procedimentos internos inerentes à extradição estarão a cargo da Parte requerida até o momento da entrega, a partir da qual os gastos ficarão a cargo da Parte requerente.

Artigo 19

Concurso de pedidos

Quando uma das Partes e um terceiro Estado solicitarem a extradição de uma mesma pessoa, seja pelo mesmo fato ou por fatos diferentes, a Parte requerida decidirá de acordo com sua legislação interna.

Artigo 20

Consultas e solução de controvérsias

1. As Partes, através das Autoridade Centrais, celebrarão consultas em relação à interpretação e aplicação das disposições do presente Tratado.
2. As controvérsias que surjam a respeito da interpretação e aplicação do presente Tratado serão solucionadas mediante negociações diplomáticas diretas.

Artigo 21

Disposições finais

1. O presente Tratado entrará em vigor 30 (trinta) dias depois da data do recebimento da última notificação em que as Partes comuniquem pela via diplomática o cumprimento dos requisitos exigidos pela sua legislação interna e terá vigência indefinida.
2. O presente Tratado poderá ser modificado por mútuo consentimento das Partes, formalizado através de comunicações escritas transmitidas pela via diplomática. Ditas modificações entrarão em vigor conforme o procedimento estabelecido no parágrafo 1.
3. Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Tratado, em qualquer momento, mediante comunicação escrita transmitida pela via diplomática, caso em que seus efeitos cessarão 180 (cento e oitenta) dias depois da data do recebimento da comunicação. A denúncia ao presente Tratado não afetará os processos de extradição iniciados anteriormente.
4. O presente Tratado aplica-se aos pedidos formalizados após a sua entrada em vigor, **mesmo que os fatos constitutivos do crime tenham ocorrido antes dessa data.**

ITAMARATY | BRASIL | 24/01/2019 | Jamil Chade | Leia em : [Estadão](#)

Diplomatas brasileiros em Caracas vão ignorar ordens de Maduro, diz chanceler

Num gesto diplomático de apoio a **Juan Guaidó**, o Itamaraty orientou seus diplomatas em **Caracas a responder apenas ao presidente da Assembleia Nacional** como a única autoridade legítima e reconhecida pelo Brasil.

O chanceler **Ernesto Araújo** indicou que não vai retirar da Venezuela os diplomatas brasileiros.

Diante do fim do reconhecimento do governo de **Nicolás Maduro** por diversos governos latino-americanos, foi dada **72 horas para a diplomacia dos EUA se retirar do país**. A Casa Branca, porém, indicou que as ordens de Maduro não tinham efeito.

Guaidó enviou uma carta a todas as embaixadas estrangeiras em Caracas. Nela, o presidente da Assembleia afirma que "deseja firmemente que mantenham sua presença diplomática em nosso país".

Ele também alerta aos governos estrangeiros a ignorar as ordens de Maduro. "Peço que desconheçam qualquer ordem ou disposição que contradiga o firme propósito do poder legítimo da Venezuela, que em virtude da Constituição, ostento, de que as missões diplomáticas, chefes de missões e todos seus funcionários continuem operando na Venezuela com normalidade e que se respeitem todas as imunidade e privilégios", escreveu.

ITAMARATY | ORIENTE MÉDIO | 28/01/2019 | Ricardo Della Coletta | Leia em : [Folha de São Paulo](#)

Sauditas reclamam com Brasil sobre mudança de embaixada

A Arábia Saudita considera "preocupante" e "desagradável" o plano do presidente Jair Bolsonaro (PSL) de transferir a embaixada do Brasil em Israel para Jerusalém.

Os sauditas avaliam que o ato, se concretizado, pode "encorajar outros países a seguir o mesmo caminho", algo classificado como "alarmante"

Os termos constam em um telegrama diplomático no qual o embaixador do Brasil em Riad, Flavio Marega, relata uma reunião mantida com o subsecretário para Assuntos Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros saudita, Abdulrahman bin Ibrahim Al-Rassi.

O documento, classificado como reservado e que portanto só se tornará público em 2024, deixa clara **a oposição das autoridades sauditas à intenção do governo brasileiro de mudar a embaixada de Tel Aviv para Jerusalém.**

"O Subsecretário [Al-Rassi] declarou, então, que será 'unpleasant' [desagradável] para a Arábia Saudita se o Brasil decidir transferir a embaixada para Jerusalém, por se tratar de um **país amigo com quem o Reino completou 50 anos de relações diplomáticas em 2018**", relata Marega.

"[Al-Rassi] Argumentou que o Brasil é diferente dos países ocidentais pela liderança que exerce e pelo exemplo que dá junto aos países em desenvolvimento, desde a criação do **Movimento Não Alinhado** e do **G-77**; e que se estendeu ao longo de décadas nas demais organizações internacionais.

Promessa de campanha de Bolsonaro, a realocação da missão diplomática brasileira para Jerusalém significaria um respaldo às ambições de Israel de ter a cidade reconhecida como sua capital.

Também marcaria o **rompimento da posição que o Brasil adotou até então** a de que o status final de Jerusalém só deve ser definido após negociações de paz que assegurem a coexistência de dois Estados (Israel e Palestina). Os países árabes defendem que a porção oriental de Jerusalém seja a capital de um futuro Estado da Palestina.

Até o momento, apenas **EUA e Guatemala** estabeleceram suas embaixadas em Jerusalém. Os demais países, entre eles o Brasil, mantêm suas representações em Tel Aviv.

A mudança da embaixada para Jerusalém não é ponto pacífico dentro do governo. A ala militar que auxilia Bolsonaro já comunicou o presidente que o alinhamento do Brasil a Israel nesse tema pode resultar em represálias comerciais por parte dos países árabes, que são **grandes compradores de proteína brasileira**.

A reunião de Marega com Al-Rassi foi realizada um dia antes do anúncio do **cancelamento de 33 frigoríficos brasileiros da lista dos exportadores de carne de frango para a Arábia Saudita**.

O ministro da Economia e do Planejamento da Arábia Saudita, Mohammed Al Tuwajiri, disse que a medida não tem relação com o tema da embaixada.

ITAMARATY | ORIENTE MÉDIO | 29/01/2019 | Giraldi | Adjuto | Leia em : [Agência Brasil](#)

Militares israelenses ficarão o tempo necessário, diz embaixador

O grupo de 136 militares de israelenses, entre médicos, técnicos e engenheiros, ficará no Brasil o tempo que for necessário. O embaixador de Israel, Yossi Shelley, afirmou que na missão há cães farejadores, equipamentos para captação de sinais de celular e mergulhadores com condições de localizar pessoas vivas e mortas.

Segundo o diplomata, trata-se de uma cooperação que envolve "um valor imenso de amizade, de humanidade" entre os dois países.

Negociações

O embaixador disse que as negociações para o envio da equipe multidisciplinar de Israel foram definidas entre o presidente Jair Bolsonaro e o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu.

Yossi Shelley ressaltou a relevância das relações do Brasil com Israel. "Somos amigos há muitos anos. O povo brasileiro tem muitas ligações com Israel."

Ciência e Tecnologia

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, está em Israel para verificar os estudos mais avançados na área de dessalinização de água. Para o embaixador, as negociações são positivas.

ITAMARATY | ÁSIA | 30/01/2019 | Itamaraty | Leia em : [Itamaraty](#)

Abertura de mercado para exportações brasileiras de bovinos vivos à Malásia

O Governo brasileiro recebeu com satisfação, por meio da Embaixada do Brasil em Kuala Lumpur, a informação de que

será **aberto o mercado da Malásia às exportações brasileiras de bovinos vivos para abate**. A medida foi tomada após a aprovação dos requisitos sanitários.

A decisão reforça a posição do Brasil como um dos **líderes mundiais na exportação de proteína animal** e representa um passo importante para o aprofundamento das relações comerciais com a Malásia. O país asiático tem mais de 30 milhões de habitantes e importa cerca de 80% da carne bovina que consome.

O Governo brasileiro seguirá negociando com o governo da Malásia a exportação de gado vivo para reprodução, bem como a expansão das habilitações para exportação de carne de aves e de carne bovina.



www.AtualidadesConcursos.com.br